



### Entrevista

**Natalie Unterstell**  
Presidente do Instituto  
Talanoa

### Carta do IBRE

Riscos fiscais de 2023 estão  
mapeados, mas ainda falta uma  
solução para o Orçamento

### Entrevista

**Lia Baker Valls Pereira**  
Pesquisadora associada  
do FGV IBRE



# CONJUNTURA ECONÔMICA

**FGV IBRE** Editada desde 1947 • [www.conjunturaeconomica.com.br](http://www.conjunturaeconomica.com.br) • Setembro 2022 • volume 76 • nº 09

## Artigos

José Roberto R. Afonso  
Lia Baker Valls Pereira  
Luciana de Andrade Costa  
Luiz Firmino Martins Pereira  
Morganna Capodeferro  
Samuel Pessôa  
Thiago Felipe R. Abreu

## Ponto de Vista

Completo-se a recuperação  
pós-pandemia

## Planejamento financeiro


Previdência e poupança de  
longo prazo

## Saneamento

Como acelerar o acesso



# A agenda do **Brasil** em um mundo em **transição**



**SEJA O  
PRINCIPAL  
RESULTADO  
PARA O QUE  
O MERCADO  
BUSCA.**

- 4 modalidades de referência no mercado, com a flexibilidade e a qualidade FGV.
- MBA FGV Presencial, MBA FGV Online, MBA FGV Live e MBA FGV Blended.

🔍 Você busca o melhor. Você encontra FGV. | <

**SAIBA MAIS E INSCREVA-SE**

[fgv.br/mba](http://fgv.br/mba)

**MBA FGV**  
É MAIS QUE MBA. É FGV.

# CONJUNTURA ECONÔMICA

NESTA EDIÇÃO

FGV IBRE Instituto Brasileiro de Economia | Setembro de 2022

## Carta do IBRE

### 6 Riscos fiscais de 2023 estão mapeados, mas ainda falta uma solução para o Orçamento



Os indicadores fiscais seguem em perspectiva de evolução favorável no curto prazo, mas é crescente a incerteza para o próximo ano. No orçamento de 2023, recentemente divulgado, muitos itens importantes ficaram de fora e a peça orçamentária pode

não ser o melhor guia para o desafio fiscal do próximo ano. Na verdade, o processo de ajustamento das contas fiscais no Brasil foi ajudado em tempos recentes por uma combinação atípica de fatores afetando as finanças públicas – e que não deve se repetir, o que parece indicar algum grau de esgotamento da estratégia atual.

## Ponto de Vista

### 10 Completou-se a recuperação pós-pandemia

Há sinais de que praticamente se completou o processo de recuperação da economia em seguida ao tombo do segundo trimestre de 2020, de 9%. No segundo trimestre de 2022, a economia rodou 3% acima do nível anterior à epidemia, isto é, do quarto trimestre de 2019. Mas o sinal mais claro de que se completou a recuperação é o dado dos 'outros serviços', o segmento mais afetado pela crise e de recuperação mais lenta. Outros serviços respondem por aproximadamente 15% da economia, mas por 34% do emprego. No segundo trimestre deste ano, o segmento apresentou forte recuperação, rodando 4,4% acima do quarto trimestre de 2019, 3,3% acima do primeiro trimestre de 2022 e 13,6% acima do segundo trimestre de 2021.

## Entrevista

### 13 A agenda ambiental e a inserção comercial

Se hoje há um assunto transversal na política externa de qualquer país, resistente aos choques da Covid-19 e da guerra na Ucrânia, esse é o ambiental. A defesa de práticas que visem à redução de emissões de gases poluentes e

colaborem para conter o aquecimento global, rumo a uma economia carbono zero, tende a influenciar cada vez mais as relações entre países, das trocas comerciais às decisões de investimento direto estrangeiro. Para falar sobre isso, reunimos duas especialistas sobre os desafios brasileiros no campo externo, incluindo a agenda ambiental: Natalie Unterstell, presidente do Instituto Talanoa, e Lia Valls, pesquisadora associada do FGV IBRE.

## Macroeconomia

### 24 Desafio revigorado da poupança de longo prazo

A poupança que havia sido construída durante a pandemia pelas famílias – no Brasil ela chegou a 15,2% da renda disponível no pior momento da pandemia, desabando para pouco mais de 4% recentemente –, com a disparada inflacionária no mundo, em grande parte causada pela guerra na Ucrânia e pelas sequelas da Covid-19 na atividade econômica e na vida das pessoas, praticamente desapareceu depois de 2 anos.

## Capa | Panorama global

### 30 A agenda do Brasil em um mundo em transição



A atual crise energética europeia joga uma série de sombras na economia mundial. De uma mudança de preços relativos na base das cadeias produtivas à intensificação do debate em torno a uma desglobalização e à descarbonização, são muitas as

possíveis transformações para as quais, alertam analistas, o Brasil precisa estar preparado. Aproveitar as oportunidades adiante ainda depende, prioritariamente, de executar velhas tarefas pendentes. Entre elas, a valorização do investimento em pesquisa e desenvolvimento e a agenda de reformas, especialmente a tributária, que influencia a competitividade do setor produtivo.

# FGV IBRE

## INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Praia de Botafogo, 190 – CEP 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ  
Caixa Postal 62.591 – CEP 22257-970 – Tel.: (21) 3799-4747

### Primeiro Presidente e Fundador

Luiz Simões Lopes

### Presidente

Carlos Ivan Simonsen Leal

**Vice-presidentes:** Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

### Conselho Diretor

**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal

**Vice-presidentes:** Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

**Vogais:** Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

**Suplentes:** Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Willy Otto Jordan Neto

### Conselho Curador

**Presidente:** João Alfredo Dias Lins (Presidente em exercício)

**Vice-presidente:** João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

**Vogais:** Antonio Alberto Gouveia Vieira, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildelfonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela), Souza Cruz S/A (Jorge Irribarra)

**Suplentes:** Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Monteiro Aranha Participações S.A., Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Ricardo Gattass, Sul América Companhia Nacional de Seguros (Patrick de Larragoiti Lucas)

### Instituto Brasileiro de Economia

**Diretor:** Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

**Vice-diretor:** Vagner Laerte Ardeo

**Superintendência de Estatísticas Públicas:** Aloisio Campelo Junior

**Superintendência de Infraestrutura e Mercados Globais:** Túlio Barbosa

**Superintendência de Inovação:** Vagner Laerte Ardeo

**Superintendência de Pesquisa, Dados e Operação:** André Lavinas

**Superintendência de Publicações:** Claudio Roberto Gomes Conceição

**Superintendência de Gestão Estratégica e Organizacional:** Joana Braconi

# CONJUNTURA ECONÔMICA

### Fundador

Richard Lewinsohn

### Editor-Chefe

Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

### Editor-Executivo

Claudio Roberto Gomes Conceição

### Editores

Solange Monteiro

**Editoria de arte:** Marcelo Nascimento Utrine

**Capa e projeto gráfico:** Marcelo Nascimento Utrine

**Ilustração da capa:** Istockphoto

**Revisão:** Mariflor Rocha

**Colaboram nesta edição:** José Roberto R. Afonso, Lia Baker Valls Pereira, Luciana de Andrade Costa, Luiz Firmino Martins Pereira, Luiz Guilherme Schymura, Morganna Capodeferro, Samuel Pessôa e Thiago Felipe R. Abreu

### Secretaria e apoio administrativo

Rua Barão de Itambi, 60 – 8ª andar  
Botafogo – CEP 22231-000 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (21) 3799-6840 – Fax: (21) 3799-6855  
conjunturaedacao@fgv.br

*Conjuntura Econômica* é uma revista mensal editada pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, desde novembro de 1947.

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getúlio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV.

A reprodução total ou parcial do conteúdo da revista somente será permitida com autorização expressa dos editores.



ISSN 0010-5945 Conjuntura Econômica. – Vol. 1, n. 1 (nov. 1947)

-- Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1947-v. il.; 28cm. Mensal.

Órgão oficial de: Instituto Brasileiro de Economia. Diretores: Nov. 1947-mar. 1952, Richard Lewinsohn; Maio 1952-dez. 1968, José Garrido Torres; Jan. 1969-mar. 1974, Sebastião Marcos Vital; Abr. 1974-mar. 1979, Antonio Carlos Lemgruber; Abr. 1979-abr. 1994, Paulo Rabello de Castro; Maio 1994-set 1999, Lauro Vieira de Faria; Out. 1999-nov. 2003, Roberto Fendt; Dez. 2003-jun. 2004, Antonio Carlos Pôrto Gonçalves; Jul. 2004, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira.

ISSN 0010-5945

1. Economia — Periódicos. 2. Brasil — Condições Econômicas — Periódicos. I. Fundação Getúlio Vargas. II. Instituto Brasileiro de Economia.

CDD 330.5



## Economia ganha fôlego

O PIB cresceu 1,2% no segundo trimestre, acima das previsões de mercado. Com isso, o semestre fecha com uma expansão de 2,5%, segundo mostra o IBGE. O esgotamento da pandemia e as medidas do governo, como o maior valor para o Auxílio Brasil, antecipação do 13º salário para pensionistas e aposentados do INSS, Auxílio Gás, e auxílio para taxistas e caminhoneiros, além de quedas nos preços dos combustíveis, turbinaram os resultados. As previsões de que teríamos um crescimento pífio este ano, não estão se concretizando. A expansão do PIB deve ser a melhor desde 2014. Mas os desafios para 2023 projetam um baixo crescimento se, uma vez mais, as projeções não estiverem erradas.

No Ponto de Vista desta edição, Samuel Pessôa, pesquisador associado do FGV IBRE, está convencido de que a economia se recuperou da fase pré-pandemia. Os dados divulgados pelo IBGE na semana passada, com a economia crescendo 1,2% no segundo trimestre, depois de avançar 1,1% no primeiro, reforçam a avaliação de Pessôa.

Para ele, o sinal mais claro de que se completou a recuperação é o dado dos Outros Serviços, o segmento mais afetado pela crise e de recuperação mais lenta, que responde por aproximadamente 15% da economia, mas por 34% do emprego. No segundo trimestre deste ano, o segmento apresentou forte recuperação, rodando 4,4% acima do quarto trimestre de 2019, 3,3% acima do primeiro trimestre de 2022 e 13,6% acima do segundo trimestre de 2021.

Quem se sentar na cadeira presidencial a partir de janeiro do ano que vem vai herdar uma economia melhor, com queda do desemprego, mas uma inflação bem acima da meta. Mas o quadro fiscal é bastante incerto, com forte aumento das despesas contratadas este ano, como mostra a Carta do IBRE, sinalizando para grandes riscos fiscais em 2023. O cobertor estará mais curto para gastos, se quem assumir tiver compromisso com a saúde fiscal do país. Caso contrário, iremos mergulhar, uma vez mais, em um cenário de turbulências, fuga de investimentos e crescimento pífio.

**Claudio Conceição** – claudio.conceicao@fgv.br

## Sumário

### Carta do IBRE

**6** Riscos fiscais de 2023 estão mapeados, mas ainda falta uma solução para o Orçamento

*Luiz Guilherme Schymura*

### Ponto de Vista

**10** Completou-se a recuperação pós-pandemia

*Samuel Pessôa*

### Entrevista

**13** Natalie Unterstell – *Solange Monteiro*

**19** Lia Baker Valls Pereira – *S.M.*

### Macroeconomia

**24** Desafio revigorado da poupança de longo prazo

*José Roberto R. Afonso e Thiago Felipe R. Abreu*

### Capa | Panorama global

**30** A agenda do Brasil em um mundo em transição

*Solange Monteiro*

### Saneamento

**42** Como acelerar o acesso ao saneamento

*Luiz Firmino Martins Pereira, Luciana de Andrade Costa e Morganna Capodeferro*

### Comércio Exterior

**46** A América do Sul na agenda da política externa brasileira

– *Lia Baker Valls Pereira*

### Índices

**I** Índices Econômicos

**X** Conjuntura Estatística

# Riscos fiscais de 2023 estão mapeados, mas ainda falta uma solução para o Orçamento

**Luiz Guilherme Schymura**

Pesquisador do FGV IBRE e doutor em economia pela FGV EPGE

Os indicadores fiscais seguem em perspectiva de evolução favorável no curto prazo, mas é crescente a incerteza para o próximo ano. No orçamento de 2023, recentemente divulgado, muitos itens importantes ficaram de fora e a peça orçamentária pode não ser o melhor guia para o desafio fiscal do próximo ano. Na verdade, o processo de ajustamento das contas fiscais no Brasil foi ajudado em tempos recentes por uma combinação atípica de fatores afetando as finanças públicas – e que não deve se repetir, o que parece indicar algum grau de esgotamento da estratégia atual.

De qualquer forma, o saldo primário do setor público acumulado em 12 meses, que chegou ao recorde negativo de -9,33% do PIB em janeiro de 2021, transformou-se em superávit de 2,48% em julho de 2022, o melhor resultado desde junho de 2012. Já a dívida bruta do governo geral (DBGG) caiu de 89% do PIB em fevereiro de 2021 para 77,6% em julho de 2022, voltando praticamente ao nível de março de 2020, antes dos gastos excepcionais relacionados

à Covid-19. As expectativas para a relação DBGG/PIB ao fim de 2022 recuaram cerca de 11 pontos percentuais desde meados do ano passado, apontando algo em torno de 79% em dezembro.

Para 2023, entretanto, há complicações no cenário das contas públicas. Num levantamento meticuloso, os economistas Manoel Pires e Bráulio Borges, do FGV IBRE, dividiram os fatores potenciais de piora fiscal no próximo ano em quatro grupos: (1) com impacto sobre o teto de gastos; (2) com impacto na receita primária; (3) com impacto financeiro; e (4) riscos fiscais.

Na primeira categoria, relativa ao teto, eles contabilizam R\$ 64 bilhões de crescimento do gasto em 2023 em comparação a 2022 por conta da expansão do universo atendido e do aumento para R\$ 600 do benefício mínimo do Auxílio Brasil. Um reajuste linear do funcionalismo público – que parece inevitável dado o congelamento nominal há 4 anos – de 10% significa outros R\$ 20 bilhões (dos quais R\$ 14,2 já foram incluídos



na proposta orçamentária). R\$ 45 bilhões adicionais adviriam da revisão das despesas discricionárias, para evitar paralisação da máquina pública e ampliar investimentos federais para um nível que interrompa a depreciação do capital público. A proposta orçamentária para 2023 prevê R\$ 99 bilhões contra R\$ 136,3 bilhões para 2022. O cálculo dos impactos sobre o gasto primário parte da suposição de que, no acordo político para ampliar o gasto discricionário, fique acertado que não haverá aumento do orçamento secreto em 2023.

Na segunda categoria, relativa à receita primária, os economistas contabilizam R\$ 27,4 bilhões de perda de receita de IPI em 2023, proporcionalmente a 2022, por conta da desoneração da incidência desse tributo sobre diversos produtos. Desse total, R\$ 14 bilhões são a perda federal, já que parte do imposto é transferido a estados e municípios. O reajuste da tabela de Imposto de Renda – também promessa de candidatos após longo período de corrosão inflacionária das faixas de rendimento de isenção e de alíquotas crescentes – representa perda de receita em 2023 de R\$ 20 bilhões, dos quais R\$ 10,2 bilhões dos cofres federais.

A redução das alíquotas de PIS/Cofins sobre etanol, gasolina e diesel significa perda de receita da ordem de R\$ 52,9 bilhões em 2023, caso venha a ser renovada, decisão que dependerá naturalmente do cenário inflacionário no final do ano e do acordo relativo à aplicação do teto de ICMS sobre esses itens que está em discussão no STF. A manutenção dessa medida foi incluída na proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional.

Na terceira categoria, do impacto financeiro, o único item são as suspensões de pagamento de dívida com a União – apoiadas em liminares do Supremo, que vêm sendo sistematicamente concedidas para esse fim – por parte dos estados que já anunciaram que vão fazê-lo. Nesse caso, a perda prevista para o governo federal em 2023 é de R\$ 25 bilhões.

Finalmente, há a quarta categoria, dos riscos fiscais. O primeiro é o da normalização da arrecadação ligada ao petróleo, que pode ser reduzida em R\$ 62 bilhões em 2023,

em relação a 2022, caso o barril retorne ao nível de US\$ 85 e a taxa de câmbio a 5,0 R\$/US\$. Em seguida, os dois economistas mencionam os precatórios. Supondo que o montante devido em 2022 e adiado se some aos novos precatórios de 2023, chega-se a um pagamento adicional, no próximo ano, de R\$ 57,59 bilhões. Outro risco, finalmente, é de que os estados consigam ganhar na Justiça a compensação que julgam adequada – maior do que a estipulada pelo governo federal – pelas perdas com

---

**R\$ 400 bilhões de piora fiscal é teto e não projeção, explicam economistas do IBRE, que ressaltam a importância de tratar com cautela e equilíbrio esse risco em 2023**

---

a imposição do teto do ICMS para combustíveis, energia, telecomunicações e transporte público. Nesse caso, serão mais R\$ 32 bilhões de piora fiscal.

No total, os dois economistas identificaram impacto de piora no resultado primário federal de R\$ 206,2 bilhões (2,0% do PIB), impacto não primário de piora fiscal de R\$ 25 bilhões (0,2% do PIB) e riscos fiscais de R\$ 151,6 bilhões (1,5% do PIB). A soma dos três itens é de R\$ 382,7

bilhões, ou 3,7% do PIB. A esses valores pode-se somar a ampliação dos gastos financeiros com o aumento da taxa de juros. Borges estimou que a piora das condições financeiras eleva essa despesa em R\$ 52 bilhões, o que, somado aos outros itens, totalizaria R\$ 434 bilhões, aproximadamente 4,2% do PIB.

Isso não significa, naturalmente, que haverá piora fiscal dessa magnitude em 2023. Trata-se, na realidade, de balancear riscos e de chamar a atenção para a importância de se ter cuidado e equilíbrio ao tratar esse tema no próximo ano. Pires e Borges preferem focar na piora projetada do resultado primário federal, equivalente a 2% do PIB.

Ao encaminhar o PLOA 2023, o governo incorporou alguns dos itens elencados acima, o que reduziu a incerteza e, por outro lado, dimensionou o tamanho do problema. Com esses ajustes, a peça orçamentária prevê um déficit primário do governo federal de R\$ 63,7 bilhões (0,62% do PIB), contra superávit de 1,27% do PIB, acumulado nos últimos 12 meses. Mas Pires estimou que os itens com impacto primário efetivamente incluídos pelo governo no orçamento totalizaram R\$ 81,1 bilhões, restando de fora, entre outros, a manutenção do reajuste para R\$ 600 do Auxílio Brasil, o reajuste da tabela do Imposto de Renda e a normalização das despesas discricionárias, que juntos totalizam R\$ 125 bilhões, equivalentes a 1,2% do PIB. Assim, é importante focar nas estratégias que precisam ser desenvolvidas para equacionar o problema em um contexto no qual a perspectiva é de uma piora fiscal bastante significativa.

Segundo Nelson Barbosa, pesquisador do FGV IBRE, o ajuste fiscal realizado nos últimos anos é insustentável, já que foi baseado em significativa parte no congelamento nominal – e, portanto, redução real – dos salários do funcionalismo e numa compressão das despesas discricionárias que ameaça o funcionamento da máquina pública e causa depreciação do capital público.

Agora, avalia Barbosa, há também o desajuste mais de curto prazo, com um orçamento para 2023 no qual as despesas adicionais e as desonerações tornam impossível cumprir as regras do atual arcabouço fiscal.

Assim, a prioridade número um de qualquer governo em 2023 é resolver esse problema de curto prazo, representado por piora contratada do resultado primário de 2% do PIB, com risco adicional de mais 2,2% do PIB de piora fiscal, de acordo com os cálculos de Pires e Borges. Uma saída, avalia Barbosa, é a de dar um *waiver* (licença para não cumprimento de regras) ao governo em 2023 – o que também pode ser chamado de “espaço fiscal adicional” – enquanto se discute novo arcabouço para ancorar as expectativas e garantir trajetória sustentável da relação dívida/PIB a partir de 2024. O economista avalia que essa saída é preferível a tentar preencher a lacuna fiscal com receitas de privatização, o que, na sua visão, seria reduzir o patrimônio público sem solucionar o problema nem de curto nem de longo prazo.

Pires, por sua vez, apresenta análise de recente proposta saída do Ministério da Economia, ainda em caráter informal, de estipular um intervalo de confiança para a relação

dívida/PIB, dentro do qual se poderia aumentar o gasto. Pires nota que a dívida pública registra várias operações de política econômica, como fiscal, monetária e cambial. Para se enquadrar num limite desse tipo, o governo pode lançar mão de medidas de impacto limitado no tempo, como privatização; ou mesmo ser incentivado a distorcer o propósito de outras políticas – a depender do conceito de dívida –, adotando medidas de impacto contábil como venda de reservas internacionais.


---

Para Nelson Barbosa, o  
ajuste fiscal dos últimos  
anos é insustentável, já que  
é baseado no congelamento  
nominal de salários e  
compressão de despesas  
discricionárias

---

Uma estratégia desse tipo, na visão de Pires, reflete preferências do atual governo, em particular pela privatização, e poderia, caso empregada na tentativa de reduzir o risco fiscal percebido no curto prazo, aumentar o espaço para novos gastos. Mas o economista aponta que, justamente pelo caráter não permanente ou contábil desse conjunto de medidas, é bem possível que não resolva o problema fiscal estrutural, ao custo – como também indicou Barbosa – de alienar capital público.

Na verdade, como lembra Pires, o próprio Bolsonaro ganhou um *waiver* de regras fiscais em 2022, quando se somam mudanças do teto de gasto, como a periodicidade do indexador; o adiamento do pagamento de precatórios; e a exclusão dos novos gastos do Auxílio Brasil do teto. Segundo seus cálculos, o “espaço fiscal adicional” de Bolsonaro em 2022 soma R\$ 155,41 bilhões, compostos pela Emenda dos Precatórios (EC 114/2021), com R\$ 114,16 bilhões, e a Emenda dos Auxílios (EC 123/2022), com R\$ 41,25 bilhões. A Emenda dos Precatórios, na realidade, contém tanto a questão dos precatórios em si (R\$ 44,6 bilhões de espaço fiscal) como a mudança da indexação do teto (R\$ 69,56 bilhões).

Assim, levando em conta o total que continua excluído do orçamento 2023, de R\$ 125 bilhões, segundo as projeções de Pires e Borges, tem-se um número que não está muito longe do *waiver* fiscal que Bolsonaro obteve em 2022. A diferença está no fato de que o governo atual conseguiu o *waiver* apresentando melhora de resultado fiscal, o que serviu para acalmar o mercado, diferentemente do que deve ocorrer no próximo ano. Caberá ao próximo (ou próxima) presidente a delicada tarefa de indicar uma abordagem realista e responsável para lidar com o risco fiscal de 2023. 

---

O texto é resultado de reflexões apresentadas em reunião por pesquisadores do IBRE. Dada a pluralidade de visões expostas, o documento traduz minhas percepções sobre o tema. Dessa feita, pode não representar a opinião de parte, ou da maioria, dos que contribuíram para a confecção deste artigo.



PRESENCIAL - ONLINE - LIVE

# CRESÇA DO SEU JEITO E NO SEU RITMO.

Cursos de  
Curta e Média  
Duração.

Tenha a liberdade  
para adequar  
o melhor  
formato de estudos  
ao seu momento  
profissional.

Saiba mais e inscreva-se.  
[fgv.br/curta-e-media](http://fgv.br/curta-e-media)

 **FGV** | EDUCAÇÃO  
EXECUTIVA



# Completou-se a recuperação pós-pandemia

**Samuel Pessoa**

Pesquisador associado do FGV IBRE

No início de setembro, o IBGE divulgou o desempenho da economia brasileira no segundo trimestre de 2022. A equipe de economia aplicada do FGV IBRE esperava crescimento de 1% ante o primeiro trimestre de 2022 e de 2,9% ante o segundo trimestre de 2021. Os resultados divulgados foram um pouco melhores, respectivamente 1,2% e 3,2%.

Há sinais de que praticamente se completou o processo de recuperação da economia em seguida ao tombo do segundo trimestre de 2020, de 9%. No segundo trimestre de 2022, a economia rodou 3% acima do nível anterior à epidemia, isto é, do quarto trimestre de 2019. Mas o sinal mais claro de que se completou a recuperação é o dado dos “outros serviços”, o segmento mais afetado pela crise e de recuperação mais lenta. Outros serviços respondem por aproximadamente 15% da economia, mas por 34% do emprego. No segundo trimestre deste ano, o segmento apresentou forte recuperação, rodando 4,4% acima do quarto trimestre de 2019, 3,3% acima do primeiro trimestre de 2022 e 13,6% acima do segundo trimestre de 2021.

O gráfico apresenta a trajetória da economia brasileira em bases trimes-

trais, com ajuste sazonal, desde 2007. A base 100 está no quarto trimestre de 2022. A tendência para o período posterior à grande crise brasileira de 2014 a 2017 foi calculada considerando como base o período do primeiro trimestre de 2017 até o quarto trimestre de 2019. A tendência de crescimento nesse triênio foi de 1,3% ao ano. Com a última divulgação do IBGE, a economia situou-se, no segundo trimestre de 2022, 0,29% abaixo da tendência prévia.

Além de boas notícias na atividade econômica, temos tido ótimas notícias

no desempenho do mercado de trabalho. A tabela 1 apresenta uma fotografia do mercado de trabalho no segundo trimestre de 2022. Cada linha da tabela representa a taxa de variação em relação a três bases diferentes de comparação. Na primeira coluna da tabela estão as taxas de crescimento para a população ocupada (PO) e na segunda coluna, para a massa salarial, o resultado da multiplicação da PO pelo rendimento médio.

A PO cresceu 2% ante o primeiro trimestre de 2022, 11,1% ante o segundo trimestre de 2021 e rodou,



Tabela 1

Base	População ocupada	Massa salarial
1º tri 2022	2,0	4,1
2º tri 2021	11,1	4,8
4º tri 2019	6,2	-2,2

no segundo trimestre de 2022, 6,2% acima do nível anterior à pandemia. Como comparação, na economia americana, que tem se recuperado muito rapidamente, a PO encontra-se somente 1% acima do nível pré-crise.

A tabela 2 apresenta a comparação da trajetória de recuperação da economia brasileira e da americana em seguida à crise causada pela epidemia, para o produto interno bruto (PIB) e para os principais componentes da demanda agregada. Em todas as séries considerei nível 100 para o quarto trimestre de 2019. Tanto a economia brasileira quanto a americana encontram-se 3% acima do nível anterior à pandemia. Há diferenças de com-

posição na recuperação. No Brasil, o investimento voltou muito mais forte, fruto também do nível muito deprimido que vigorava antes da crise. E a retomada do consumo foi mais intensa para a economia americana. De qualquer forma, há grande paralelismo entre as trajetórias de recuperação das duas economias.

O que esperar para o segundo semestre de 2022? A surpresa positiva no primeiro semestre deste ano teve dois motores. Primeiro, as forças da reabertura da economia. Como vimos, o principal motor dessa recuperação, o segmento de outros serviços, já se normalizou. O segundo motor do desempenho melhor foi a expan-

são fiscal em ano eleitoral, em função do ciclo político da despesa pública. Este motor ainda estará conosco no segundo trimestre. Finalmente, há um terceiro motor que deve manter desempenho ligeiramente positivo neste segundo semestre. No segundo trimestre de 2022, a massa salarial real, como ilustrado pela tabela, cresceu 4,1% em relação ao primeiro trimestre e 4,8% em bases interanuais.

Assim, é possível que os fatores listados no parágrafo anterior continuem compensando a contração monetária e o ano termine com crescimento entre 2,5% e 3% e com a taxa de desemprego na casa de 8,5%. O(a) novo(a) presidente, ou o atual, se reeleito, ao se sentar na cadeira no Palácio do Planalto, olhará 2023 e verá uma economia a pleno emprego com inflação bem acima da meta. O ciclo político na despesa falará mais alto. Em 2023 teremos contração fiscal. Caso contrário, será muito difícil para o Banco Central entregar inflação na meta em 2024. ▾

Tabela 2

	PIB		Consumo das famílias		Consumo do governo		Formação Bruta de Capital Fixo		Exportação		Importação	
	Brasil	EUA	Brasil	EUA	Brasil	EUA	Brasil	EUA	Brasil	EUA	Brasil	EUA
2019.IV	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
2020.I	98	99	99	98	100	101	104	99	96	96	99	97
2020.II	89	90	88	89	92	102	88	91	96	76	88	80
2020.III	96	97	94	97	95	101	98	96	97	85	82	94
2020.IV	99	98	97	98	97	101	113	100	96	89	97	100
2021.I	100	99	97	100	96	102	122	104	99	89	108	103
2021.II	100	101	97	103	98	102	117	104	109	90	105	104
2021.III	100	101	98	104	98	102	117	104	101	89	99	106
2021.IV	101	103	99	104	99	101	117	105	101	94	100	110
2022.I	102	103	99	105	99	101	113	107	106	92	96	115
2022.II	103	103	102	105	98	100	119	106	104	96	103	116



## **Agora, a revista de economia mais tradicional do país também é blog**

Conheça este novo canal da *Conjuntura Econômica* e acompanhe, a cada semana, matérias e entrevistas que complementam e atualizam as análises que chegam mensalmente aos leitores.

Blog da CONJUNTURA  
**ECONÔMICA**

Disponível em versão mobile e desktop  
[fgv.br/ibre/blog-da-conjuntura-economica](http://fgv.br/ibre/blog-da-conjuntura-economica)



## Rumo certo

Se hoje há um assunto transversal na política externa de qualquer país, resistente aos choques da Covid-19 e da guerra na Ucrânia, esse é o ambiental. A defesa de práticas que visem à redução de emissões de gases poluentes e colaborem para conter o aquecimento global, rumo a uma economia carbono zero, tende a influenciar cada vez mais as relações entre países, das trocas comerciais às decisões de investimento direto estrangeiro.

Nesta edição, reunimos o ponto de vista de duas especialistas sobre os desafios brasileiros no campo externo, incluindo a agenda ambiental. Natalie Unterstell, presidente do Instituto Talanoa, que já representou o Brasil em negociações sobre mudança do clima junto às Nações Unidas, defende o foco no de-

envolvimento de um mercado de carbono nacional, que fortaleça os produtores brasileiros em situações como a anunciada pela União Europeia, que em 2025 pretende iniciar taxaço da importação de uma série de produtos caso o país de origem não cumpra determinados padrões ambientais.

Lia Valls, pesquisadora associada do FGV IBRE, faz uma análise de como os recentes choques tendem a influenciar as trocas comerciais e as configurações das cadeias produtivas globais, destacando que é preciso que o país recupere seu papel dentro da discussão internacional sobre meio ambiente. “Temos um histórico positivo nesse campo. Precisamos mostrar que o que passou nos últimos anos foi um interregno, e que a questão ambiental continua sendo um tema de Estado”, afirma.

# “É importante sermos um ator construtivo na diplomacia ambiental”



## Natalie Unterstell

Presidente do Instituto Talanoa

**Solange Monteiro**, do Rio de Janeiro

A carreira de Natalie Unterstell na área ambiental começou na Amazônia. Hoje estabelecida no Rio de Janeiro, de onde lidera o Instituto Talanoa, *think tank* dedicado a políticas climáticas, ela observa o aumento do desmatamento na região com especial preocupação. “Houve um relaxamento na fiscalização de crimes ambientais, e corrigir esse sinal dado nos últimos anos não será fácil”, diz, ressaltando que ninguém poderá substituir o Estado nessa tarefa. Em conversa para a *Conjuntura Econômica*, Natalie, que é formada pela FGV Eaes, com diversas especializações que incluem Sustentabilidade na Harvard Kennedy School, defende a necessidade de o Brasil desenvolver uma estratégia de financiamento de seu plano de transição para uma economia carbono zero, bem como o resgate da posição do país no debate global sobre mudanças climáticas. “Enquanto não apresentarmos um discurso firme e resultados práticos de redução do desmatamento, será difícil encontrar quem abra espaço gratuitamente para o Brasil nesse jogo”, afirma.

**Conjuntura Econômica — De que forma a crise energética observada hoje na Europa, derivada da guerra na Ucrânia, pode afetar o caminho à descarbonização?**

Vivemos um momento de múltiplas crises, e a guerra na Ucrânia foi um choque forte, como se alguém jogasse uma pedra em um tabuleiro e fizesse as peças do jogo voarem, que agora passam a ser reposicionadas. Mas a transição energética global é um processo que vem de décadas, diria que estamos da metade para a frente nesse caminho. Por conta disso, principalmente depois de 2015, o preço de energias renováveis modernas como solar e eólica, e mesmo das baterias elétricas, tem caído significativamente.

te, e por essa razão essas tecnologias estão se difundindo rapidamente, mesmo em locais onde se tem pouco estímulo governamental, como é o caso do Brasil. Nossa geração eólica, por exemplo, já é uma das mais baratas do mundo. Aonde quero chegar? Por mais que momentaneamente tenhamos em alguns países uma saída pelo gás, outros ligando térmicas inclusive a carvão, acho que é um movimento um tanto conjuntural. No médio/longo prazo veremos que, por uma questão tanto de preço quanto de segurança geopolítica, voltaremos a um movimento mais forte das renováveis. Não é *wishful thinking*. Tampouco quer dizer que não haverá nada de fóssil. Mas acho que essa direção não mudará.

Uma coisa, entretanto, a que é preciso atenção, é quanto ao posicionamento do gás natural como combustível de transição. Isso é válido em alguns contextos, mas não em todos. É algo a ser observado no Brasil, que já tem uma disponibilidade enorme de outros recursos que são mais baratos. O que vimos, por exemplo, na lei de privatização da Eletrobras (*que prevê a contratação de 8 mil megawatts de novas usinas a gás a serem construídas nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, cujo primeiro edital de leilão foi aprovado no final de agosto pela Aneel, com licitação marcada para 30 de setembro*), é um movimento que pode nos deixar reféns de um uso para o gás que custará caro ao consumidor, e que pode nos levar ao caminho contrário do mundo, que busca limpar sua matriz elétrica. Mesmo tendo um alto percentual de

renováveis na matriz, o Brasil tem a tarefa de completar essa transição. E isso vale não só para o setor elétrico, como também para os transportes. É fato que o ponto mais sensível para o Brasil em termos de emissões de gases do efeito estufa é o uso da terra, o desmatamento, mas são esforços que devem caminhar juntos.

### **Considera que a situação europeia pode influenciar o debate na Con-**

---

Mesmo tendo um alto percentual de renováveis na matriz, o Brasil tem a tarefa de completar essa transição. E isso vale não só para o setor elétrico, mas para os transportes

---

### **ferência do Clima da ONU (COP 27), no Egito, em novembro?**

A COP 27 é a chamada COP de implementação. Nela serão cobrados vários compromissos dos países, sendo um dos mais críticos a reforma dos subsídios para combustíveis fósseis, que no ano passado gerou muita polêmica. Países do G20, e do G7, serão muito cobrados em

relação à reforma dos subsídios nesse contexto de guerra. Espera-se que a pressão suba em relação a esse assunto. E também se espera a discussão de como os países estão se planejando para a transição ao carbono zero, especialmente em termos de financiamento. A África do Sul está com um modelo muito bacana, e outros países como Filipinas, Indonésia e Nigéria embalaram nessa mesma proposta, de criar mecanismos de transição energética justa. A África do Sul é muito dependente do carvão, e em seu processo de transição está buscando não só a diversificação da matriz energética como de empregos, focando na requalificação de trabalhadores da indústria do carvão. Eles estimaram que essa transição custará em torno de US\$ 100 bilhões até 2030. Na COP do ano passado, já tinham levantado US\$ 8,5 bilhões junto a outros cinco países, entre europeus e os Estados Unidos. E também estão buscando atrair capital privado.

**Nos últimos anos o Brasil perdeu sua credencial como referência no debate sobre mudanças climáticas, muito em função do aumento do desmatamento na Amazônia – somente em 2021 a destruição de floresta amazônica equivaleu à metade do território do estado do Sergipe, segundo dados do Imazon –, que tem se refletido na reputação brasileira nos fóruns internacionais. Como recuperar a imagem do país?**

Enquanto o Brasil não apresentar um discurso firme e resultados práticos de

redução do desmatamento, será difícil encontrar quem abra espaço gratuitamente para o país nesse jogo. Outro elemento importante é sermos um ator construtivo na diplomacia ambiental. Acho que nos últimos anos o Brasil pecou nessa postura, um tanto unilateral, isolacionista. Uma postura de colaboração é muito apreciada, e era por isso que o Brasil era considerado referência nos fóruns sobre mudança climática. Posso dizer porque estava lá: o Brasil não era agente reformador, tampouco progressista nas negociações, mas buscava atuar com uma postura construtiva.

**No documento *Uma agenda inadiável (que apresenta propostas de políticas públicas para os candidatos à Presidência, do qual participa o pesquisador associado do FGV IBRE Samuel Pessoa)*, você contribui no capítulo ambiental, no qual são elencados 12 tópicos para transformar as vantagens comparativas do Brasil em competitivas. Entre eles estão temas particularmente sensíveis hoje: Amazônia e os setores energético e agrícola. Quais as principais diretrizes que têm de ser observadas nessas áreas?**

No caso da Amazônia, o principal ponto é a necessidade de correção do sinal dado pelo Poder Executivo, e de fato montar uma agenda inteligente de comando e controle, que foi paralisada na atual gestão. Hoje vivemos uma situação – muitos estudos apontam – de relaxamento da fiscalização de crimes ambientais, que por si só gera efeitos em diver-

sas instâncias. E isso tem relação, entre outros fatores, com a questão da terra. Temos uma grande falha de governança nesse sentido, pois são áreas que são da União, de estados, e hoje não estão designadas, não têm títulos privados, nem uso específico público definido. Não será uma tarefa fácil, pois os agentes que hoje estão lá não abandonarão suas práticas simplesmente por uma eventual troca de presidente, por exemplo. É uma agenda sensível,

---

O agro precisa provar para

o setor externo que está

livre de desmatamento.

Isso os produtores têm que

fazer junto com o governo,

com um sistema nacional

de rastreabilidade

---

terá seu custo político, mas é onde o Estado tem de se fazer presente, pois ninguém pode substituí-lo nessa tarefa.

No caso do agronegócio, trata-se de um setor muito heterogêneo. Há muitos agros dentro do agro brasileiro, a começar por um pequeno percentual supercompetitivo, exportador, que está sofrendo uma

pressão internacional enorme por conta do desmatamento. No campo das políticas públicas, para esse segmento, há duas tarefas muito importantes. Uma delas é reduzir o desmatamento, que de certa forma independe deles, pois é competência do Estado. O segundo ponto é provar para o setor externo que esse agro está livre de desmatamento, que suas cadeias estão descontaminadas. Isso os produtores têm que fazer junto com o governo, constituindo um sistema nacional de rastreabilidade dessas cadeias. Temos iniciativas dispersas, que ainda não garantem a segurança adequada.

**Como esse sistema é hoje?**

Temos dados públicos, que chegam para o governo para constar em determinados documentos, mas que depois não são abertos sequer para as próprias *traders*. Então, não há necessariamente controle dos fornecedores indiretos, só dos diretos. Alguns frigoríficos, por exemplo, têm investido alto em busca desse rastreamento, mas no final do dia também dependem da informação governamental. Por isso é preciso uma política pública de rastreabilidade. E isso vale para uma série de cadeias produtivas que estão sendo cobradas.

Já para a parte do agro formada por pequenos produtores, são outras as políticas necessárias. Contamos com técnicas produtivas interessantes que estão se espalhando, como a integração lavoura-pecuária-floresta, outras de plantio direto que podem inclusive reduzir a dependência de



fertilizantes. Há algum tempo existe um programa de agricultura de baixo carbono que foi renovado agora, com metas muito interessantes. Mas nesse campo ainda há uma questão de engajamento dos pequenos produtores, de acesso ao crédito, de assistência técnica e tecnológica. Recentemente li dados que apontam que na Região Norte apenas 3% dos agricultores contam com assistência técnica. No Sul, esse percentual é de 40%. Ou seja, nem no Sul a cobertura é excelente.

### **E no caso da agenda ambiental voltada ao setor energético?**

Citarei dois pontos que têm a ver com energia e são críticos. Um deles é colocar um preço no carbono, criar um mercado nacional regulado para essas emissões. Ele não vai abarcar desmatamento, agronegócio, porque a modelagem do mercado de carbono não combina com esses setores exatamente. Mas alcançará os 16% de nossas emissões que são de indústria, do setor energético, e os ajudarão a se modernizar e a descarbonizar por completo. Essa é uma agenda supercrítica para o Brasil. Se não a desenvolvermos, nossos exportadores industriais serão taxados lá fora, e não vai demorar. A partir de 2025, a União Europeia pretende taxar a importação de aço, cimento, alumínio, fertilizantes e eletricidade originados de países que não cumpram os mesmos padrões ambientais que a região (*há propostas no Parlamento Europeu de submeter outros setores a essa medida, como produtos químicos,*

*plásticos e hidrogênio*). Se criarmos nosso mercado, teremos nossas próprias regras para apresentar e organizar esse debate. Por isso, é de nosso interesse precificar esse carbono o quanto antes.

Uma segunda agenda é adaptar a infraestrutura para os impactos da mudança do clima. Desde 2015 temos cenários apontando que em 2040 teremos menos chuva no Norte e mais chuva no Sul. Isso é importante na hora de projetar o investimento,

---

A agenda de precificação do carbono é supercrítica para o Brasil. Se não a desenvolvermos, nossos exportadores industriais serão taxados lá fora, e não vai demorar

---

por exemplo, de uma hidrelétrica, seja quanto à sua localização, seja quanto à tecnologia usada.

**Em sua passagem pela Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo federal (2013-15), você chegou a trabalhar em um projeto nessa área (Brasil 2040). Tratou-se de adaptação?**

Sim, chegamos a trabalhar no tema de adaptação de infraestruturas – conhecido em inglês como *climate proofing* – focado em blindar os investimentos públicos e privados dos impactos da mudança do clima. Porque muitas vezes fazemos investimentos como se o mundo não estivesse mais quente e o clima não estivesse instável. Ou seja, investimos em um mundo que já não existe, em infraestruturas que não irão nos trazer a produção desejada.

Na época, esse debate trouxe alguns avanços. Na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), foram criados planos para adaptação de outorgas. Na Empresa de Pesquisa Energética (EPE), houve uma revisão da política de construção de hidrelétricas na Região Norte. Em algum momento esse trabalho terá de ser retomado, para não se jogar dinheiro fora.

**Nos últimos anos vimos um movimento positivo de criação de títulos verdes para o financiamento de atividades econômicas sustentáveis, no Brasil e no mundo. Considera que uma mudança de cenário de juros e de perspectiva de crescimento nas principais economias pode comprometer essa onda de otimismo?**

Falando de Brasil e países em desenvolvimento, ainda há uma demanda reprimida. Basta ver como os *green bonds* explodiram de 2020 para cá, com uma emissão acelerada. Bate-mos recordes no mundo. Mas nossa oferta ainda é muito básica. São poucos os instrumentos desenvol-



**Hidrogênio verde:** “Antes mesmo de o tema pegar, já havia governadores do Nordeste levantando a plaquinha entusiasmados – com razão –, chamando investimentos e organizando essa discussão em um consórcio. Isso é positivo, e é bom que aconteça mais”

vidos, para mercado para garantias, *first capital*. E aí pode entrar o papel dos bancos multilaterais, o próprio BNDES está chegando nesse campo e deve mudar o cenário.

Outra questão relacionada às emissões de *green bonds*, *climate bonds* já realizadas no país, é que elas ainda não nos ajudam muito a avançar na agenda climática, pois estão concentradas em setores que já são bastante eficientes e competitivos, como o de papel e celulose. Houve um ensaio de emissão para o Ferrogrão (*ferrovia para escoamento de grãos do Centro-Oeste para os portos do Norte*), mas que gerou muitas críticas, pois tem um alto desmatamento embutido. Não acho que o projeto não deva trabalhar com esse instrumento, mas ainda há questões a serem resolvidas. No geral, entretan-


to, o que falta é um olhar estratégico, pois se ficarmos dependendo de cada privado que quiser emitir um título, o conjunto da obra não terá uma mesma cara. Como estamos num patamar inicial de desenvolvimento, com muita demanda, ainda é uma agenda pouco planejada, sem uma estratégia de financiamento climático.

Citei o exemplo da África do Sul, da Nigéria, que estão fazendo isso. Sou membro de um painel do Green Climate Fund e tenho conversado muito com representantes da Indonésia. Eles acabaram de assinar com o Asian Development Bank exatamente para financiar seu plano de transição. No Brasil, ainda não temos um agente público focado em fazer isso acontecer. Acho que o Banco Central tem feito coisas interessantes nos últi-

mos anos, sob a liderança de Roberto Campos Neto, como resoluções sobre risco climático, o que colabora para a permeabilidade desse tema dentro das instituições financeiras. Mas não dá para pensar que o BC vai resolver tudo pra gente, nem é o papel dele. Precisamos ter um formulador de política de fato fazendo esse papel.

### **Como avalia o papel dos entes subnacionais na construção de uma estratégia brasileira?**

No Brasil, as políticas climáticas nasceram antes nos estados. Antes do governo federal organizar uma pauta para a região amazônica, Amazonas e Acre já tinham estruturas, leis, programas que até hoje existem e são importantes. Acho que já tivemos mais políticas subnacionais do que temos hoje nesse campo, e inclusive acho que já foram melhores. Dito isso, e levando em conta o aspecto federativo, a gente precisava de mais alinhamentos. Ultimamente temos visto alguns estados se mobilizando, o surgimento de consórcios, que é uma novidade interessante. Veja o caso do hidrogênio verde. Antes mesmo de o tema pegar, já havia governadores do Nordeste levantando a plaquinha entusiasmados – com razão –, chamando investimentos e organizando essa discussão em um consórcio. Há também o consórcio dos governadores da Amazônia, que vem tentando atuar conjuntamente para atrair recursos externos e desenvolver um plano de recuperação para ajudar na pauta do desmatamento ilegal. Isso é positivo, e é bom que aconteça mais. ▣



“É preciso mostrar ao mundo que o meio ambiente é um compromisso de Estado”

## Lia Baker Valls Pereira

Pesquisadora associada do FGV IBRE, professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj

**Solange Monteiro**, do Rio de Janeiro

O alto nível de incerteza que paira pelo mundo alimenta muitas interrogações sobre o desempenho do comércio exterior brasileiro em 2023, bem como sobre a capacidade do país de atrair investimento em meio à revisão das cadeias globais de valor provocada pelos choques da Covid-19 e da guerra na Ucrânia. Nesta conversa para a *Conjuntura Econômica*, Lia Valls ressalta, entretanto, que algumas ações podem contribuir para um bom posicionamento do país diante desse cenário turbulento. A primeira, recuperar o compromisso com o meio ambiente. Logo, privilegiar uma posição diplomática de neutralidade, que proteja o país de um risco de acirramento dos conflitos entre Estados Unidos e China. E, como ressalta em artigo desta edição (ver pág. 46), uma busca por cooperação dentro da América do Sul. “A ideia de que, para se ter maior liderança no mundo, é preciso ter garantia da sua liderança regional é algo que está voltando nesse contexto mais fragmentado. E há quem identifique que, para voltar à arena global com posição fortalecida, o Brasil precisaria começar recuperando sua importância regional”, diz.

**Conjuntura Econômica — O aumento de preços das commodities exportadas pelo Brasil em função da guerra na Ucrânia beneficiaram o país na primeira metade do ano. Pode-se esperar que o setor externo continue colaborando?**

No acumulado até julho, o aumento do valor exportado e importado – respectivamente de 20,1% e 31,6% em relação ao mesmo período de 2021 – deveu-se especialmente ao aumento de preços, já que em volume a alta das exportações foi menor, de 0,6%, e as importações caíram 0,6%. Ou seja, a corrente de comércio tem se recuperado, talvez não tanto quanto se imaginava, e graças a um aumento de 19,2% nos preços das exportações e de

32,1% das importações, como mostra o Icomex do FGV IBRE de agosto.

Quanto às perspectivas, ainda vivemos sob muita incerteza. O petróleo registra queda de preço, mas a Rússia já sinalizou a possibilidade de novas interrupções no fornecimento, e os países da Opep também demonstraram a intenção de segurar a oferta. No caso brasileiro, sabemos que a alta do petróleo beneficia o país por um lado, mas afeta ainda mais na conta das importações. Para as exportações de soja, ainda não há elementos que apontem a novos aumentos. A grande interrogação nesse campo é a China. Se o país conseguir recuperar o crescimento e fechar o PIB de 2023 em 5,5% será uma ótima notícia, pois teria impacto positivo sobre as exportações brasileiras. Por enquanto, entretanto, as estimativas indicam um cenário sem grandes aumentos de preço. O milho tem mostrado bom desempenho, e a carne tem sido um pouco prejudicada pelo aumento de fornecimento de carne suína russa para a China, o que tende a frear um crescimento de demanda do produto brasileiro.

O importante, de fato, é saber o que vai acontecer no cenário da economia mundial. Há projeções de que a Alemanha entre em recessão já no outono, impactada pela crise energética. Como carro-chefe da União Europeia, a tendência é de que complique ainda mais o cenário da região. Nos Estados Unidos, a expectativa é de manutenção do aperto de juros e, na América do Sul, o cenário tampouco é tranquilo. A Argentina, destino para o qual registramos au-

mento das exportações este ano (*de 13,9% de janeiro a julho em relação ao mesmo período de 2021*), não parece estar em situação para manter esse ritmo. O Chile, que em 2021 foi o quinto maior mercado para os produtos brasileiros, vive um período de turbulência política que pode afetar a economia. E ainda é preciso monitorar o grau das tensões entre Estados Unidos e China, que ao invés de se reduzirem, têm se acentuado, com o presidente Joe Biden sinalizando não

---

Enquanto durar esse cenário de incertezas, manter uma posição diplomática neutra, reforçando a importância do multilateralismo, será o melhor a fazer para o Brasil

---

se preocupar com esse cenário, classificando o país de autocracia.

**A guerra na Ucrânia e o aumento da tensão Estados Unidos x Rússia podem alimentar a tendência de uma desglobalização, apontada desde o início da pandemia de Covid-19? Em que isso poderia beneficiar o Brasil?**

Essa questão de desglobalização não afeta muito nossa dinâmica, até porque nem somos tão globalizados. Essa é uma discussão mais centrada em Estados Unidos e China. Para os americanos, desglobalizar é retirar um pouco mais de investimento da China em algumas cadeias que consideram mais sensíveis, como a de semicondutores e componentes eletrônicos.

**Considera que a estratégia de reduzir a concentração industrial na Ásia pode ser mais bem-sucedida no governo Biden do que com Trump?**

Na verdade, a forma que Trump escolheu para enfrentar a China foi declarar guerra comercial. Biden, por sua vez, está de fato promovendo um pacote de investimento e financiamento, injetando recursos para a fabricação de semicondutores e em outros setores que considera estratégicos. E como nos Estados Unidos olhar a China como ameaça é uma questão bipartidária, essa estratégia tende a seguir. Mas também temos que lembrar que nem tudo é cadeia global.

No caso de uma possível disposição ao *nearshoring* (*terceirização de atividades produtivas em países próximos geograficamente*), isso tenderia a beneficiar majoritariamente o México, que perdeu investimento para a Ásia e agora pode recuperá-lo. No caso do Brasil, muitos analistas concordam que o país não seria o primeiro candidato natural para os americanos. Claro que poderia ser beneficiado, mas entre aquelas empresas que também têm interesse em explorar o mercado doméstico. Olhar o Brasil priorita-

riamente como plataforma de exportação, entretanto, não seria o caso. Também é preciso lembrar que esse reposicionamento não implica uma debandada total do investimento americano que hoje está na Ásia. Os movimentos se concentram nos setores considerados nevrálgicos.

**Recentemente, o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) divulgou relatório ([www.cebc.org.br/download/10612](http://www.cebc.org.br/download/10612)) que mostra um aumento do investimento chinês no Brasil em 2021 (US\$ 5,9 bilhões), o maior desde 2017, e seis vezes mais alto do que o observado no restante da América do Sul. Ainda que essa alta se dê sobre uma base baixa, de 2020, é possível identificar um movimento virtuoso para o Brasil?**

O caminho que o investimento direto chinês no Brasil tomará daqui em diante dependerá muito da estratégia de política externa do governo chinês. A princípio, me parece pouco provável que ele acirre o confronto com os Estados Unidos investindo no Brasil em áreas em que a China não soma ao estar aqui. Por exemplo, qual seria a vantagem chinesa em instalar uma indústria de manufatura forte no Brasil? Nesse caso, o melhor é exportar para cá. Talvez haja boas novidades nos segmentos novos, no campo digital, onde os empresários têm sofrido restrições regulatórias em seu país. Pois, quem dominar essa tecnologia, domina a transformação digital. E, tal como aconteceu com a Huawei, com as pressões iniciais contrárias à

participação da empresa chinesa na exploração do mercado de 5G brasileiro, não me parece interessante que o governo se feche a parcerias.

Uma questão interessante que surgiu foi a possibilidade de os investimentos chineses na América do Sul entrarem no radar de atenção da Europa, tal como acontece na África, onde os europeus já concorrem com a China. Essa preocupação é um dos fatores levantados por analistas para a recente visita de representantes

---

No caso do Brasil,  
muitos analistas  
concordam que o país  
não seria o primeiro  
candidato natural para  
os americanos em questão  
de *nearshoring*

---

europeus ao Brasil, interessados em retomar o acordo União Europeia-Mercosul. Parece-me que o quadro eleitoral também pode ser um motivador para esse movimento, com os europeus deixando uma porta aberta para o caso de que uma mudança de governo possa resultar em posicionamentos diferentes em setores caros para eles, como o ambiental.

**Como avalia as propostas dos principais candidatos à Presidência para a política externa?**

Ainda são programas genéricos. No caso de Jair Bolsonaro, reforça a ideia de perseverar no caminho da liberalização. Já Lula defende o fortalecimento dos Brics, a integração sul-sul e o fortalecimento do Mercosul.

**Considera o atual governo bem-sucedido na proposta de liberalização comercial?**

Houve um trabalho discreto da Secretaria de Comércio Exterior que resultou em medidas como um aprimoramento do Portal Único (*que registra e controla as operações de comércio exterior*), reduzindo a burocracia. Houve também uma ênfase em procedimentos aduaneiros e em reduções tarifárias pontuais em bens intermediários e de capital fora da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, mas sem uma reforma tarifária efetiva. Em termos de acordo comercial, houve o acordo do Mercosul com a Associação Europeia de Livre-Comércio (Efta, na sigla em inglês), que já estava sendo negociado desde 2017, mas nada além. É preciso lembrar, entretanto, que tivemos a pandemia, que tornou o comércio internacional confuso e reduziu o espaço para negociações. E, no caso da adesão do país à OCDE, o país continuou cumprindo a agenda, pois se trata de um processo demorado.

**No caso da proposta de Lula de impulsionar uma agenda em torno dos**

### **Brics, qual seria o benefício para o Brasil diante da atual conjuntura?**

Para o país, no momento, o melhor cenário é buscar uma posição de neutralidade. Dadas as incertezas que observamos, não é adequado buscar alinhamentos com ninguém. Conseguimos, por exemplo, sobreviver à Guerra Fria sem grandes alinhamentos, ainda que tenha havido episódios em que estes aconteceram, no início do governo Castelo Branco, e com o presidente Dutra. Assim, enquanto durar esse cenário de incertezas, manter uma posição diplomática neutra, reforçando a importância do multilateralismo, será o melhor a fazer.

Trata-se de um contexto preocupante do ponto de vista comercial, pois não sabemos se as relações entre Estados Unidos e China poderão se acirrar ainda mais, exigindo posições mais claras do governo brasileiro. Esse mundo de forte polarização coloca uma questão para os países que não querem se alinhar automaticamente com um dos lados, pois qualquer passo acaba rebatendo nas preferências de comércio. Hoje o comércio mundial está precisando fortalecer suas regulações. Se olhar o que os Estados Unidos fizeram com a China nos últimos anos, e vice-versa, observa-se um comportamento à margem de qualquer disciplina. Como são grandes, fazem. A atenção é para que o Brasil não caia em algum tipo de preferência que possa acontecer. Nesse sentido, apesar de toda a retórica do atual governo contra a China, setores como a agricultura conseguiram reduzir aristas ao criar um núcleo para assuntos chineses dentro do ministério.

### **Nesse sentido, então, defender uma estratégia sul-sul estaria fora de contexto?**

Não exatamente. Pensar uma estratégia sul-americana, por exemplo, é importante. Se lembrarmos o contexto dos anos 1980, de consolidação do eixo europeu, com o avanço da integração dos países no que viria a ser a União Europeia, formada em 1992, o eixo Estados Unidos, com o país fazendo acordos regionais, e o eixo asiático liderado então pelo Ja-

---

A ideia de que para se ter maior liderança no mundo é preciso ter garantia da sua liderança regional é algo que está voltando nesse contexto mais fragmentado

---

pão – que na verdade era dependente dos Estados Unidos –, os líderes latino-americanos se questionaram sobre onde a América do Sul ficaria nesse tabuleiro. Essa iniciativa, liderada pelos então presidentes Raúl Alfonsín (Argentina) e José Sarney (Brasil), não foi motivada apenas pelo processo de redemocratização dos países, mas também pela

intenção de reforçar a integração dos países sul-americanos para estar mais bem-posicionados diante dessa dinâmica internacional. A ideia de que para se ter maior liderança no mundo é preciso ter garantia da sua liderança regional é algo que está voltando nesse contexto mais fragmentado. Algumas correntes, inclusive diferentes, retomam essa questão até pela sensação de que nos últimos anos o Brasil ficou marginalizado internacionalmente. E, para voltar à arena global com posição fortalecida, precisaria retomar sua importância regional.

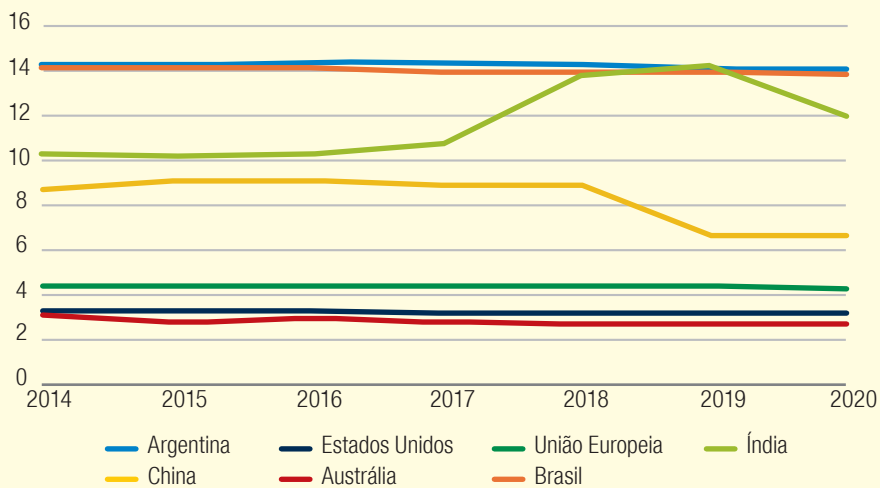
### **Hoje, entretanto, cada uma das principais economias da região vive desafios domésticos não triviais – já mencionamos aqui a situação política e econômica da Argentina e o clima no Chile, com o recente *rechazo* plebiscitário do novo projeto de Constituição. É possível pensar em um projeto de integração no curto prazo?**

É difícil. E a história até aqui tampouco ajuda. Apesar de terem problemas comuns, na realidade os países sul-americanos nunca conseguiram formar uma frente conjunta para enfrentá-los. Nem diante da crise da dívida externa, para citar um exemplo. Mas pode ser que os governos percebam que, diante da atual tensão, seja o momento de reativar ao menos o sentido de cooperação.

### **A redução da relevância do Brasil como ator internacional se deve em**

## Liberalização: questão tarifária basta?

Tarifa média aplicada a produtos não agrícolas



Fonte: WTO - <https://timeseries.wto.org/>.

**boa parte à relação do atual governo com o tema ambiental – mais especificamente, o desmatamento da Amazônia. Considera este o ponto mais relevante para reposicionar o país nesse tabuleiro?**


A agenda ambiental é um tema importante, e é possível recuperar esse ativo, mostrar que os últimos anos foram um interregno, mas que a questão do meio ambiente, bem como a proteção a populações tradicionais, o combate à desigualdade são um compromisso de Estado. Temos um histórico positivo nesse campo. O problema hoje é que não sabemos quanto levará, por exemplo, para restabelecer órgãos de fiscalização, mas pode-se sinalizar esse compromisso. Além de incentivar o aumento da cooperação técnica não só na área ambiental como de saúde pública. São iniciativas que confirmam um compromisso com a agenda internacional.

**Em que medida a sequência de choques sofridos pelo mundo pode influenciar a agenda externa brasileira no longo prazo?**

Recentemente, o Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cin-des) publicou o documento *Integrar para crescer* (<https://bit.ly/3BpbExj>), que tem como base a defesa de que liberalização comercial é chave para o desenvolvimento econômico do Brasil, ressaltando o atraso do país nesse processo. Para os coordenadores do documento, inclusive, parte dessa liberalização sequer deverá acontecer via acordos comerciais, pois isso implicaria ter de ceder em outros temas como serviços, que não interessariam ao Brasil. Uma liberalização unilateral estaria, inclusive, sinalizando uma não discriminação, algo positivo dentro de uma conjuntura de polarização Estados Unidos-China. No evento de lançamento dessa proposta, entretanto, o ex-presidente do BNDES, Luciano

Coutinho, ponderou citando a volta de políticas industriais nas principais economias do globo, apontando que o ideal de globalização com total abertura entre países não aconteceu, e que as políticas públicas voltaram para a agenda. Até para acelerar processos urgentes, como o de transição energética, onde a participação do governo ganha importância. No caso brasileiro, temos que lembrar que o setor sensível não é a agricultura, mas a indústria. Então Coutinho defendeu que uma política de exportação hoje não deveria se limitar a uma agenda de liberalização, mas sim incluir políticas que garantam a competitividade da indústria, como a reforma tributária.

**E como seria uma política industrial que atendesse às atuais demandas sem incorrer em erros de experiências passadas?**

Acho que, nesse sentido, uma referência é a obra da economista Mariana Mazzucato (autora, entre outros, de *O Estado empreendedor*), que defende a adoção de políticas orientadas por missões. Ou seja, uma política em que o foco não esteja nos subsídios, mas na criação de uma estratégia em que os incentivos sejam parte de um programa maior, em que as empresas têm de atender a critérios que gerem mais externalidades positivas para a economia como um todo. Isso abriria espaço para uma política industrial que fosse funcional para as transformações da própria economia rumo a um desenvolvimento mais verde, digital, benéfico para o país como um todo. 

# Desafio revigorado da poupança de longo prazo

**José Roberto R. Afonso**

Economista, professor do IDP e ISOSP, pesquisador do CAPP/Universidade de Lisboa e GV Europa

**Thiago Felipe R. Abreu**

Economista, doutorando em economia pela PPGCE/Uerj

A evolução da formação da poupança doméstica familiar apresenta fortes oscilações desde a chegada do coronavírus. Não apenas novas tendências são apuradas, refletindo fatos conjunturais, como a pandemia de saúde e a guerra europeia, mas novos desafios são postos, aí em caráter estrutural – com a crescente opção de trabalhadores de trocarem os empregos tradicionais por outras formas de trabalho.

Primeiro, a poupança do medo disparou. “Como nunca as famílias estão poupando, em todo o mundo, com o advento do novo coronavírus e, como em outras crises, no Brasil, derrete a taxa de investimento fixo. Se crise vira oportunidade, um desafio monumental é aproveitar para transformar poupança em investimento.”<sup>1</sup> Esse trecho fez parte do artigo publicado na revista *Conjuntura* em outubro de 2020 pelos presentes autores. Desde então nos debruçamos em estudar melhor esta poupança não só precaucional, mas forçada pelas medidas restritivas na tentativa de minimizar a disseminação do vírus Sars-CoV-2.<sup>2</sup>

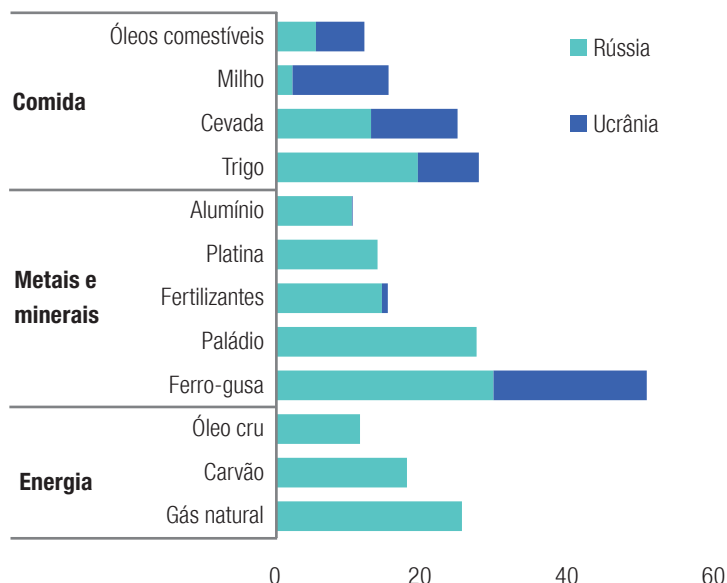


Um novo impacto veio com a rápida recuperação das economias e, a partir do início do ano de 2022, a disparada mundial da inflação e a eclosão da guerra na Ucrânia, cujos efeitos combinados foram um súbito esgotamento da poupança precaucional antes mencionada.

Blanchard e Pisani-Ferry (2022) apresentam um quadro resumindo os principais efeitos da guerra para a União Europeia, mas que podem, de certo modo, servir como base para analisar os impactos que a guerra trouxe para o resto do mundo, principalmente no que diz respeito aos preços mais altos dos alimentos à medida que os rendimentos das safras ucranianas e russas caem, reduzindo a oferta global.<sup>3</sup> Isso porque ambos os países concentravam a oferta global de um amplo conjunto de *commodities* e de energia, principalmente para a Europa – ver figura 1. A redução dessa oferta, junto com os pacotes anticíclicos no combate à crise pandêmica, pressionou a inflação de forma global e, como brasileiros bem sabem, os mais pobres,



Figura 1 **Participação da Rússia e da Ucrânia nas exportações de commodities**



Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Banco Mundial, *Commodity markets outlook*, abr. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3PZFtsi>.

como sempre, são os mais afetados quando o assunto é inflação.

Nesse sentido, Celasun *et al.* (2022) estimam que as famílias europeias terão um aumento de cerca

de 7% em seu custo de vida este ano. Porém, os preços mais altos da energia impõem um fardo ainda mais pesado às famílias de baixa renda porque gastam uma parcela

maior de seu orçamento em eletricidade e gás.<sup>4</sup>

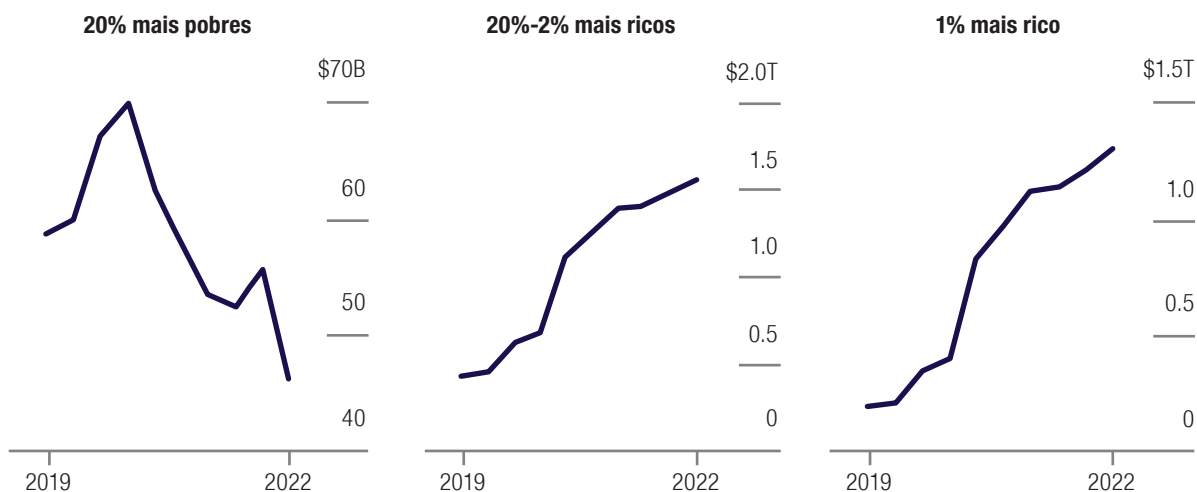
Com isso, a poupança acumulada ao longo dos últimos 2 anos tem se exaurido nos principais países. Dados para os EUA mostram que o estoque de poupança acumulado para muitos americanos, especialmente aqueles na extremidade inferior da escala de renda, já se esgotou<sup>5</sup> e que a poupança privada caiu para o menor valor desde 2009.<sup>6</sup>

Os mesmos resultados podem ser vistos para o Brasil. O indicador de inflação por faixa de renda produzido pelo Ipea (figura 3) mostra como os mais pobres vêm sofrendo com um nível maior de inflação frente aos mais ricos.<sup>7</sup>

Quanto à poupança das famílias brasileiras, vale aqui apresentar uma *proxy* a partir da estimativa mensal da Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF), produzida pelo BCB. A taxa de poupança é

Figura 2 **Estoque de depósitos à vista e em moeda nos EUA:**

20% mais pobres contra 20% mais ricos



Fonte: Anstey, 2022.

calculada a partir de dados de consumo das famílias das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE reduzido da *proxy* mensal da Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias.<sup>8</sup>

Após o pico da taxa de poupança no terceiro trimestre de 2020, hoje, no primeiro trimestre de 2022, a série histórica apresenta o menor nível da taxa de poupança das famílias desde 2008. O mesmo resultado é observado ao apresentar a evolução dos depósitos de poupança no Brasil.

Apesar do fim da poupança precaucional, atente-se que não se trata somente de voltar a níveis anteriores à crise pandêmica. O mundo caminha para um cenário em que cada vez mais novos postos de trabalho não se configurarão mais como emprego, tradicional, ou seja, cada vez mais passará a se trabalhar sem carteira de trabalho e sem proteção social.<sup>9</sup> Essa opção crescente de trabalhadores, sobretudo mais

O mundo caminha para um cenário em que cada vez mais novos postos de trabalho não se configurarão mais como emprego tradicional

qualificados, mais bem remunerados e mais jovens, deveria ter como contrapartida um aumento da propensão a poupar das famílias, em longo prazo, voltado para se proteger de imprevistos e para se preparar de melhor forma para sua aposentadoria.

Poucos estudos buscaram averiguar mudanças em relação à poupança para a aposentadoria durante a crise da Covid-19, mas cabe aqui destacar Hurwitz *et al.* (2021), em que os autores estudam as percepções dos indivíduos e os conselhos aos outros em relação à poupança para a aposentadoria durante a pandemia. Os resultados apontaram que não houve alterações sobre o otimismo das pessoas em relação às suas probabilidades de sobrevivência, e que muitas pessoas recomendaram que outros economizassem mais para a aposentadoria, mas os mais afetados pela pandemia diziam aos outros para economizar menos.<sup>10</sup>

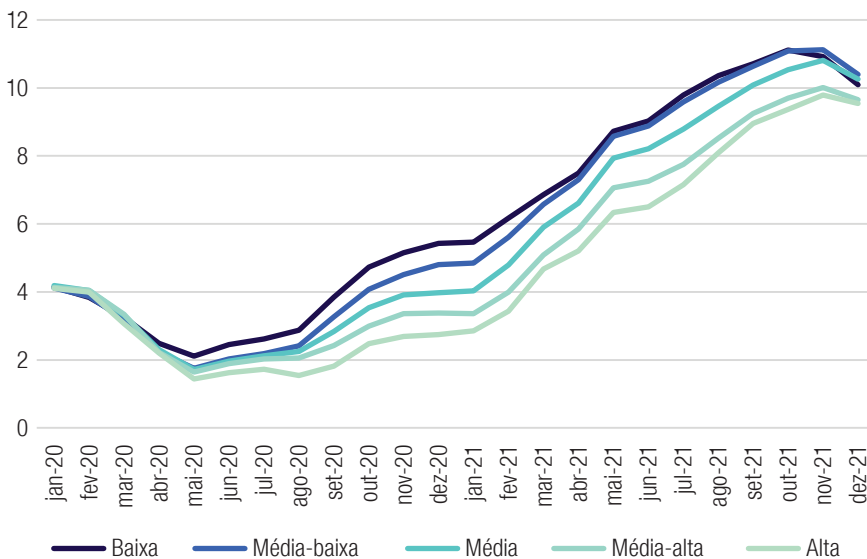
Um ponto a se destacar, apresentado em recente estudo de que participamos, a pedido da Abrapp, está na percepção das gerações mais jovens com relação ao trabalho e à previdência.<sup>11</sup> Percebe-se uma dificuldade crescente por parte dos jovens de pensar na previdência em relação a outras gerações, e, portanto, cresce a necessidade de se repensar os produtos oferecidos, a linguagem e os canais utilizados na mobilização para assegurar os investimentos em termos institucionais.

Enquanto a relação entre empregado e empresa vinha no passado acompanhada de uma visão do trabalho em que a carreira é “um plano de vida”, uma relação duradoura com o empregador, os jovens hoje têm uma percepção diferente desse tipo de relação de trabalho, como também possuem uma preferência por trabalhar como autônomos.

Tal fenômeno, cuja literatura mais recente tem optado por cha-

Figura 3 Inflação no Brasil por faixa de renda:

acumulada 12 meses (2020/2021)



Fonte: Ipea. Elaboração própria.

mar de *great resignation*, foi visto mais de perto nos EUA com mais de 4 milhões de jovens pedindo demissão no final do ano de 2021 e utilizando redes sociais para compartilhar a saída do emprego como um momento de festa.<sup>12</sup>

No Brasil, em um levantamento recente da Firjan, observa-se que, entre os meses de janeiro e maio deste ano, 2,9 milhões de trabalhadores brasileiros pediram para sair do trabalho, cerca de 34% de total de baixas na CLT, porém, diferentemente dos EUA, esse movimento é restrito a um grupo formado por jovens e, geralmente, pessoas com maiores níveis de escolaridade e que estão ligadas a atividades que podem ser feitas de maneira remota.<sup>13</sup>

Dessa forma, métodos de poupança de longo prazo, em que se requer um planejamento financeiro maior, com maior capacidade de prever gas-

Métodos de poupança de longo prazo, em que se requer um planejamento financeiro maior passam a ficar defasados frente ao comportamento das novas gerações

tos e ganhos presentes e futuros passam a ficar defasados frente ao comportamento das novas gerações.

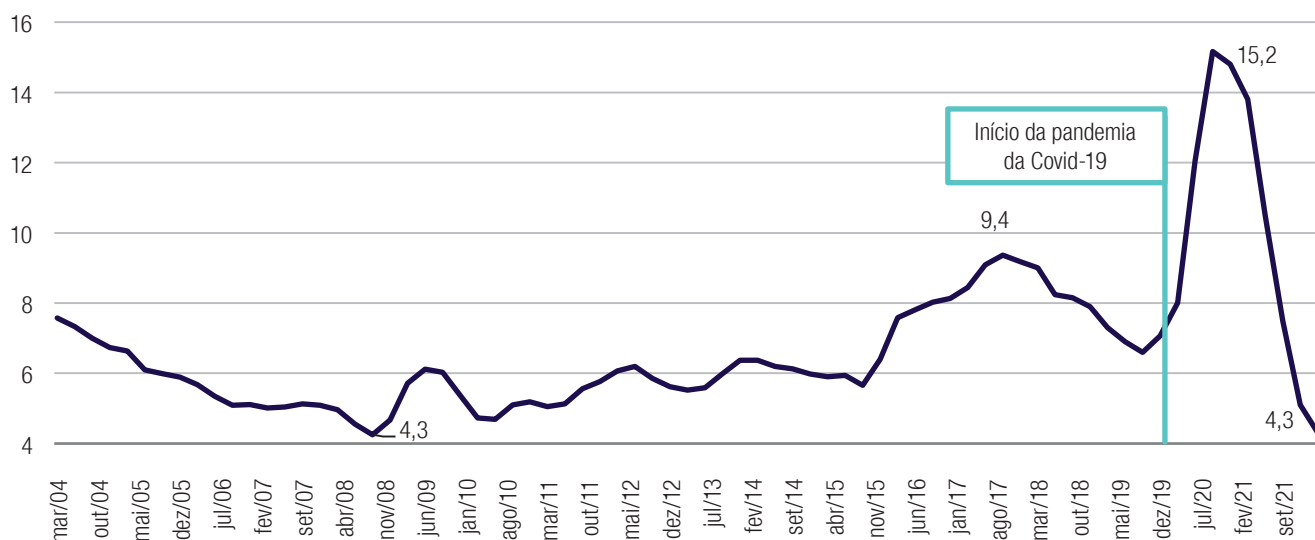
Nesse novo contexto, a regulação da previdência privada deve ter uma atenção especial para que possa dar uma solução permanente, estável,

jurídica e economicamente segura e satisfatória. Uma proposta é a criação de uma Lei Geral de Proteção à Poupança Previdenciária, instrumento que poderia ter um grande potencial para dar maior segurança e para fomentar o alongamento da poupança pelas famílias brasileiras.<sup>14</sup> Não faz sentido só se ocupar do consumo e se defender o consumidor, mas continuar a se omitir diante da poupança e da emergência de se incentivar e proteger o poupador previdenciário. Isto para não se falar de mudanças tributárias, que, em todo o mundo, têm papel essencial para tributar menos quem poupa no longo prazo contra o de curto ou liquidez imediata.

O futuro da poupança privada e previdenciária é decisivo diante dos novos desafios para a economia e a sociedade decorrentes das mudanças recentes não apenas na tecnologia

**Figura 4 Poupança das famílias brasileiras:**

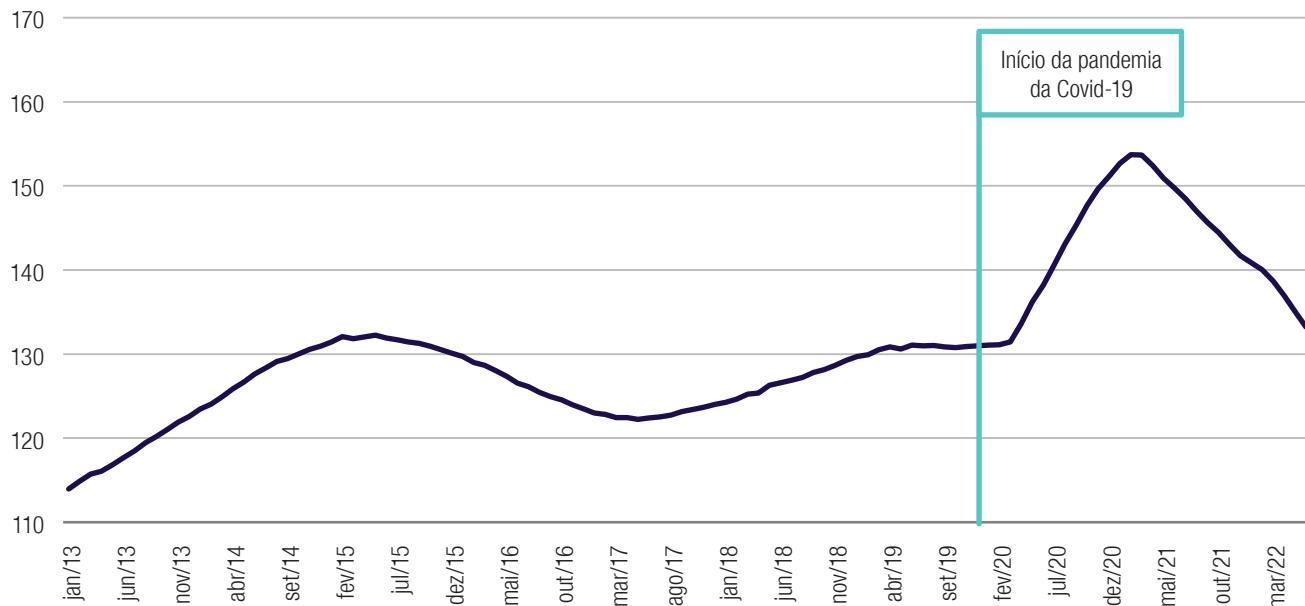
em % da Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias acumulada em 4 trimestres



Fontes: Bacen e CNT/IBGE. Elaboração própria.

**Figura 5 Saldo de depósitos de poupança (SBPE e Rural):**

em % do PIB - acumulado em 12 meses (jan.2013-jun.2022)



Fonte: Bacen. Elaboração própria.

como também nos padrões de vida, de trabalho e de renda. A previdência pública tende a encolher e a proteção social hoje focada nos empregados tende a se limitar, até porque parcela crescente dos trabalhadores optaram por não ter emprego formal e fixo. As políticas públicas e suas legislações precisarão ser reestruturadas. Serão exigidas novas estratégias, posturas e medidas, com nova regulação pública e com maior dinamismo das formas privadas e voluntárias de poupança familiar e de longo prazo. ✉

<sup>1</sup>AFONSO, J. R. R.; ABREU, T. F. R. A poupança precaucional da Covid-19: o desafio de seu aproveitamento. *Conjuntura Econômica*, v. 74, p. 32, 2020.

<sup>2</sup>Este tema também foi objeto de análise em mais duas edições da revista *Conjuntura*: AFONSO, J. R. R.; ABREU, T. F. R.; VALES, P. R. Para crescer, poupar ou consumir? *Conjuntura*

*Econômica*, v. 75, p. 18-21, 2021. AFONSO, J. R. R.; ABREU, T. F. R. A poupança que fica(rá). *Conjuntura Econômica*, v. 76, n. 1, 2022.

<sup>3</sup>BLANCHARD, O.; PISANI-FERRY, J. *The war in Ukraine is likely to worsen Europe's economic problems*. maio 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3KyrR6j>. Acesso em: 28 ago. 2022.

<sup>4</sup>CELASUN, O. *et al. How Europe can protect the poor from surging energy prices*. ago. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3QX0oO6>. Acesso em: 28 ago. 2022.

<sup>5</sup>ANSTEY, C. *Shrinking savings*. ago. 2022. Disponível em: <https://bloom.bg/3PUdfPS>. Acesso em: 28 ago. 2022.

<sup>6</sup>A série histórica da poupança das famílias americanas está disponível em: <https://bit.ly/3x0IBPp>. Acesso em: 28 ago. 2022.

<sup>7</sup>Para mais detalhes, ver: <https://bit.ly/3CLjQJc>. Acesso em: 28 ago. 2022.

<sup>8</sup>O Relatório de Inflação de dezembro de 2021 do Bacen, que apresenta a estimativa mensal da Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF), destaca que a taxa de poupança obtida deve ser interpretada com cautela. Além do mais, como o consumo das famílias nas Contas Nacionais Trimestrais inclui o consumo das instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias, a taxa de poupança resultante é menor do que a que seria obtida com dados das Contas Nacionais Anuais.

<sup>9</sup>Para mais detalhes sobre o tema, vale ver: BRAZILIAN JOURNAL OF LATIN AMERICAN STUDIES. Trabalho e proteção social na América Latina: desenvolvimentos recentes e os desafios diante da crise pandêmica. v. 20, n. 40, 2021.


<sup>10</sup>HURWITZ, A.; MITCHELL, O. S.; SADE, O. Longevity perceptions and saving decisions during the COVID-19 outbreak: an experimental investigation. *AEA Papers and Proceedings*, [S.L.], v. 111, p. 297-301, 1 maio 2021. American Economic Association. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1257/pandp.20211001>. Acesso em: 28 ago. 2022.

<sup>11</sup>ABRAPP. *Fomento e proteção da poupança previdenciária: estudo para debates*, jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3TIT7Je>. Acesso em: 28 ago. 2022.

<sup>12</sup>Para mais detalhes, ver: PWC. *PwC's global workforce hopes and fears survey 2022*. maio 2022. Disponível em: <https://pwc.to/3PVGZF5>. Acesso em: 28 ago. 2022.

<sup>13</sup>Para mais detalhes, ver: <https://bit.ly/3e4Ku5x>. Acesso em: 28 ago. 2022.

<sup>14</sup>Para mais detalhes, ver: AFONSO, J. R. R. *Novas relações de trabalho e a previdência privada no Brasil*. Secretaria de Previdência: 3. Seminário Internacional de Previdência Complementar, nov. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3E8qwhD> e <https://bit.ly/3E8qwhD>.



**SEJA O  
PRINCIPAL  
RESULTADO  
PARA O QUE  
O MERCADO  
BUSCA.**

- 4 modalidades de referência no mercado, com a flexibilidade e a qualidade FGV.
- MBA FGV Presencial, MBA FGV Online, MBA FGV Live e MBA FGV Blended.

🔍 Você busca o melhor. Você encontra FGV. | <

**SAIBA MAIS E INSCREVA-SE**

[fgv.br/mba](http://fgv.br/mba)

**MBA FGV**  
É MAIS QUE MBA. É FGV.



# A agenda do **Brasil** em um mundo em **transição**

**Solange Monteiro**, do Rio de Janeiro

Há 6 anos, quando a psicóloga capixaba Patrícia Rocco arrumou as malas e se mudou para Munique, com marido e filha, não imaginava que tão difícil quanto aprender alemão seria se acostumar com os dias mais curtos e gelados do inverno. Mesmo com toda a adaptação para suportar o período do ano em que a máxima nos termômetros mal chega aos 7 graus Celsius, ela confessa que seu sonho era trocar a calefação por uma praia tropical. “Lembrar que no outono as temperaturas já começam a ficar negativas e que até abril ainda poderemos ver neve não é fácil”, desabafa.



Este ano, a prova para Patrícia e a maioria da população europeia será dobrada: superar o mesmo inverno com menos aquecimento, devido aos recortes no fornecimento de gás natural russo que chega à região, em resposta às retaliações impostas ao país desde a deflagração da guerra na Ucrânia. “Algumas medidas já estão sendo colocadas em prática, como redução da iluminação em monumentos, ruas e prédios públicos. O governo pede que as lojas mantenham suas portas fechadas para evitar a dissipação do ar quente, e o aquecimento nas áreas comuns dos prédios tem que ficar desligado”, conta. Em edifícios comerciais, à exceção de hospitais, determinou-se um teto de temperatura para o sistema de calefação dos escritórios, de 19 graus. “Em casa, já estamos desligando mais luzes – o que será doloroso daqui a alguns meses, quando a partir das quatro da tarde começa a escurecer”, diz.

Patrícia considera essa adaptação prévia necessária, e celebra que o governo esteja antecipando o cumprimento das metas de armazenamento de gás. Em agosto, o ministro da Economia lançou mensagens otimistas de que, se famílias e indústrias conseguirem reduzir entre 15% e 20% de seu consumo, será possível atravessar o inverno sem percalços maiores. Mas, parafraseando Garrincha ao se dirigir ao técnico Vicente Feola na Copa da 1958, ainda falta “combinar com os russos”. Até agora, Vladimir Putin mantém a estratégia de interromper o

já reduzido suprimento que chega pelo gasoduto Nord Stream 1, com paradas para manutenção sem duração prevista, embolando o meio de campo.

Sendo a principal economia da região, a Alemanha não só ilustra o problema de parceiros europeus como representa um impacto duplo para alguns deles, que, além da interrupção de abastecimento, também sofrem com a alta exposição comercial à Alemanha, como a República Tcheca e a Hungria, que fazem parte da franja industrial alemã e têm menor margem de manobra. “Em um evento geopolítico mais complicado, é aonde a Rússia chegaria primeiro, e isso também se reflete no comportamento das moedas”, diz Livio Ribeiro, pesquisador associado do FGV IBRE. Nos 27 países da União Europeia – dos quais 19 têm o euro como moeda oficial – mais de 30% da importação de gás natural, cerca de 25% do petróleo e quase metade do carvão saem da Rússia, indicando que tal relação de dependência é ainda mais sensível que o debate sobre o gás sugere.

Ribeiro ressalta que a atual crise energética europeia joga uma série de sombras para a economia mundial. De uma mudança de preços relativos na base das cadeias produtivas ao

impacto de uma Europa com menos crescimento e moeda fraca; da intensificação do debate em torno de uma desglobalização ao impacto que o atual choque energético pode implicar para a agenda de substituição da matriz elétrica mundial por energias limpas – visando à descarbonização que mitigue o efeito das mudanças climáticas –, tudo indica que a saída desse episódio mudará, em maior ou menor grau, a ordem do mundo pré-pandemia, cujos efeitos do choque da Covid-19 já tinham colocado na berlinda. Transformações para as quais, alertam analistas, o Brasil precisa estar preparado. “Por mais estranho que soe, aproveitar as oportunidades adiante ainda depende, prioritariamente, de executar velhas agendas pendentes”, diz Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Entre elas, a valorização do investimento em pesquisa e desenvolvimento, estreitamente ligado a novos investimentos produtivos que prometem mudar a cara das cadeias de valor, abertura comercial e a agenda de reformas, entre as principais, a de tributos indiretos, que influenciam na competitividade do setor.

### Um difícil trabalho para o BCE

Manter a confiança da população europeia na atual conjuntura, apontam especialistas, não passa apenas pela sensação térmica, mas pelo bolso. A pressão inflacionária é forte, com diversos países lançando pacotes de transferência a famílias e subsídios a empresas para mitigar o impacto do aumento da conta de luz. Em agosto, o índice de preços ao consumidor na

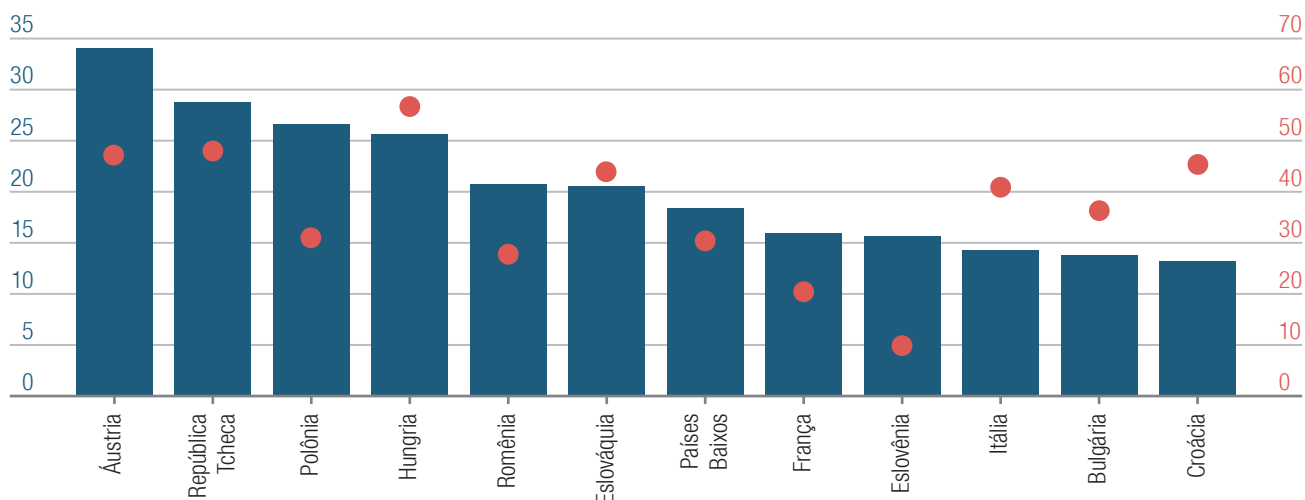
zona do euro registrou alta de 9,1% em 12 meses. Somente na Alemanha, o plano do governo prevê despesas de 65 milhões de euros para proteger consumidores e empresas, somando 95 bilhões desde o início da guerra na Ucrânia. Como comparativo, o pacote do país para sustentar a economia na pandemia de Covid-19 somou 300 bilhões de euros.

Depois de o Banco Central Europeu aumentar a taxa de depósito, a mais importante do grupo, pela segunda vez – 0,75 ponto percentual (p.p.) em setembro e 0,5 p.p. em julho – a presidente do BCE, Christine Lagarde, reafirmou o compromisso da instituição em levar a inflação à meta de 2%. Analistas lembram, entretanto, que essa convergência não acontecerá tão cedo. José Julio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV IBRE, afirma que, diferentemente do que

### Vários países europeus enfrentarão um duplo desafio com o corte de suprimento de gás para a Alemanha

(exposição comercial à Alemanha e vulnerabilidade direta ao corte de gás)

Comércio com a Alemanha em 2020 (% do total de comércio de bens)



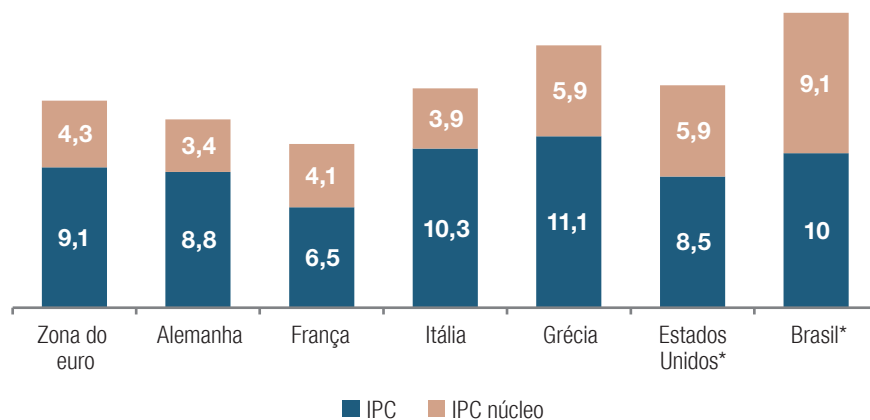
Fontes: Eurostat; Observatory of Economic Complexity; Economist Intelligence Unity. \*Índice de vulnerabilidade ao gás inclui importações de gás como % do total das importações; suprimento de gás como % do total do suprimento de energia; e % de gás importado da Rússia. Dados de 2020.



acontece nos Estados Unidos, onde a principal frente de batalha é dinâmica do mercado de trabalho, no caso europeu a predominância do choque energético torna o combate à inflação mais complexo. “Nos Estados Unidos, a demanda por trabalhadores é quase duas vezes o número de desempregados, e mesmo assim as empresas não conseguem contratar no ritmo que desejam”, descreve, ressaltando que a resistência de muitos americanos em voltar à ativa depois do impacto inicial da pandemia de Covid-19 é uma importante pauta de estudo para os acadêmicos. “A evolução dos salários nominais pela melhor medida, compilada pelo Fed de Atlanta, é de uma média de 6,5% ao ano. Supondo que a variação salarial seja compatível à inflação, mais o ganho de produtividade – que pode ser de 1% a 1,5% ao ano –, chegamos a um percentual compatível com uma inflação nuclear de 5% a 5,5%. Para combatê-la, será preciso uma política monetária apertada, e o Fed tem prometido que não fraquejará”, diz Senna, reforçando que, na zona do euro, o choque dos energéticos leva a outra história. “Isso faz com que a ação do BCE de subir o juro básico não busque o mesmo nível, nem o mesmo resultado que o Fed, já que a ação da política monetária não será suficiente para resolver o principal problema imediato”, afirma Senna. Em outras palavras, ainda que tenha que estar atento à evolução dos núcleos inflacionários, não será a ação do BCE que regularizará o fornecimento de petróleo e gás na região, da mesma forma que nenhum banco central do mundo pode controlar sozinho os efeitos nos

## Inflação na Europa: predomina o choque

inflação ao consumidor x núcleo em 12 meses, países selecionados, agosto de 2022



Fontes: Eurostat; Trading Economics. \*Dados de julho.

preços da crise de semicondutores provocada pela pandemia.

Há outra restrição, não menor, à ação do BCE, indica Senna: a necessidade de se dosar a política monetária de forma a não sacrificar os países economicamente mais frágeis, o que alimentaria riscos de fragmentação na zona do euro. Todo aperto monetário é por natureza contracionista, impactando receita, evolução da dívida pública e, por consequência, a percepção de risco que os agentes de mercado têm sobre os papéis soberanos emitidos por esses governos. “A zona do euro passou muito tempo operando com juros negativos. A partir do momento que começa a ter juros positivos e crescentes, países com mais problemas começam a ter mais dificuldades. Dado que esses países não podem fazer seu ajuste via desvalorização da moeda, e requerem um prêmio frente ao centro da Europa, passam a ter problemas para rolar esses títulos”, complementa Ribeiro. Para ilustrar, cita o aumento já observado do *spread* cobrado nos títulos de 10 anos de di-

versos países em relação ao título alemão, usado como referência.

Para minimizar a chance de disfunção nos mercados de juros, em julho o BCE lançou um programa de compra de títulos dos países periféricos e mais endividados (Transmission Protection Instrument – TPI). “Essa compra terá que obedecer a condicionalidades, de os países fazerem seu dever de casa, como reformas econômicas”, descreve Senna, lembrando que o próximo passo será verificar se tais contrapartidas serão seguidas. No caso da Itália, por exemplo, cujos títulos já registraram *spread* acima de 3% em relação aos alemães, a crise política que culminou na renúncia do premiê Mario Draghi e dissolução do parlamento em julho adiciona molho a esse caldo de risco. “A coligação de direita deverá sair vencedora das eleições de 25 de setembro. Ainda que afirme respeitar a unidade da zona do euro, será que respeitará as condicionalidades colocadas pela instituição que a representa?”, questiona.

Esse contexto, de choque energético e necessidade de administrar riscos de fragmentação da unidade monetária, reforça o diagnóstico de que o BCE deverá trabalhar com um horizonte de uma inflação mais longo, que, junto a uma economia mais fraca, já é precificado pelo mercado como estagflação. O que de mais claro parece surgir desse cenário, apontam os pesquisadores, é uma convergência lenta da inflação para a meta, e uma moeda fraca, beneficiando a valorização do dólar. Do que se pode observar até aqui, para o Brasil, aponta Ribeiro, fica uma aparente perda de exportações de petróleo para a China, que absorve o produto russo que está sendo deslocado. E um cenário externo menos favorável para a condução da economia em 2023. “Fortalecimento do dólar, em geral, representa enfraquecimento das cotações de *commodi-*

*ties*. Além de uma ameaça ao combate da inflação brasileira, pois pode implicar uma depreciação cambial extra”, resume Senna. De quebra, apontam os especialistas, esse contexto torna o cenário ainda mais desafiador para o governo que assumir o país em 2023 sob um contexto de risco fiscal, como aponta a Carta do IBRE (*ver pág. 6*).

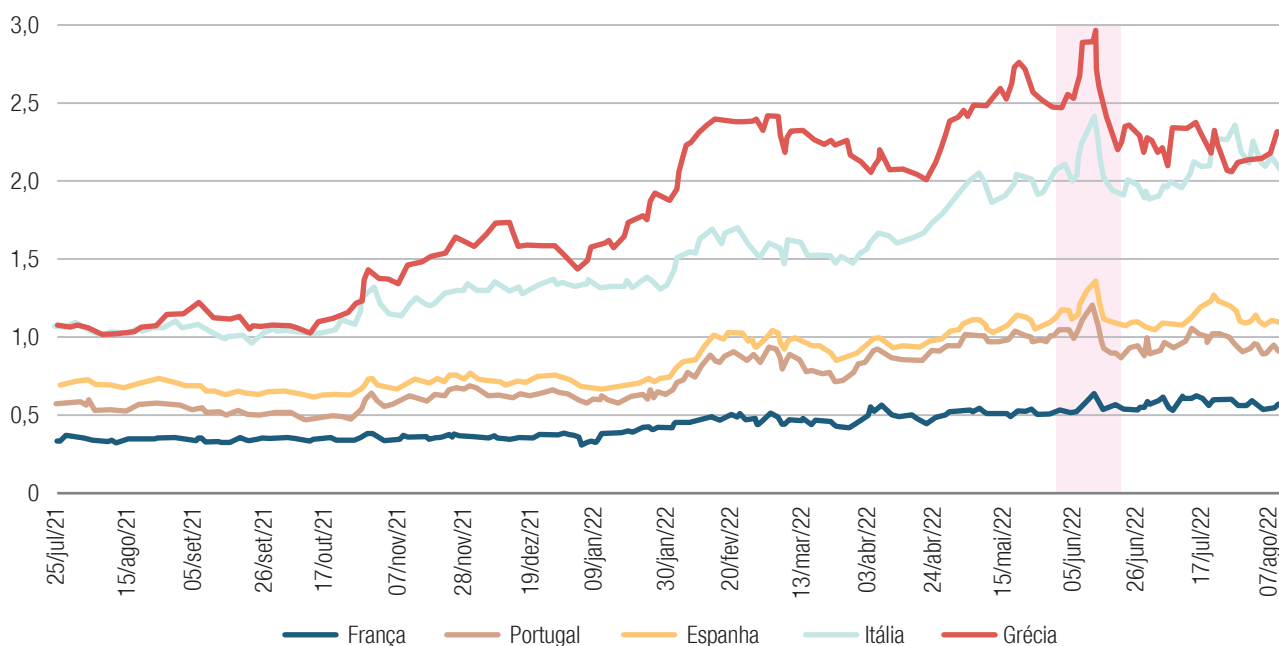
### Desglobalização?

Outra variável desse cenário à qual os analistas chamam a atenção são os possíveis efeitos estruturais da crise energética europeia no setor produtivo. “O impacto para algumas indústrias de transformação intensivas em energia pressiona o preço de bens intermediários, e pode interromper a trajetória desinflacionária de bens industriais, impactados pela quebra das cadeias globais de suprimen-

to, que mal começou”, diz Ribeiro. Ainda que uma migração de fábricas para regiões menos expostas a problemas de abastecimento desse insumo não seja possível no curto prazo, o pesquisador lembra que a atual conjuntura alimenta o debate de realocação produtiva intensificada com a Covid-19.

Motivada pela pandemia, em 2020 a consultoria McKinsey elaborou um levantamento, a partir da entrevista a 325 empresas multinacionais de 13 setores, sobre as principais vulnerabilidades que se escondiam por trás da eficiência buscada com a chamada globalização das cadeias produtivas, conforme as vantagens comparativas de cada região do mundo. E que colaborou para que o comércio de bens intermediários triplicasse na década iniciada em 2000, para mais de US\$ 10 trilhões ao ano. O estudo le-

### Spread cobrado sobre Alemanha (10 anos p.p.)



Fonte: Bloomberg.

vou em conta desde riscos alimentados por mudanças climáticas a incertezas geopolíticas, passando por crises financeiras e ciberataques. E apontou que, em função desses riscos, entre 16% a 26% do comércio global de bens poderia ser realocado no médio prazo, seja para a produção doméstica, *nearshoring* (terceirizar parte da produção de países próximos) ou mesmo diversificar o *offshoring*, ampliando o número de fornecedores e suas localizações. “O que vemos pelas análises apresentadas desde então é que dificilmente haverá uma desglobalização de fato, mas sim uma reorganização produtiva”, diz Cagnin. Para ele, essa reponderação observada entre países e empresas pode levar, inclusive, a que o termo globalização traduza um movimento mais justo e adequado no futuro. “Hoje o que temos é um eixo China-Estados Unidos, com ramificações para outros países desenvolvidos, que não reflete uma diversificação de fato”, afirma.

O estudo da McKinsey destacou, por exemplo, que a globalização levou à diversificação da produção entre países em alguns setores, mas ampliou significativamente a concentração em outras cadeias – como ficou claro na pandemia, com os problemas de abastecimento de insumos farmacêuticos, concentrados na China e Índia, e semicondutores, para o qual a produção em Taiwan é chave. A consultoria apontou, ainda, que cerca de 80% do comércio global envolvia países com recuo na estabilidade política, avaliada pelo Banco Mundial. E ressaltou o impacto das mudanças climáticas nas cadeias de



## Estratégia europeia para enfrentar a crise energética

**Comissão Europeia:** em julho, solicitou aos 27 países membros uma redução voluntária de 15% na demanda de gás, com possíveis cortes obrigatórios. O bloco também almeja garantir um armazenamento de gás de 80% da capacidade até 1 de novembro.

**Itália:** o governo determinou um limite de calefação, no inverno, de até 19 graus para edifícios comerciais e até 21 graus para as demais edificações.

**França:** o governo comprometeu-se a limitar os reajustes de tarifas de eletricidade em até 4%. Também ampliará o intercâmbio de gás com Espanha e Alemanha.

**Alemanha:** trabalhadores formais receberão um auxílio de 300 euros, em parcela única, para os custos de energia, além de uma transferência de 100 euros por filho para cada família, também em cota única, e de 200 euros para as famílias de baixa renda. Em contrapartida, o governo estabeleceu um aumento de tarifa para financiar o aumento de custo da energia dos serviços públicos.

**Espanha:** reduziu impostos das contas de luz e anunciou 16 bilhões de euros em ajuda direta e crédito subsidiado para famílias e empresas.

**Portugal:** conta com um pacote de 2,4 bilhões de euros para ajudar famílias nos custos de energia, o que inclui corte de impostos. Oferecerá um auxílio de 125 euros em cota única por pessoa com renda bruta mensal de 2,7 mil euros, mais 450 euros por filho.

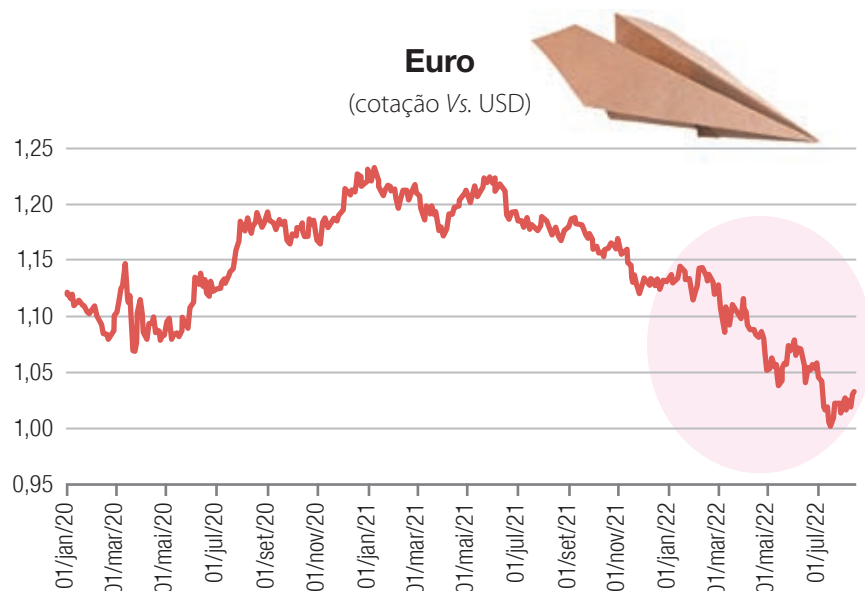
**Reino Unido:** a recém-empossada primeira-ministra Liz Truss planeja congelar as tarifas de energia, com impacto fiscal estimado em US\$ 150 bilhões.

suprimentos. Sobre este último, Luiz Awazu Pereira da Silva, vice-diretor do BIS, já alertava em entrevista de 2020 à *Conjuntura Econômica* (ver: <https://bit.ly/3DotguR>) que riscos climáticos não estavam sendo precificados corretamente no mundo, comparando tal cenário à imagem dos riscos dos produtos “tóxicos” nos balanços dos bancos na crise financeira de 2008, com impactos difíceis de sanar. “É uma espécie de miopia benevolente em nossa maneira de funcionar. O que estávamos pensando em câmera lenta sobre mudança climática, a Covid-19 ilustra como um filme acelerado”, afirmou à época, citando como exemplo a passagem do furacão Harvey, no Texas (EUA), em 2017, que comprometeu o funcionamento de refinarias, atingindo a indústria petroquímica, gerando prejuízos estimados em US\$ 306 bilhões.

Cagnin lembra que possíveis mudanças no atual mapa produtivo passam por estratégias tanto de países – focados em interesses que vão da segurança alimentar à energética, como visto com os impactos da guerra na Ucrânia, quanto de aumento de influência no tabuleiro global, como visto no acirramento das relações dos Estados Unidos com a China em 2019, que além de interesses comerciais focava os planos do país asiático em se tornar a maior potência tecnológica do mundo até 2045. Para as empresas, além de uma produção mais eficiente, fatores como estabilidade geopolítica, distância de conflitos comerciais – reduzindo risco de rupturas via embargos e retaliações – e riscos ambientais passaram a ganhar

pontos nessa conta, que já não se limita a custos. “Em geral, os setores mais preocupados hoje com esse cálculo são aqueles com cadeias mais longas, como a de eletroeletrônicos e a automotiva, que acabam se tornando mais expostos

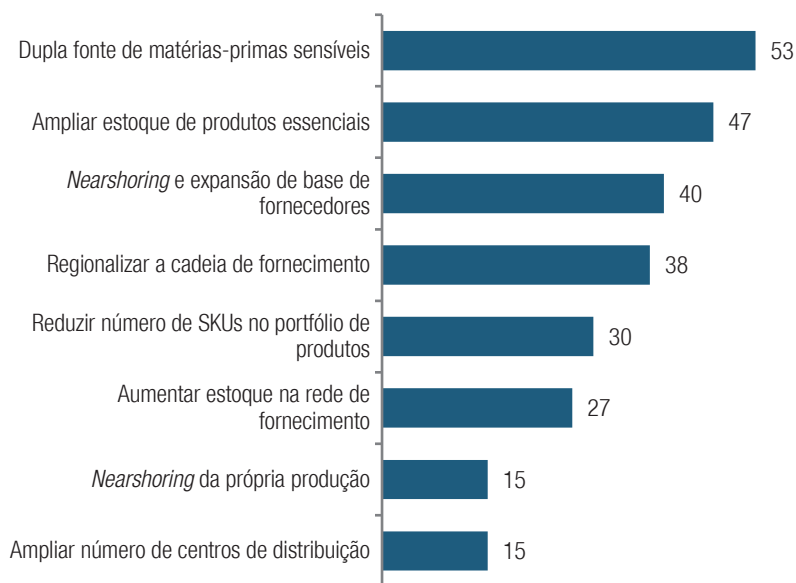
a riscos”, descreve Cagnin. “Tanto que, se olhamos para a produção industrial nacional no Brasil, um dos ramos que mais tem demorado para se recuperar, com resultados 27% abaixo do pré-pandemia, é o de bens de consumo



Fonte: Bloomberg.

### Como empresas planejam ampliar suas resiliência a choques

% das respostas



Fonte: McKinsey, 2020.

durável. Tem problema de demanda? Tem, mas também tem problema de oferta. Toda nossa cadeia de imagem, som, eletroeletrônicos importa muito, reúne um conjunto muito diversificado de peças e componentes. Nesse caso, se você tem uma peça de um universo de 100 com atraso na entrega, ou não consegue substituir pela de outro fornecedor, não adianta contar com as outras 99.” Mas mesmo entre os menos expostos, como a indústria agroalimentar, há aqueles que sofrem com excesso de concentração. “É o caso da farmacêutica, que apesar de ter uma cadeia produtiva relativamente mais curta, obedece a especificações técnicas muito particulares dependendo dos países, e têm concentração de insumos muito

grande em pouquíssimos países. Os mais volumosos, especialmente usados em genéricos, estão concentrados na China e Índia, e os mais tecnológicos estão nos Estados Unidos e Europa, o que aumenta sua vulnerabilidade”, descreve o economista do Iedi.

Diagnóstico feito, como posicionar o Brasil no radar dessas mudanças e atrair investimento produtivo? Para Cagnin, esse é um desafio em que coexistem duas agendas: uma, de projetar cenários futuros e o papel que se espera que o Brasil tenha nesse cenário prospectivo; e a outra de desenterrar tarefas do passado que até hoje têm comprometido a competitividade brasileira. O que, defende Cagnin, contribuiu para uma perda de parti-

cipação industrial no PIB a um ritmo superior ao das demais economias. “Precisamos enfrentar problemas antigos, estruturais, de uma vez por todas. Não conseguiremos aproveitar oportunidades que surjam adiante com a estrutura tributária distorcida que a gente tem. Tampouco sem integração internacional efetiva, com redução de barreiras comerciais e participação dos acordos possíveis. Muito menos, sem uma infraestrutura adequada que dê conta desse comércio”, enumera Cagnin, resumindo a incapacidade que o país tem apresentado em encaminhar soluções a seus problemas sistêmicos, muitos deles responsáveis pelo chamado custo Brasil. “Veja o caso da reforma tributária. Já a tinha-



### Indicadores de negócios por subindústrias selecionadas entre as do grupo de alto risco de exposição 2015-2019

		Participação no valor total de investimentos <i>greenfield</i> transfronteiriços anunciados	Intensidade de capital (investimento médio em US\$ milhões)	intensidade de trabalho (número médio de empregos por US\$ milhão investido)
Automotiva	Componentes	28	36	7
	Fabricantes de equip. original	54	134	3,1
Eletrônico	Baterias	13	159	3,1
	Equip. de comunicações	10	21	8,5
	Computadores	4	15	8,6
	Aparelhos domésticos	3	32	7,3
	Semicondutores	30	194	1,4
Máquinas e equipamentos	Motores e turbinas	11	34	4,2
	Equipamentos industriais	68	13	6,1
	Inst./equip. médicos	21	19	4,6
Têxteis e vestuário	Vestuário	88	14	6,2
	Têxteis	12	51	9,2

Fonte: Unctad, 2021.

mos relativamente encaminhada desde 2017, e chegamos ao fim de 2022 sem solução. Resolver o imbróglio da tributação sobre bens e serviços neste país já seria uma alavanca gigantesca para a competitividade e, consequentemente, para a capacidade de atração de investimentos”, reforça.

Outro ponto observado pelo economista do Iedi é que as oportunidades de desenvolvimento industrial disputadas pelos países não passam apenas pela tendência de *reshoring*, mas de ampliação da integração de pesquisa e desenvolvimento com a manufatura. “Todos os institutos de manufatura avançada que os Estados Unidos vêm criando desde o início da década de 2010 no fundo têm esse objetivo, de aproximar o mundo da pesquisa e desenvolvimento do industrial, aceleran-

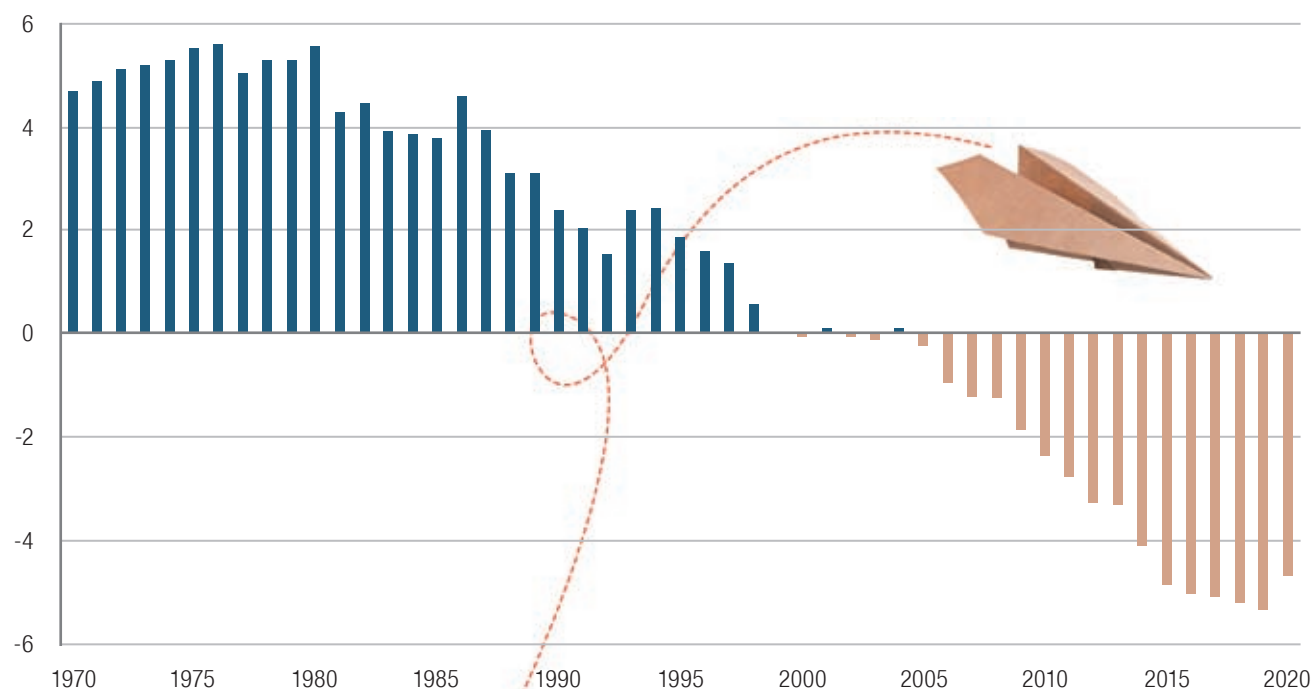
do o processo de testes e de transformar em produto final um processo inovativo”, diz, lembrando que, no Brasil, essa agenda não tem sido priorizada. Levantamento da pesquisadora do Ipea Fernanda de Negri mostra que, apesar de o Brasil ter constituído um sistema de suporte à atividade inovadora relativamente amplo nas últimas décadas – com instrumentos que vão das subvenções diretas à pesquisa científica nas universidades e instituições de pesquisa a incentivos fiscais e criação de fundos setoriais – o orçamento federal em ciência e tecnologia registrou importante queda entre 2000 e 2020, de 52% no Ministério da Ciência e Tecnologia; em 42% nas operações de crédito operadas por essa pasta, e de 70% no Ministério da Defesa, que em diversos países é importante fonte

de tecnologias que posteriormente são aplicadas em outras áreas. “E esses esforços, por sua vez, tampouco podem prescindir de uma visão estratégica, estreitamente relacionada com o que se passa no mundo”, afirma Cagnin. “Se observarmos o plano de investimento do governo de Joe Biden, veremos que além da adoção de políticas com volumes financeiros elevados na busca de resiliência no setor de chips, que é algo diretamente ligado à atual conjuntura, ele também determinou, no início de 2021, que todos os ministérios e departamentos de Estado fizessem uma análise das cadeias produtivas estratégicas, avaliando a exposição a riscos de ruptura de cada uma, para desenhar planos em cada área”, ressalta.

E para fechar, o economista do Iedi aponta a necessidade de o país

## Diferença no grau de industrialização entre o Brasil e a economia mundial

1970 a 2020, em pontos percentuais (p.p.)



Fontes: ONU, Unido e IBGE (Contas Nacionais).

atualizar seus conceitos de política industrial, para criar planos de desenvolvimento produtivo orientados a problemas concretos da sociedade brasileira. “Dessa forma, através da indústria, busca-se atender a objetivos que não são restritos a um setor produtivo”, explica, reforçando diretriz citada por Lia Valls, do FGV IBRE, em entrevista nesta edição (pág.19). Nessa lista entrariam, por exemplo, respostas a demandas como de mobilidade nos grandes centros urbanos, que implicam investimentos tanto em infraestrutura quanto no planejamento do transporte coletivo, que por sua vez se relaciona tanto com a indústria automobilística quanto com a produção de tecnologia e equipamentos para uma matriz energética mais limpa, como com biocombustível, eletrificação de frota de ônibus, inserido dentro de um plano mais amplo de sustentabilidade ambiental. “Essa articulação nos permitiria evitar equívocos do passado, como uma exigência de conteúdo local impossível de ser atingida, inviabilizando a própria política”, diz. E que, completa, também poderia estar intimamente

---

## O país necessita atualizar seus conceitos de política industrial, para criar planos de desenvolvimento produtivo orientados a problemas concretos da sociedade brasileira

---

relacionada a uma agenda de produtividade. “Já temos um programa em andamento – Brasil Mais Produtivo, rebatizado de Programa Brasil Mais –, que ajuda empresas de menor porte não a ampliar sua produtividade por meio de manufatura enxuta, que é uma vertente de digitalização”, cita. “Ainda precisa de aprimoramentos, de mecanismos de financiamento que ajudem a torná-lo mais efetivo. Mas o programa já mostra ganhos de produtividade de 40%, 60% na linha de

produção em que atou. E nem estamos tratando de um conhecimento de fronteira. Isso mostra que temos uma janela de oportunidade de alavancar a produtividade do país de forma relativamente simples e barata.”

Cagnin reforça que é importante, para o país, alimentar um círculo virtuoso em torno de políticas que reduzam a possibilidade de captura e aumentem a transparência e as práticas de avaliação. “Vivemos uma demonização muito forte, e um pouco injusta, da política industrial, pois se confundiram erros de implementação com o próprio conceito do instrumento. Mas essa agenda hoje é do mundo inteiro, e é o que temos que fazer: pensar em políticas orientadas a missões, focadas menos em setores e mais em oportunidades”, resume.

### Descarbonização: o jogo não está ganho

No caso brasileiro, uma vantagem competitiva que não pode ser desperdiçada é a de conciliar esses avanços com a agenda de sustentabilidade ambiental, especialmente diante da

### Variação (%) da geração mundial de energia, por fonte

1970 a 2020, em pontos percentuais (p.p.)

	Nuclear	Hidrelétrica	Carvão	Gás natural	Renovável não hidrelétrica
Ásia-Pacífico	6	16	-1	-2	19
Europa	-11	-11	7	-3	11
América Latina	7	8	-16	-5	10
América do Norte	-2	4	-6	6	22

Fonte: IHS Markit/S&P Global.

atual conjuntura onde a segurança e a transição energéticas dividem a atenção na agenda internacional. “O Brasil tem inúmeras qualidades nesse campo, e tudo nesse caso tende a nosso favor”, afirma Cagnin.

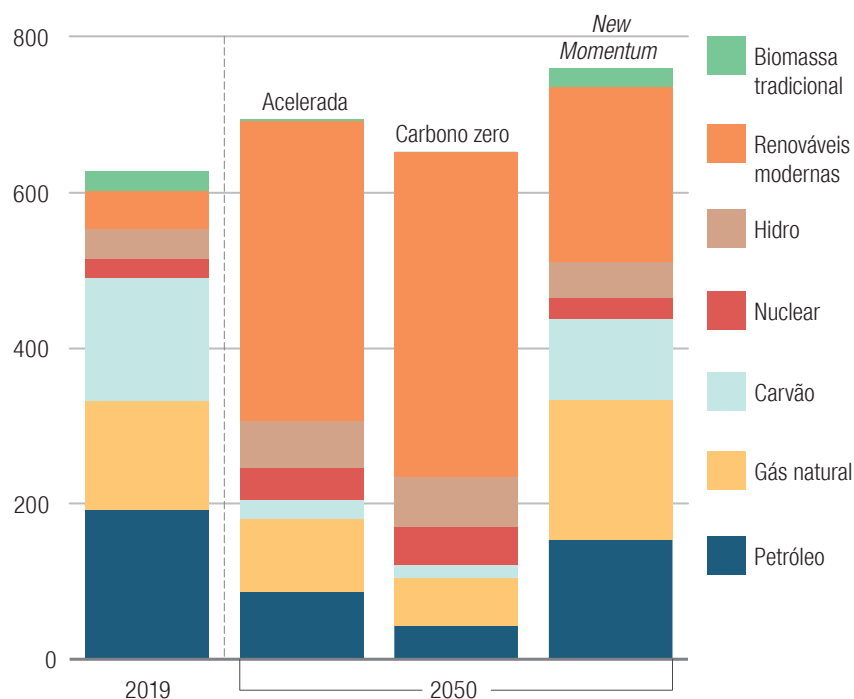
Mas, tal qual nos demais setores, é importante definir como o país pretende entrar no jogo.

Uma ilustração desse desafio é a indústria química, intensiva no consumo de energia, e que na Alemanha já dá sinais de sentir o peso da crise. Em julho, a Basf já havia anunciado a redução da produção de amônia, da área de fertilizantes.

No Brasil, dados da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) apontam uma redução acentuada da participação da produção local no consumo doméstico. Nos sete primeiros meses do ano, os importados detiveram 42% do mercado. A balança comercial do setor nos 12 meses encerrados em julho de 2022 registrou um déficit de US\$ 60,1 bilhões, superando o superávit comercial brasileiro total do período. Fátima Giovanna Coviello Ferreira, diretora de Economia e Estatística da Abiquim, afirma que para o setor entrar na disputa por mais espaço no mercado interno e no jogo mundial, precisa de energia barata. “Mesmo antes da pandemia, o gás natural brasileiro já custava três vezes mais que o americano e era quatro vezes o preço do europeu”, compara. Há caminhos para mudar esse quadro? Segundo ela, sim, explorando o gás do pré-sal. “Hoje, parte expressiva desse gás é reinjetada, e o fato é que temos po-

## Transição energética: demanda por energia fóssil não desaparecerá

(três cenários para a energia primária, por combustível)



Fonte: BP Energy Outlook, 2022; o cenário “new momentum” toma como base o avanço das renováveis na matriz registrado no passado recente, resultando em uma migração mais lenta.

tencial para produzir uma série de coisas que hoje estamos importando, que nos daria mais segurança em momentos de choque”, diz. O uso do gás do pré-sal foi analisado pelo BNDES, que em estudo (ver: <https://bit.ly/3xdSNmo>) levanta os fatores para a viabilidade dessa exploração, citando cenários para seu uso na indústria, em termelétricas e em veículos pesados movidos a GNV. No caso da indústria petroquímica seria necessário alcançar um preço final em torno de US\$ 6 por milhão de BTU, diz Fátima. “É preciso um valor competitivo, pois em casos como o da fabricação de fertilizantes, o preço do gás natural pode representar 80% do custo de

produção”, compara. Outro caminho trabalhado pelo setor é o das energias renováveis, especialmente o hidrogênio verde, que no Brasil tem sua primeira fábrica sendo construída pela Unigel na Bahia, no polo industrial de Camaçari, com investimentos de US\$ 120 milhões e previsão de início de funcionamento em final de 2023. “A partir desse insumo, também podemos produzir amônia e ureia, que também são fertilizantes”, completa Fernanda.

Joisa Dutra, diretora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da FGV (FGV/Ceri) afirma que, também no campo energético, é preciso ter em conta a capacidade do Brasil em melhorar sua competitivi-





## Geração elétrica por fonte no Brasil (GWh)

	2012	2019	2020	2021	Δ% (2021/2020)	Part. % (2021)
Total	552.498	626.324	621.250	656.108	5,6	100
Hidráulica	415.342	397.877	396.381	362.818	-8,5	55,3
Gás natural	46.679	60.188	53.515	86.861	62,3	13,2
Derivados de petróleo	16.293	7.846	8.556	18.244	113,2	2,8
Carvão	8.422	15.327	11.946	17.585	47,2	2,7
Nuclear	16.038	16.129	14.053	14.705	4,6	2,2
Biomassa	34.706	52.111	55.613	51.711	-7	7,9
Eólica	5.050	55.986	57.051	72.286	26,7	11
Solar	2	6.651	10.748	16.752	55,9	2,6
Outras	9.966	14.210	13.387	15.146	13,1	2,3

Fonte: Balanço Energético Nacional, 2022; Elaboração: EPE.

dade. “No caso do hidrogênio verde, por ser um gás de transporte, também é um negócio, e se nosso ambiente de negócios é ruim, também será prejudicado. Estará dependente das decisões de políticas para o setor, do processo legislativo, da estrutura tributária”, enumera. Joisa ressalta que ter diversidade de fontes não assegura por si só preços competitivos. Para isso, diz, será preciso rever a governança do setor. “É fundamental que revisitemos e aperfeiçoemos o processo de formação de preços de energia no Brasil. O que, no caso do setor elétrico, passa por alguns pilares. A começar pela definição do papel do gás na transição energética e sua relação com as fontes renováveis, e a importante oportunidade que temos com o término de contratos de concessão – 129 na próxima década –, que nos cria espaços para aperfeiçoar essa formação de preços.”

Joisa também ressalta que, ainda que o desafio brasileiro dentro da

agenda para reduzir a emissão de gases poluentes responsáveis pelo aquecimento global se concentre no uso da terra – leia-se redução do desmatamento – também é importante que o setor elétrico contribua, investindo em pesquisa e criando estratégias cruzadas, tal como mencionado por Cagnin. “Todos terão de fazer seu esforço. Se o tema é transportes, por exemplo, é preciso definir, por exemplo, qual o papel da eletrificação na mobilidade, como os biocombustíveis vão conversar com a eletrificação, sempre com clareza das oportunidades a serem exploradas e a política que se espera para cada setor”, afirma. “Nesta década, a agenda de descarbonização tem duas ou três tecnologias importantes, o que inclui a solar e a eólica. Mas isso é somente parte da história, e temos todo o potencial para desenvolver novas tecnologias, retirando barreiras pró-avanço.”

Fernanda Delgado, diretora-executiva Corporativa do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), defende que esse desafio também está dado ao setor de energias fósseis. Ela lembra que, se depois da atual crise é praticamente certo que o desenho do abastecimento europeu não voltará ao que era antes, também é provável que essa mudança em prol da segurança energética afete o ritmo de adoção das energias renováveis em busca de uma economia mundial carbono zero. “Tem um mundo que precisa de abastecimento energético, ao mesmo tempo em que tem que se descarbonizar. Mas essa discussão ainda precisa de musculatura. O que essa crise mostra é que, quanto mais plural for uma matriz energética, melhor para qualquer país”, afirma. “Essa agenda depende de que todos estejam juntos. Um futuro menos emissor ainda será um futuro com hidrocarbonetos, em que esse setor também trabalhará para emitir cada vez menos”, conclui. ▀

# Como acelerar o acesso ao saneamento

Luiz Firmino Martins Pereira, Luciana de Andrade Costa e Morganna Capodeferro  
Pesquisadores do FGV CERI

O mês de julho marcou 2 anos da aprovação do novo marco do saneamento, que almeja promover acesso universal garantindo “atendimento de 99% da população com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033” (Lei nº 14.026/2020). No caso do esgoto, soluções complementares poderiam acelerar o alcance desse objetivo, como é o caso dos sistemas unitários (SU) de esgotamento sanitário – especificamente da coleta em tempo seco.

A tomada em tempo seco consiste na interceptação do esgoto que escoo pelas galerias, em períodos de baixa pluviosidade e no seu extravasamento, de forma diluída, em épocas chuvosas. Cidades nos Estados Unidos (incluindo Nova Iorque), Canadá, Portugal, França e Inglaterra são exemplos que adotam há muitos anos sistemas unitários e soluções em tempo seco.

A proposição dos SUs como alternativa se deve ao fato de que, nas grandes cidades, não se pode ignorar a existência de conexões irregulares entre as redes pluvial e de esgotamento sanitário, ou mesmo o papel de afastamento do esgoto feito pelas redes



pluviais onde não existe sistema separador absoluto (SS).<sup>1</sup> Ao contrário, sistemas separadores absolutos não raro/freqüentemente acabam conectados e marcados por ineficiências operacionais. Admitir essa realidade é um primeiro passo para a proposição de soluções alinhadas com a ótica integrada do saneamento proposta no marco legal do setor.<sup>2</sup> Tais soluções contribuiriam para a diminuição da poluição dos corpos hídricos e a expansão dos serviços de coleta de esgoto.

Negligenciar essa realidade custa atrasar o alcance da universalização do esgotamento sanitário. A solução técnica preconizada no país (SSs) ignora a realidade fática de que os sistemas se misturam por baixo da terra e aposta no sistema separador absoluto para o transporte do esgoto sanitário e das águas pluviais para transporte exclusivo de águas de chuva (figura 1). Neste conceito, o esgoto sanitário e as águas pluviais são transportados em tubulações próprias sem mistura entre os efluentes.

A realidade, no entanto, delineia um cenário diferente do preconizado pela solução técnica preferida: apenas

45,3% dos municípios são dotados de sistemas de separação absoluta (SNIS, 2022). Além de não alcançar todos os municípios brasileiros, o sistema separador absoluto é marcado por ineficiências. De um lado, as galerias pluviais recebem contribuições irregulares de efluentes domésticos; de outro, as águas pluviais são descarregadas em tubulações próprias do sistema de esgotamento sanitário. Compromete-se assim o princípio da condução em separado de água pluvial e esgoto sanitário.

Diante dessa situação fática e das consequências que dela emergem, é inadiável avaliar com maior rigor as duas soluções de esgotamento sanitário: de um lado sistemas separadores, em observância às normas técnicas de engenharia; de outro, a concepção formal de um sistema combinado de águas pluviais e esgoto sanitário (figura 2). Nessa concepção combinada de transporte de efluentes, as galerias de

A coleta em tempo seco é solução complementar para a condução dos efluentes não conflitante com a realidade operacional; não se trata de simples “solução temporária”

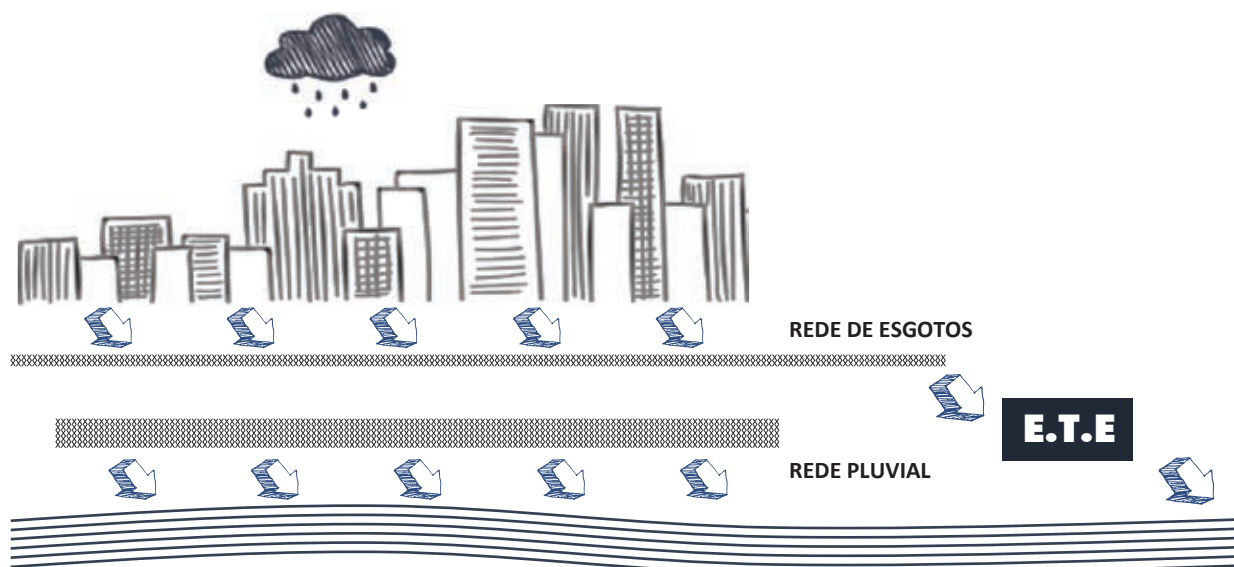
águas pluviais atuam como um sistema auxiliar para a coleta de esgoto, com a possibilidade de tomada em tempo seco. A adoção da tomada em tempo seco não requer troca da rede instalada e sua implantação onde não há infraestrutura instalada ou onde existem sistemas com disfunções não sanáveis.

Nesse sentido, a coleta em tempo seco é solução complementar para a condução dos efluentes não conflitante com a realidade operacional; não se trata de simples “solução temporária” ou “solução menos nobre”.

O recurso a soluções integradas para os sistemas de drenagem e esgotamento sanitário justifica-se, do ponto de vista técnico: como ambos os sistemas são transportados por gravidade, o manejo integrado desses sistemas gera benefícios coletivos. Entre eles, figuram a redução da carga poluidora afluente aos corpos hídricos e a aceleração da universalização em coleta de esgotos a menores custos, fazendo uso das galerias pluviais já existentes para a condução do efluente sanitário.

A coleta em tempo seco não é uma solução inovadora; ao contrário, há experiências bem-sucedidas que formam cinturões de coleta em tempo seco em cidades litorâneas.

Figura 1 Sistema separador



Fonte: Adaptado de Von Sperling, 1996.

Esse é o caso, por exemplo, de uma parte da cidade do Rio de Janeiro, da Região dos Lagos e da cidade de Florianópolis. No Rio de Janeiro seria difícil, senão impossível, garantir a balneabilidade das praias da Zona Sul sem que a interceptação em tempo seco impedisse o despejo direto dos esgotos que correm pelas galerias pluviais. Na Região dos Lagos, a implantação de coletores em tempo seco permitiu resgatar a lagoa de Araruama, importante ativo para o turismo local. Em Florianópolis, mesmo com ampla cobertura de rede separadora absoluta não foi possível conter a poluição das praias até a instalação dos cinturões. Ou seja, o resultado positivo da existência dos coletores de tempo seco é um fato, mas ainda assim a existência desse sistema não é reconhecida como de fato deveria, tanto que os

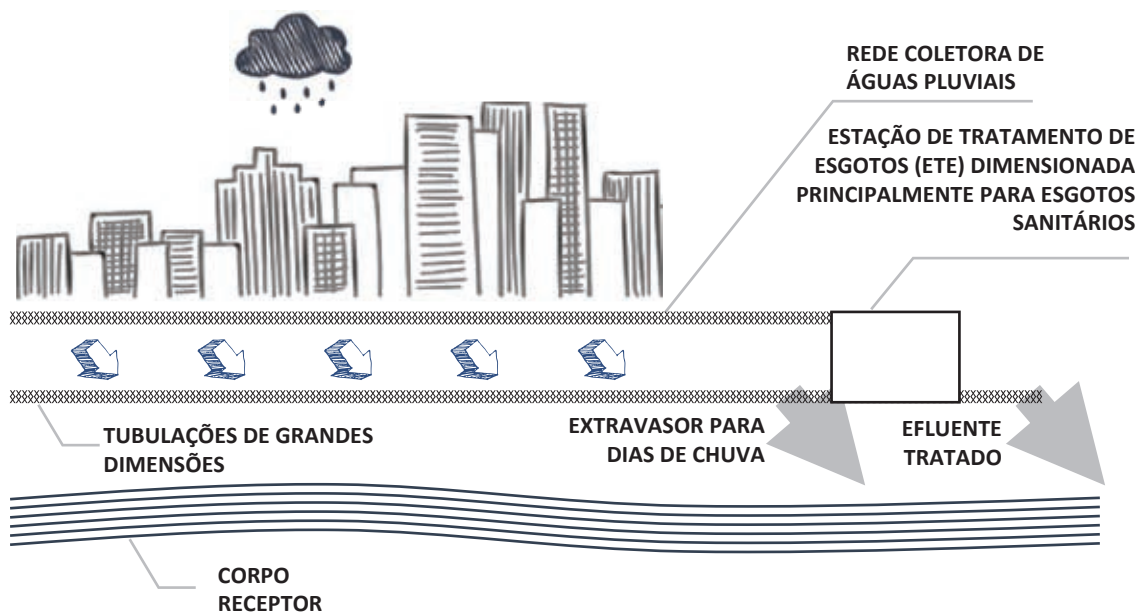
O resultado positivo da existência dos coletores de tempo seco é um fato, mas ainda assim a existência desse sistema não é reconhecida como de fato deveria

planos e projetos na área de saneamento feitos para cidades consolidadas, seguem projetando os sistemas de forma independente, seja para coleta de esgotos ou para drenagem, sem buscar um mix de soluções.

A implantação de coletores de tempo seco, em maior escala, está sendo fomentada como obrigação que consta do contrato de concessão regionalizada do Rio de Janeiro. No Anexo IV – Caderno de Encargos, os contratos preveem a obrigação de investimento em coletores de tempo seco, a serem implantados nos cinco primeiros anos da concessão e operados durante a vigência do contrato.

Além das soluções que preveem a implantação de coleta em tempo seco, Porto Alegre discute uma concessão conjunta dos sistemas de drenagem e esgotamento sanitário para um único operador. O Departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre estima investimentos de R\$ 3 bilhões para o pleno funcionamento do sistema de drenagem, além de R\$ 200 milhões anuais para manutenção.<sup>3</sup> Diante desse desa-

Figura 2 Sistema combinado



Fonte: Adaptado de Von Sperling, 1996.

fio, em outubro de 2021, o prefeito de Porto Alegre solicitou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que incluísse a prestação dos serviços de drenagem no modelo de concessão que está sendo estruturado pelo banco.<sup>4</sup> Com a possibilidade de alteração no escopo do projeto, o BNDES está refazendo os estudos para a estruturação da modelagem de concessão. A expectativa é de que o leilão da concessão dos serviços de saneamento de Porto Alegre, incluindo ou não a drenagem, seja realizado em 2023.<sup>5</sup>

As experiências do Rio de Janeiro e de Porto Alegre são exemplos de soluções distintas, mas que têm o objetivo comum de viabilizar a efetiva prestação dos serviços de esgotamento sanitário e pluvial. No caso da drenagem, os altos investimentos para a adequação das redes são desafios para os municípios, principais responsáveis pela prestação desses serviços. Segundo o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), seriam necessários investimentos de R\$ 79 bilhões, entre 2019 e 2033, nos sistemas de drenagem pluvial, dos quais 77% referem-se à expansão da rede e 23% à reposição dos ativos.<sup>6</sup>

Apesar dos potenciais benefícios advindos da prestação integrada de serviços, a solução que promove a união do efluente sanitário e da água pluvial traz desafios significativos sob a perspectiva operacional e de governança. O desgaste das tubulações, a variação nas características do esgoto e a deposição de sedimentos, somados à necessidade de articulação entre os atores envolvidos na prestação

---

## O debate aqui proposto elucidam alguns dos desafios, assim como benefícios e justificativas técnicas acerca da proposta de solução integrada

---

dos serviços, agregam complexidade à operação. Por isso tal integração não deve ser planejada apenas sob aspectos físicos, mas também sob a ótica operacional, mediante a atuação de único prestador ou promovendo-se a articulação entre eles.

O debate aqui proposto elucidam alguns dos desafios, assim como benefícios e justificativas técnicas acerca da proposta de solução integrada. Para avançar e fundamentar economicamente a discussão, um possível caminho seria a aplicação da metodologia de análise custo-benefício, com vistas a se avaliar de forma mais rigorosa quais seriam os benefícios líquidos de um projeto de implantação do coletor em tempo seco. Tal avaliação contribuiria para que a integração dos sistemas de drenagem e esgoto seja considerada como alternativa importante na busca por soluções aderentes ao novo marco do saneamento. Configura instrumento para potencializar investimentos e acelerar a universa-

lização do acesso ao serviço de esgotamento sanitário. Para além desses benefícios, a integração dos sistemas pode contribuir para o aumento da resiliência na prestação dos serviços de drenagem urbana, fundamental para o aumento da segurança na ocupação territorial, em um contexto de mudanças climáticas. Recorrentes episódios de enchentes implicam perdas de vida e em prejuízos materiais e de infraestrutura. Levantamento da Confederação Nacional dos Municípios<sup>7</sup> indicou que os óbitos causados por excesso de chuvas ocorridos de janeiro a maio de 2022 representavam mais 25% do total de obtidos registrados nos últimos 10 anos. A intensificação da frequência e da gravidade desses eventos reforça a necessidade de se viabilizar soluções alternativas que concebam a drenagem das cidades de modo integrado. Como lição, resta claro que há espaço para avanços nas soluções em drenagem, desde que se volte o olhar para o conceito integrado do saneamento. ■

<sup>1</sup>Separador absoluto: nesse sistema, as águas pluviais e o esgoto sanitário são transportados em tubulações separadas.

<sup>2</sup>No conceito do marco legal, mantido com a aprovação da Lei nº 14.026/2020, o saneamento básico abrange quatro serviços públicos: (1) abastecimento de água potável; (2) esgotamento sanitário; (3) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e (4) drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

<sup>3</sup>Fonte: <https://bit.ly/3CF3FNK>.

<sup>4</sup>Fonte: <https://bit.ly/3pUwhuH>.

<sup>5</sup>Fonte: <http://glo.bo/3wGtDga>.

<sup>6</sup>Ministério do Desenvolvimento Regional, Secretaria Nacional de Saneamento. *Plano Nacional de Saneamento Básico: mais saúde com qualidade de vida e cidadania*. 2019.

<sup>7</sup>Fonte: <https://bit.ly/3RE0j1V>.

# A América do Sul na agenda da política externa brasileira

Lia Baker Valls Pereira

Pesquisadora associada do FGV IBRE e professora da FCE/Uerj e da PPGRI/Uerj

A Constituição Federal de 1988 estabelece que o “Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”. Não se determina como se fará essa integração e nem o seu formato, mas ressalta que as políticas públicas do Brasil deverão incorporar essa questão entre os seus objetivos.

Nos anos de 1990, com a criação do Mercosul e com a adesão do México ao Tratado de Livre-Comércio com os Estados Unidos e o Canadá, foi se consolidando o conceito da integração sul-americana. Não se abandona a identidade latina, mas o projeto de integração a ser buscado seria o do fortalecimento dos laços econômicos, sociais e culturais com os parceiros da região. O Mercosul seria o passo inicial.

A ideia da criação de uma área de livre-comércio lançada pelo governo brasileiro não foi endossada, porém, pelos outros países sul-americanos, exceto os do Mercosul. Não obstante, todos os países assinaram ao longo dos anos de 1996-2004 acordos de livre-comércio com o Mercosul. Crises na região, dificuldades de criar consensos sobre uma agenda mais ampla de liberalização e de regulações comuns para a região, o retrocesso na trajetória de aprofundamento para a criação do Mercado Comum do Sul e obstáculos quanto ao projeto de integração da

infraestrutura física (transportes, energia, telecomunicações), levam a leituras divergentes. Alguns apontam essas questões como exemplos do fracasso da integração e ressaltam muitas vezes que seria uma “escolha ideológica”. Outros reconhecem os obstáculos na trajetória de integração, mas ressaltam a relevância da região para o Brasil.<sup>1</sup>

A geopolítica está em transformação com futuro ainda incerto quanto ao desenrolar das tensões entre Estados Unidos e China, somada agora à guerra da Rússia na Ucrânia. Um possível retrocesso em algumas cadeias produtivas globais, em especial as que envolvem fragmentações de segmentos entre Estados Unidos e China, o que poderia ser uma oportunidade para novos investimentos na região. Volta de políticas protecionistas e amplo uso de subsídios pelos Estados Unidos e União Europeia na promoção de setores de novas tecnologias. Uma reprodução da disputa entre Estados Unidos e União Europeia de um lado e China de outro na região sul-americana, como mostrou o caso do 5G com a Huawei. Em adição, recentes notícias sobre a preocupação da União Europeia em retomar o acordo com o Mercosul para deter o avanço da China nos mercados da região.

Nesse contexto, onde a questão regional ganha relevância no mundo global, é preciso que se retomem os projetos de cooperação e integração em áreas

onde há interesses convergentes como integração física e agora meio ambiente. Nos anos 2000, os ganhos nos termos de troca nos países exportadores da região ajudaram a relegar a segundo plano as negociações no campo econômico na região. Ademais, é necessário criar mecanismos institucionais de caráter técnico no diálogo intrarregional, para que negociações não fiquem ao sabor das preferências do governo em exercício.


A cooperação e a integração envolvem uma agenda ampla, meio ambiente, integração física, regulações de facilitação de comércio, políticas de segurança integradas, questões de refugiados, entre outras. No entanto, o comércio também é relevante. Em 2011, as exportações brasileiras para a América do Sul somavam US\$ 45,2 bilhões, o que representava 18% do total exportado pelo país. Após esse ano entram numa trajetória descendente influenciada pela crise argentina (36% das exportações do Brasil para a região). Há uma recuperação em 2017/2018, US\$ 35 bilhões, caem na pandemia e, em 2021, foi de US\$ 34 bilhões.

Destacamos os dados de janeiro a julho de 2022, onde a recuperação do comércio iniciada em 2021 continuou. A participação das exportações da América do Sul foi de 12,8%, maior que a dos Estados Unidos e 2,4 pontos percentuais abaixo da União Europeia. Nas importações, o bloco é o quarto

principal fornecedor com 11% das importações (gráfico 1). Na comparação do volume exportado nesse mesmo período, a América do Sul (exclusive Argentina) registrou a maior variação entre o acumulado do ano até julho de 2021 e 2022, um percentual de 14,3% (gráfico 2).

Por último, a contribuição da região para o superávit da balança comercial é o segundo maior entre as regiões/ países analisados, no valor de US\$ 8 bilhões.<sup>2</sup> Nesse caso, o maior superávit na região foi com o Chile (US\$ 2,4 bilhões), seguido da Argentina (US\$ 1,7 bilhão), Colômbia (US\$ 1,2 bilhão) e Peru (US\$ 1,1 bilhão). Ao tratar do tema da integração sul-americana deve-se sempre ir além da Argentina, pois a pauta de comércio tem se diversificado, em especial para o Chile.

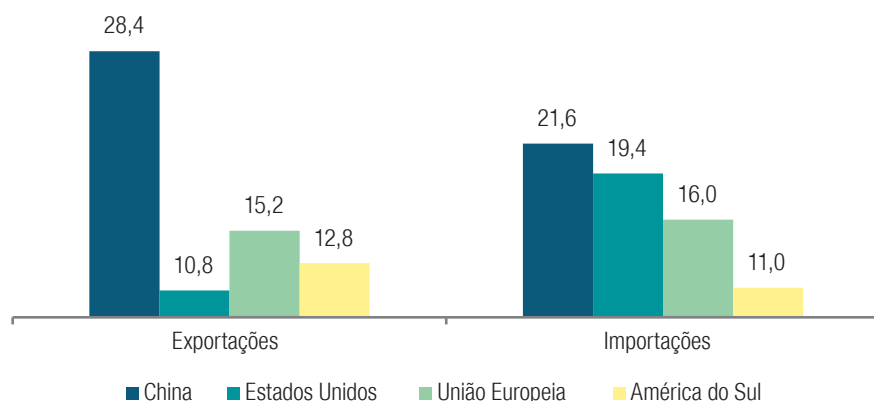
Quando foram iniciadas as propostas em meados da década de 1980 sobre a importância da integração na região, começando com acordos com a Argentina, se discutia a possível fragmentação do mundo em blocos liderados pelo Japão, Estados Unidos e a União Europeia. América do Sul estaria fora da prioridade desses blocos e, logo, fortalecer a integração da região era a estratégia a ser escolhida.

O contexto atual difere dos anos de 1980, mas novamente se impõe pensar a cooperação e a integração da região, e com maior urgência, dadas as incertezas quanto ao futuro. 

<sup>1</sup>KALOUT, H.; GUIMARÃES, F.; CIMINI, F. A hora da diplomacia brasileira voltar a priorizar o seu entorno regional. *Policy Paper* CEBRI, 2022. Disponível em: [www.cebri.org](http://www.cebri.org).

<sup>2</sup>O superávit é bem inferior ao da China que foi de US\$ 22 bilhões. Não se espera que essa situação mude. Além disso a queda de 12,8% em volume das exportações para a China está associada ao menor crescimento do país.

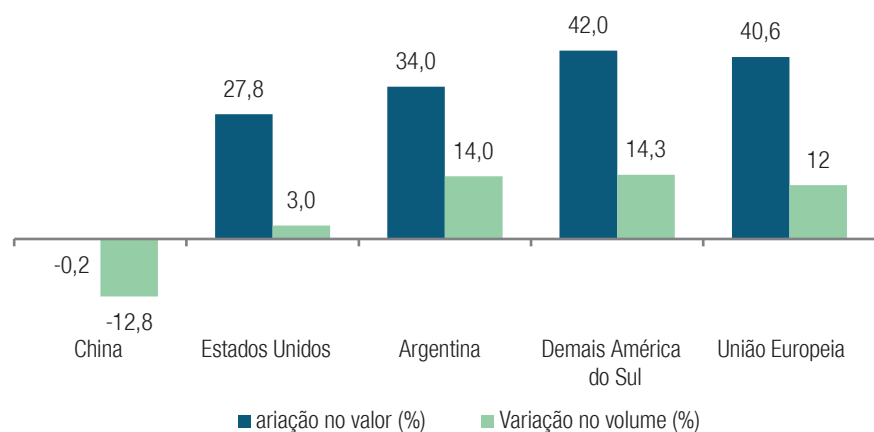
**Gráfico 1 Participação (%) nas exportações brasileiras:**  
jan-julho 2022



Elaboração: FGV IBRE.

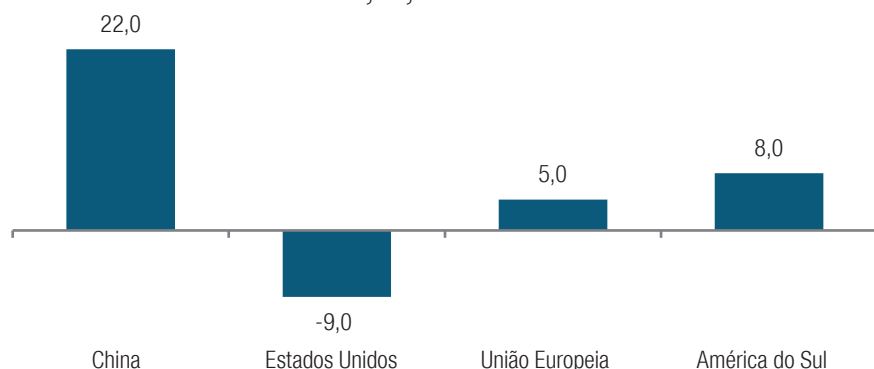
Fonte: <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-externo/pt-br/assuntos/comercio-externo/estatisticas>.

**Gráfico 2 Variação jan-julho 2021/2022 no valor e no volume exportado (%)**



Elaboração: FGV IBRE. Fonte: Base de dados Icomex FGV IBRE.

**Gráfico 3 Saldos comerciais em US\$ bilhões:**  
jan-julho 2022



Elaboração: FGV IBRE.

Fonte: <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-externo/pt-br/assuntos/comercio-externo/estatisticas>.

PRESENCIAL - ONLINE - LIVE

# CRESÇA DO SEU JEITO E NO SEU RITMO.

Cursos de  
Curta e Média  
Duração.

Tenha a liberdade  
para adequar  
o melhor  
formato de estudos  
ao seu momento  
profissional.

Saiba mais e inscreva-se.  
[fgv.br/curta-e-media](http://fgv.br/curta-e-media)

 **FGV** | EDUCAÇÃO  
EXECUTIVA







# FGV IBRE

## Conjuntura Estatística

2	Índices Gerais de Preços – FGV
3	Preços ao Consumidor – Indicadores Industriais – Sondagem Industrial (FGV/IBRE)
4	Indicadores Industriais – Produção Física
7	Setor Externo
8	Emprego e Renda
9	Tabelas de correspondência dos índices econômicos que eram publicados na Revista

## Notas

Nessa seção são publicados os índices da FGV mais utilizados pelo mercado, como o IGP-M, o IPC e o INCC, com as variações no ano e em 12 meses já calculadas.

Mas as séries também estão disponíveis no banco de dados FGV Dados, com acesso via Portal IBRE, <https://portalibre.fgv.br> seção índices institucionais, consultas gratuitas.

Os índices econômicos mais específicos (IPA, IPC, INCC), elaborados pelo FGV IBRE, publicados na antiga seção Índices Econômicos até a edição setembro de 2021, continuam sendo calculados mas o acesso passou a ser exclusivo para os usuários do banco de dados - FGV Dados, <https://portalibre.fgv.br/fgv-dados> na modalidade Standard.

Incluimos a partir da página 9 uma tabela de correspondência. A Coluna era a forma de identificação dos índices na revista. No FGV DADOS esses índices tem um código numérico associado.

Seção fechada com dados disponíveis até o dia 31/08/2022

### Índices Gerais de Preços – base: ago. 94 = 100

Código FGV Dados	Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI)				Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M)				Índice de Preços ao Produtor Amplo Estágios de Processamento (IPA-EP-DI)				Índice Nacional do Custo da Construção (INCC-DI)			
	161384	Variação (%)			200045	Variação (%)			1416651	Variação (%)			160868	Variação (%)		
Período	Índices <sup>1</sup>	no Mês	no Ano <sup>2</sup>	em 12 Meses <sup>3</sup>	Índices <sup>1</sup>	no Mês	no Ano <sup>2</sup>	em 12 Meses <sup>3</sup>	Índices <sup>1</sup>	no Mês	no Ano <sup>2</sup>	em 12 Meses <sup>3</sup>	Índices <sup>1</sup>	no Mês	no Ano <sup>2</sup>	em 12 Meses <sup>3</sup>
2015	580,297	–	6,90	10,70	586,426	–	6,54	10,54	623,152	–	6,01	11,31	631,947	–	7,07	7,48
2016	639,431	–	10,19	7,18	647,435	–	10,40	7,17	694,489	–	11,45	7,73	673,014	–	6,50	6,13
2017	645,589	–	0,96	-0,42	654,338	–	1,07	-0,52	689,344	–	-0,74	-2,52	706,729	–	5,01	4,25
2018	683,125	–	5,81	7,10	690,916	–	5,59	7,54	737,148	–	6,93	8,75	733,766	–	3,83	3,84
2019	724,432	–	6,05	7,70	733,535	–	6,17	7,30	789,562	–	7,11	9,63	763,558	–	4,06	4,15
2020																
Jan.	751,820	0,09	0,09	7,72	762,733	0,48	0,48	7,81	825,952	-0,13	-0,13	9,70	779,766	0,38	0,38	4,04
Fev.	751,910	0,01	0,11	6,40	762,423	-0,04	0,44	6,82	825,694	-0,03	-0,16	7,74	782,336	0,33	0,71	4,29
Mar.	764,276	1,64	1,75	7,01	771,908	1,24	1,69	6,81	844,960	2,33	2,17	8,78	784,338	0,26	0,97	4,23
Abr.	764,656	0,05	1,80	6,10	778,101	0,80	2,50	6,68	845,850	0,11	2,28	7,72	786,070	0,22	1,19	4,06
Mai.	772,843	1,07	2,89	6,81	780,280	0,28	2,79	6,51	860,827	1,77	4,09	9,05	787,666	0,20	1,39	4,24
Jun.	785,221	1,60	4,54	7,84	792,429	1,56	4,39	7,31	879,957	2,22	6,40	10,56	790,331	0,34	1,74	3,68
Jul.	803,584	2,34	6,98	10,37	810,083	2,23	6,71	9,27	907,577	3,14	9,74	14,27	799,589	1,17	2,93	4,29
Ago.	834,713	3,87	11,13	15,23	832,313	2,74	9,64	13,02	956,905	5,44	15,71	21,58	805,356	0,72	3,67	4,60
Set.	862,259	3,30	14,80	18,44	868,442	4,34	14,40	17,94	998,786	4,38	20,77	26,03	814,701	1,16	4,87	5,32
Out.	893,977	3,68	19,02	22,12	896,505	3,23	18,10	20,93	1.047,327	4,86	26,64	31,05	828,778	1,73	6,69	6,95
Nov.	917,538	2,64	22,16	24,28	925,887	3,28	21,97	24,52	1.081,963	3,31	30,83	33,89	839,382	1,28	8,05	8,28
Dez.	924,504	0,76	23,08	23,08	934,758	0,96	23,14	23,14	1.089,291	0,68	31,72	31,72	845,268	0,70	8,81	8,81
2021																
Jan.	951,395	2,91	2,91	26,55	958,844	2,58	2,58	25,71	1.132,015	3,92	3,92	37,06	852,809	0,89	0,89	9,37
Fev.	977,133	2,71	5,69	29,95	983,063	2,53	5,17	28,94	1.170,548	3,40	7,46	41,77	868,929	1,89	2,80	11,07
Mar.	998,344	2,17	7,99	30,63	1.011,948	2,94	8,26	31,10	1.200,887	2,59	10,24	42,12	880,265	1,30	4,14	12,23
Abr.	1.020,495	2,22	10,38	33,46	1.027,211	1,51	9,89	32,02	1.235,764	2,90	13,45	46,10	888,191	0,90	5,08	12,99
Mai.	1.055,167	3,40	14,13	36,53	1.069,289	4,10	14,39	37,04	1.287,702	4,20	18,21	49,59	907,899	2,22	7,41	15,26
Jun.	1.056,343	0,11	14,26	34,53	1.075,733	0,60	15,08	35,75	1.284,349	-0,26	17,91	45,96	927,512	2,16	9,73	17,36
Jul.	1.071,615	1,45	15,91	33,35	1.084,095	0,78	15,98	33,83	1.305,535	1,65	19,85	43,85	935,359	0,85	10,66	16,98
Ago.	1.070,147	-0,14	15,75	28,21	1.091,290	0,66	16,75	31,12	1.300,062	-0,42	19,35	35,86	939,699	0,46	11,17	16,68
Set.	1.064,310	-0,55	15,12	23,43	1.084,312	-0,64	16,00	24,86	1.284,846	-1,17	17,95	28,64	944,520	0,51	11,74	15,93
Out.	1.081,301	1,60	16,96	20,95	1.091,283	0,64	16,74	21,73	1.309,257	1,90	20,19	25,01	952,596	0,86	12,70	14,94
Nov.	1.075,022	-0,58	16,28	17,16	1.091,483	0,02	16,77	17,89	1.294,111	-1,16	18,80	19,61	959,001	0,67	13,46	14,25
Dez.	1.088,489	1,25	17,74	17,74	1.100,988	0,87	17,78	17,78	1.314,068	1,54	20,64	20,64	962,321	0,35	13,85	13,85
2022																
Jan.	1.110,398	2,01	2,01	16,71	1.120,999	1,82	1,82	16,91	1.347,788	2,57	2,57	19,06	969,184	0,71	0,71	13,65
Fev.	1.127,077	1,50	3,55	15,35	1.141,546	1,83	3,68	16,12	1.374,002	1,94	4,56	17,38	972,904	0,38	1,10	11,97
Mar.	1.153,777	2,37	6,00	15,57	1.161,418	1,74	5,49	14,77	1.412,492	2,80	7,49	17,62	981,244	0,86	1,97	11,47
Abr.	1.158,546	0,41	6,44	13,53	1.177,809	1,41	6,98	14,66	1.415,143	0,19	7,69	14,52	990,543	0,95	2,93	11,52
Mai.	1.166,542	0,69	7,17	10,56	1.183,953	0,52	7,54	10,72	1.422,937	0,55	8,28	10,50	1.013,164	2,28	5,28	11,59
Jun.	1.173,831	0,62	7,84	11,12	1.190,882	0,59	8,16	10,70	1.429,130	0,44	8,76	11,27	1.034,824	2,14	7,53	11,57

Notas: <sup>1</sup>De 1995 a 2016, média do ano. <sup>2</sup>De 1995 a 2016, média sobre média. <sup>3</sup>De 1995 a 2016, dezembro sobre dezembro. Fonte: FGV IBRE.

Índices de Preços ao Consumidor

Período	IPC-BR-DI (FGV)						INPC (IBGE) <sup>4</sup>					IPCA (IBGE) <sup>4</sup>			
	Índice <sup>1</sup> (Base: Ago. 94 = 100)	Variação (%)			Bens Comercializáveis	Bens Não Comercializáveis		Índice <sup>1</sup> (Base: Dez. 93 = 100)	Variação (%)			Índice <sup>1</sup> (Base: Dez. 93 = 100)	Variação (%)		
		no Mês	no Ano <sup>2</sup>	em 12 Meses <sup>3</sup>		Total	Tarifas Públicas		no Mês	no Ano <sup>2</sup>	em 12 Meses <sup>3</sup>		no Mês	no Ano <sup>2</sup>	em 12 Meses <sup>3</sup>
					Índices (Base: Ago. 94 = 100) <sup>1</sup>										
Código FGV Dados	1390594				1001440	1001441	1001442	1004964	2421			1004963	156038		
2015	477,370	-	9,21	10,53	346,126	652,174	812,236	4.443,94	-	9,34	11,28	4.310,12	-	9,03	10,67
2016	518,122	-	8,54	6,18	377,175	706,476	886,816	4.858,19	-	9,32	6,58	4.686,79	-	8,74	6,29
2017	537,700	-	3,78	3,23	387,717	736,560	930,899	5.002,44	-	2,97	2,07	4.848,31	-	3,45	2,95
2018	558,201	-	3,81	4,32	393,114	773,213	1001,608	5.146,17	-	2,87	3,43	5.025,99	-	3,66	3,75
2019	581,130	-	4,11	4,11	404,696	809,148	1053,246	5.339,34	-	3,75	4,48	5.213,61	-	3,73	4,31
2020															
Jan.	594,240	0,59	0,59	4,13	416,895	824,351	1081,801	5.460,19	0,19	0,19	4,30	5.331,42	0,21	0,21	4,19
Fev.	594,200	-0,01	0,58	3,76	417,326	823,940	1075,251	5.469,47	0,17	0,36	3,92	5.344,75	0,25	0,46	4,01
Mar.	596,222	0,34	0,92	3,44	419,081	826,485	1074,724	5.479,32	0,18	0,54	3,31	5.348,49	0,07	0,53	3,30
Abr.	595,129	-0,18	0,74	2,60	419,013	824,433	1062,414	5.466,72	-0,23	0,31	2,46	5.331,91	-0,31	0,22	2,40
Mai.	591,934	-0,54	0,20	1,83	418,295	818,840	1044,348	5.453,05	-0,25	0,06	2,05	5.311,65	-0,38	-0,16	1,88
Jun.	594,046	0,36	0,55	2,22	420,631	821,124	1050,879	5.469,41	0,30	0,36	2,35	5.325,46	0,26	0,10	2,13
Jul.	596,930	0,49	1,04	2,40	423,538	824,457	1064,053	5.493,48	0,44	0,80	2,69	5.344,63	0,36	0,46	2,31
Ago.	600,114	0,53	1,58	2,77	427,238	827,761	1072,980	5.513,26	0,36	1,16	2,94	5.357,46	0,24	0,70	2,44
Set.	605,058	0,82	2,42	3,62	432,697	833,109	1085,003	5.561,23	0,87	2,04	3,89	5.391,75	0,64	1,34	3,14
Out.	609,010	0,65	3,09	4,38	437,456	837,083	1092,462	5.610,72	0,89	2,95	4,77	5.438,12	0,86	2,22	3,92
Nov.	614,740	0,94	4,06	4,86	442,467	844,279	1108,278	5.664,02	0,95	3,93	5,20	5.486,52	0,89	3,13	4,31
Dez.	621,342	1,07	5,17	5,17	448,077	852,693	1125,537	5.746,71	1,46	5,45	5,45	5.560,59	1,35	4,52	4,52
2021															
Jan.	623,016	0,27	0,27	4,84	451,481	853,314	1113,129	5.762,23	0,27	0,27	5,53	5.574,49	0,25	0,25	4,56
Fev.	626,371	0,54	0,81	5,41	453,076	858,540	1127,817	5.809,48	0,82	1,09	6,22	5.622,43	0,86	1,11	5,20
Mar.	632,616	1,00	1,81	6,10	456,519	867,913	1156,524	5.859,44	0,86	1,96	6,94	5.674,72	0,93	2,05	6,10
Abr.	634,057	0,23	2,05	6,54	457,957	869,590	1157,512	5.881,71	0,38	2,35	7,59	5.692,31	0,31	2,37	6,76
Mai.	639,187	0,81	2,87	7,98	460,016	877,875	1179,277	5.938,17	0,96	3,33	8,90	5.739,56	0,83	3,22	8,06
Jun.	643,275	0,64	3,53	8,29	462,239	884,029	1195,903	5.973,80	0,60	3,95	9,22	5.769,98	0,53	3,77	8,35
Jul.	649,194	0,92	4,48	8,76	464,971	893,319	1220,312	6.034,73	1,02	5,01	9,85	5.825,37	0,96	4,76	8,99
Ago.	653,798	0,71	5,22	8,95	469,248	898,917	1231,607	6.087,84	0,88	5,94	10,42	5.876,05	0,87	5,67	9,68
Set.	663,168	1,43	6,73	9,60	473,637	913,584	1271,859	6.160,89	1,20	7,21	10,78	5.944,21	1,16	6,90	10,25
Out.	668,289	0,77	7,56	9,73	476,901	920,938	1288,141	6.232,36	1,16	8,45	11,08	6.018,51	1,25	8,24	10,67
Nov.	675,519	1,08	8,72	9,89	480,118	932,380	1318,223	6.284,71	0,84	9,36	10,96	6.075,69	0,95	9,26	10,74
Dez.	679,386	0,57	9,34	9,34	484,379	936,567	1328,462	6.330,59	0,73	10,16	10,16	6.120,04	0,73	10,06	10,06
2022															
Jan.	682,690	0,49	0,49	9,58	487,915	940,223	1316,678	6.373,00	0,67	0,67	10,60	6.153,09	0,54	0,54	10,38
Fev.	684,619	0,28	0,77	9,30	489,702	942,566	1312,308	6.436,73	1,00	1,68	10,80	6.215,24	1,01	1,56	10,54
Mar.	693,857	1,35	2,13	9,68	494,258	956,849	1338,972	6.546,80	1,71	3,42	11,73	6.315,93	1,62	3,20	11,30
Abr.	701,353	1,08	3,23	10,61	499,131	967,545	1355,693	6.614,89	1,04	4,49	12,47	6.382,88	1,06	4,29	12,13
Mai.	704,878	0,50	3,75	10,28	504,433	970,279	1358,648	6.644,66	0,45	4,96	11,90	6.412,88	0,47	4,78	11,73
Jun.	709,569	0,67	4,44	10,31	507,419	977,014	1371,965	6.685,86	0,62	5,61	11,92	6.455,85	0,67	5,49	11,89
Jul.	701,098	-1,19	3,20	8,00	509,807	958,934	1303,588	6.645,74	-0,60	4,98	10,12	6.411,95	-0,68	4,77	10,07

Notas: <sup>1</sup>De 1995 a 2016, média do ano. <sup>2</sup>De 1995 a 2016, média sobre média. <sup>3</sup>De 1995 a 2016, dezembro sobre dezembro. <sup>4</sup>A partir de Janeiro/2012 índices calculados pela nova estrutura de ponderação/classificação (POF 2008/2009) dos produtos e serviços e pesos regionais atualizados. Os indicadores IPC-BR-DI Bens Comercializáveis e IPC-BR-DI Bens Não Comercializáveis não foram disponibilizados até o fechamento desta edição. Fontes: FGV IBRE e IBGE.

### Índices de Preços ao Consumidor

Período	IPC (FIPE)			Custo de Vida (DIEESE)	Valor da Cesta Básica (DIEESE)	
	Índice <sup>1</sup> (Base: Jun. 94 = 100)	Variação (%)		Variação (%) no Mês	Valor Nominal <sup>1</sup>	
		no Mês	no Ano <sup>2</sup>		em 12 Meses <sup>3</sup>	RJ
Código FGV Dados	1006777	100199			100563	1001836
2015	430,162	-	8,44	11,07	-	370,42 389,15
2016	469,422	-	9,13	6,54	-	444,41 456,48
2017	483,489	-	3,00	2,27	-	425,07 434,88
2018	496,066	-	2,60	3,02	-	440,26 444,49
2019	515,589	-	3,94	4,40	-	480,25 490,41
2020						
Jan.	527,874	0,29	0,29	4,10	0,64	507,13 517,51
Fev.	528,434	0,11	0,39	3,64	0,12	505,55 519,76
Mar.	528,970	0,10	0,50	3,22	-	533,65 518,50
Abr.	527,362	-0,30	0,19	2,61	-	544,34 556,25
Mai.	526,085	-0,24	-0,05	2,38	-	558,81 556,36
Jun.	528,134	0,39	0,34	2,62	-	512,84 547,03
Jul.	529,429	0,25	0,58	2,73	-	505,72 524,74
Ago.	533,554	0,78	1,37	3,19	-	529,76 539,95
Set.	539,531	1,12	2,50	4,34	-	563,75 563,35
Out.	545,957	1,19	3,72	5,41	-	592,25 595,87
Nov.	551,590	1,03	4,79	5,78	-	629,63 629,18
Dez.	555,921	0,79	5,62	5,62	-	621,09 631,46
2021						
Jan.	560,717	0,86	0,86	6,22	-	644,00 654,15
Fev.	561,979	0,23	1,09	6,35	-	629,82 639,47
Mar.	565,962	0,71	1,81	6,99	-	612,56 626,00
Abr.	568,444	0,44	2,25	7,79	-	622,04 632,61
Mai.	570,780	0,41	2,67	8,50	-	622,76 636,40
Jun.	575,378	0,81	3,50	8,95	-	619,24 626,76
Jul.	581,272	1,02	4,56	9,79	-	621,34 640,51
Ago.	589,620	1,44	6,06	10,51	-	634,18 650,50
Set.	596,263	1,13	7,26	10,52	-	643,06 673,45
Out.	602,199	1,00	8,32	10,30	-	673,85 693,79
Nov.	606,530	0,72	9,10	9,96	-	665,60 692,27
Dez.	610,004	0,57	9,73	9,73	-	666,26 690,51
2022						
Jan.	614,525	0,74	0,74	9,60	-	692,82 713,86
Fev.	620,058	0,90	1,65	10,33	-	697,37 715,65
Mar.	628,008	1,28	2,95	10,96	-	750,71 761,19
Abr.	638,152	1,62	4,61	12,26	-	768,42 803,99
Mai.	640,843	0,42	5,06	12,28	-	723,55 777,93
Jun.	642,632	0,28	5,35	11,69	-	733,14 777,01
Jul.	643,657	0,16	5,52	10,73	-	723,75 760,45

### Indicadores Industriais

Sondagem Industrial (FGV/IBRE) <sup>1</sup>				
Índice de Confiança da Indústria (CNAE 2.0) <sup>2</sup>				Nível de Utilização da Capacidade Instalada (%) sem Ajuste Sazonal (CNAE 2.0) <sup>2</sup>
Sem Ajuste Sazonal	Com Ajuste Sazonal	Situação Atual sem Ajuste Sazonal	Expectativas sem Ajuste Sazonal	
1416209	1416212	1416210	1416211	1412616
77,8	77,6	77,9	79,4	76,4
82,2	82,2	82,1	83,6	73,9
92,5	92,6	90,7	95,0	74,4
98,7	98,6	97,8	99,7	75,9
96,8	96,8	97,0	96,9	75,1
97,5	100,9	99,8	95,2	74,0
99,7	101,4	100,6	98,7	75,6
99,0	97,5	100,4	97,5	74,2
62,4	58,2	68,6	58,6	56,5
64,1	61,4	69,5	61,2	59,9
77,9	77,6	78,4	79,1	66,1
90,5	89,8	87,4	94,5	71,8
100,5	98,7	97,6	103,6	75,5
108,6	106,7	107,3	109,1	79,3
112,0	111,2	114,0	108,8	81,7
112,0	113,1	119,1	103,6	81,8
110,6	114,9	120,1	99,9	80,2
108,4	111,3	116,2	99,6	78,1
107,6	107,9	115,6	98,6	78,5
106,4	104,2	112,5	99,4	77,2
106,2	103,5	110,7	101,0	75,6
105,7	104,2	109,4	101,4	77,3
108,2	107,6	110,1	105,7	78,8
110,0	108,4	110,1	109,0	79,5
109,4	107,0	108,8	109,4	79,9
108,9	106,4	109,1	108,0	81,3
106,2	105,2	108,1	103,7	83,2
100,5	102,1	104,2	96,6	82,8
95,8	100,1	101,3	90,4	80,6
95,3	98,4	99,8	90,9	78,9
95,6	96,7	99,3	92,1	79,3
96,5	95,0	98,7	94,4	79,0
99,3	97,4	99,5	99,1	78,7
100,4	99,7	100,4	100,6	80,3
101,4	101,2	101,1	101,5	80,8
101,0	99,5	100,0	102,1	81,7

Notas: Índices de preços - <sup>1</sup>De 1995 a 2016, média do ano. <sup>2</sup>De 1995 a 2016, média sobre média. <sup>3</sup>De 1995 a 2016, dezembro sobre dezembro. Indicadores Industriais - Sondagem Industrial / FGV - <sup>1</sup>De 2001 a 2016, média do ano. <sup>2</sup>Segundo as melhores práticas estatísticas internacionais, a partir de novembro de 2015 a classificação setorial de empresas e produtos/serviços das sondagens empresariais produzidas pelo IBRE/FGV será atualizada para o sistema da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) em sua versão 2.0. Informamos que, a partir do mês de março e enquanto durar o período de isolamento social devido à pandemia da COVID-19, o DIEESE suspendeu a pesquisa do Índice de Custo de Vida na Cidade de São Paulo. Fontes: Fipe e Dieese (Índices de preços), FGV IBRE (Sondagem Industrial).

Indicadores Industriais – Produção Física<sup>1</sup>

Período	Indústria Geral				Indústria Extrativa Mineral <sup>2</sup>			
	Variação (%)		(Base: Média 2012 = 100)		Variação (%)		(Base: Média 2012 = 100)	
	Acumulado no Ano <sup>1</sup>	Acumulado em 12 Meses	Base Fixa <sup>2</sup>	Base Fixa Dessazonalizada	Acumulado no Ano <sup>1</sup>	Acumulado em 12 Meses <sup>1</sup>	Base Fixa <sup>2</sup>	Base Fixa Dessazonalizada
Código FGV Dados			1416147	1416146			1416149	1416150
2015	-8,26	–	90,83	–	3,88	–	106,89	–
2016	-6,43	–	84,99	–	-9,43	–	96,80	–
2017	2,52	–	87,13	–	4,52	–	101,17	–
2018	0,96	–	87,97	–	0,02	–	101,19	–
2019	-1,08	–	87,02	–	-9,70	–	91,37	–
2020								
Jan.	-0,82	-1,00	80,02	87,08	-15,08	-11,11	87,77	88,75
Fev.	-0,55	-1,19	78,86	87,49	-8,33	-10,47	80,12	88,26
Mar.	-1,66	-0,99	77,89	80,48	-5,85	-9,53	83,25	88,61
Abr.	-8,35	-2,90	60,28	64,71	-2,48	-7,25	80,80	86,56
Mai.	-11,30	-5,39	71,17	69,84	-3,15	-6,29	81,67	81,52
Jun.	-10,84	-5,62	78,38	76,73	-2,82	-5,15	86,50	86,16
Jul.	-9,55	-5,64	90,99	83,86	-2,16	-4,26	97,64	93,67
Ago.	-8,55	-5,68	93,90	86,23	-2,10	-4,25	100,45	94,18
Set.	-7,09	-5,43	95,37	88,53	-2,35	-4,38	94,06	89,73
Out.	-6,27	-5,51	97,34	89,72	-2,76	-4,25	92,82	87,41
Nov.	-5,47	-5,16	90,22	90,24	-3,34	-4,18	84,06	84,44
Dez.	-4,45	-4,45	83,33	90,45	-3,38	-3,38	90,25	86,63
2021								
Jan.	2,36	-4,21	81,91	91,28	0,31	-1,96	88,04	90,15
Fev.	1,33	-4,17	79,08	89,51	-3,02	-2,49	74,78	87,21
Mar.	4,35	-3,09	86,09	87,28	-2,01	-2,45	83,28	87,70
Abr.	10,54	1,17	81,29	85,80	-0,62	-2,82	83,78	89,42
Mai.	13,17	4,90	88,35	86,80	1,80	-1,49	91,18	90,73
Jun.	12,99	6,65	87,89	86,58	2,19	-1,07	90,02	90,53
Jul.	11,03	7,04	92,28	85,41	1,38	-1,45	94,93	90,62
Ago.	9,31	7,24	93,38	85,00	0,98	-1,41	99,02	92,65
Set.	7,55	6,46	91,49	84,64	1,25	-0,76	97,11	92,26
Out.	5,74	5,66	89,73	84,23	0,62	-0,61	88,39	84,08
Nov.	4,74	5,02	86,29	84,35	0,96	0,54	87,93	87,38
Dez.	3,93	3,93	79,21	86,61	1,03	1,03	91,83	88,30
2022								
Jan.	-7,30	3,14	75,93	84,99	-6,97	0,42	81,90	83,55
Fev.	-5,71	2,79	75,87	85,57	-3,18	1,02	75,74	88,26
Mar.	-4,37	1,80	84,49	86,07	-1,76	1,10	84,12	88,84
Abr.	-3,41	-0,32	80,89	86,21	-1,31	0,82	83,80	89,01
Mai.	-2,59	-1,92	88,76	86,49	-2,81	-0,79	83,66	83,97
Jun.	-2,22	-2,84	87,45	86,13	-3,27	-1,57	85,16	85,60

Notas: <sup>1</sup>Indicadores industriais - A partir de maio de 2014, dados referentes à nova série de índices mensais da produção industrial, elaborados com base na Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física - PIM-PF reformulada. <sup>2</sup>De 2002 a 2015, média do ano. A série reformulada tem início em janeiro de 2002. Fonte: IBGE - (Indicadores industriais).

### Indicadores Industriais – Produção Física<sup>1</sup>

Período	Indústria de Transformação				Por Gêneros Industriais <sup>2</sup>						Por Categoria de Uso <sup>2</sup>			
	Variação (%)		Base Fixa <sup>2</sup>	Base Fixa com Ajustamento Sazonal	Meta-lurgia	Fabricação de Máquinas e Equipamentos	Fabricação de Produtos Têxteis	Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	Fabricação de Bebidas	Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	Bens de Capital	Bens Intermediários	Bens de Consumo Duráveis	Bens de Consumo semi e Não Duráveis
	Acumulado no Ano <sup>1</sup>	Acumulado em 12 Meses	(Base: Média 2012 = 100)		Índices de Base Fixa com Ajustamento Sazonal (Base: Média 2012=100)						Índices de Base Fixa sem Ajustamento (Sazonal Base: Média 2012=100)			
Código FGV Dados			1416148	1416151	1416156	1416157	1416153	1416155	1416152	1416154	1416158	1416159	1416161	1416162
2015	-9,84	-	88,81	88,84	84,89	83,88	79,64	102,63	94,56	97,81	75,98	92,85	77,37	95,08
2016	-5,98	-	83,50	83,43	79,76	74,03	75,70	93,95	91,61	100,14	68,21	86,85	66,23	92,10
2017	2,23	-	85,37	85,56	83,52	76,13	80,41	90,03	92,30	103,41	72,43	88,32	75,00	92,90
2018	1,11	-	86,31	86,33	86,93	78,77	78,41	90,67	93,08	108,58	77,58	88,41	80,90	92,61
2019	0,19	-	86,48	86,46	84,38	79,00	77,89	92,22	97,01	104,51	77,10	86,49	82,62	93,55
2020														
Jan.	1,55	0,50	79,05	86,68	83,37	80,02	78,03	98,70	99,92	105,38	66,02	81,49	71,83	84,21
Fev.	0,59	0,17	78,71	87,32	87,12	80,32	79,61	98,83	102,96	108,30	71,57	79,07	76,75	81,93
Mar.	-1,07	0,25	77,21	79,28	81,32	71,36	63,58	97,63	79,20	107,66	69,50	79,67	68,88	79,39
Abr.	-9,13	-2,28	57,70	61,87	57,97	51,46	39,13	82,24	55,13	107,36	37,74	66,78	13,06	66,32
Mai.	-12,35	-5,26	69,85	68,13	62,44	56,95	44,84	94,84	81,17	98,67	52,83	77,03	27,49	76,97
Jun.	-11,88	-5,69	77,36	75,49	64,08	64,05	58,92	91,79	105,61	100,74	59,45	82,52	47,87	85,08
Jul.	-10,51	-5,83	90,16	82,65	74,81	73,86	72,27	96,51	109,49	104,52	70,76	95,22	71,79	94,94
Ago.	-9,40	-5,88	93,07	85,78	77,04	75,13	78,53	100,73	105,22	105,67	72,90	98,21	82,06	95,87
Set.	-7,71	-5,58	95,53	88,99	81,66	83,64	82,99	101,18	106,53	108,95	80,12	96,91	86,67	101,36
Out.	-6,73	-5,68	97,91	89,95	84,72	87,69	86,97	98,70	106,31	107,86	87,86	97,38	90,10	104,60
Nov.	-5,75	-5,29	90,99	90,83	86,48	90,18	87,57	97,89	108,27	108,71	86,96	88,77	86,59	97,60
Dez.	-4,60	-4,60	82,46	90,83	99,16	93,67	93,79	96,48	101,74	106,26	80,43	84,05	72,23	86,96
2021														
Jan.	2,64	-4,51	81,14	91,13	89,71	93,00	94,96	94,49	99,46	109,74	77,31	83,99	69,09	83,33
Fev.	1,90	-4,39	79,62	89,73	91,23	95,36	87,99	95,72	97,86	111,69	82,39	79,45	70,40	80,51
Mar.	5,20	-3,18	86,44	87,04	90,38	94,53	83,21	97,99	90,68	111,22	90,63	87,74	77,12	83,94
Abr.	12,13	1,71	80,97	85,19	90,71	94,24	77,75	87,19	94,92	108,48	83,98	83,78	69,56	78,57
Mai.	14,80	5,78	88,00	86,16	93,75	93,31	77,87	89,88	99,20	108,88	90,54	91,12	68,96	88,06
Jun.	14,53	7,72	87,62	86,18	94,32	96,06	77,98	94,33	103,92	107,06	90,80	91,55	63,04	86,89
Jul.	12,40	8,22	91,95	84,94	92,47	93,83	75,70	97,29	94,24	108,04	96,33	95,35	64,88	93,23
Ago.	10,48	8,45	92,67	84,45	92,40	94,08	77,54	94,94	98,87	107,82	95,56	96,31	67,34	94,94
Set.	8,43	7,46	90,78	84,16	89,75	95,92	75,60	96,08	98,94	108,94	91,87	93,46	66,61	95,73
Out.	6,43	6,52	89,90	83,99	87,48	91,64	70,91	100,24	95,93	110,33	94,85	90,84	65,12	94,15
Nov.	5,25	5,63	86,09	83,82	85,35	92,49	72,12	99,38	93,77	110,04	90,68	86,24	68,64	91,52
Dez.	4,32	4,32	77,62	86,23	86,75	92,43	71,89	99,70	96,84	113,23	83,48	80,66	60,24	80,39
2022														
Jan.	-7,35	3,50	75,18	84,83	83,26	90,09	70,67	102,48	90,26	110,57	70,92	79,50	51,32	76,89
Fev.	-6,03	3,03	75,89	85,14	86,94	89,61	69,59	100,30	95,78	105,24	78,64	77,43	58,55	76,98
Mar.	-4,69	1,89	84,54	85,84	88,01	94,49	68,14	99,65	102,00	109,36	95,11	86,05	67,16	83,19
Abr.	-3,67	-0,46	80,52	85,87	87,07	91,46	71,58	104,51	105,72	111,53	79,85	83,80	60,38	81,01
Mai.	-2,56	-2,06	89,40	86,66	88,03	98,23	73,29	104,61	104,78	110,41	95,69	90,30	67,50	89,96
Jun.	-2,09	-3,00	87,74	86,39	86,44	96,24	72,42	103,23	103,91	115,33	90,96	89,92	64,47	88,03

Indicadores industriais - <sup>1</sup>A partir de maio de 2014, dados referentes à nova série de índices mensais da produção industrial, elaborados com base na Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física - PIM-PF reformulada. A série reformulada tem início em janeiro de 2002. <sup>2</sup>De 2002 a 2015, média do ano. Fonte: IBGE - (Indicadores industriais).

## Setor Externo (US\$ milhões)

Período	Taxa de Câmbio Real <sup>1</sup> (Índice-Base: Jan.99 = 100)		Dados mensais e anuais (US\$ milhões)										
	R\$/US\$ <sup>2</sup>	Efetiva <sup>2</sup>	Balança Comercial			Balanço de Pagamentos (BPM6)*							
			Total de Exportação	Total de Importação	Saldo	Transações Correntes (Saldo)	Balança Comercial e Serviços	Serviços	Renda Primária	Renda Secundária	Conta Capital	Conta Financeira	Erros e Omissões
Código FGV Dados	1003592	1003597	98585	98593	98577	1428412	1428438	1428415	1428439	1428440	1428427	1428430	1428441
2015	70,38	62,59	186.784	173.104	13.680	-54.789	-19.605	-37.050	-37.935	2.751	461	-56.647	-2.319
2016	65,62	56,60	179.526	139.322	40.204	-24.475	13.942	-30.602	-41.543	3.126	274	-16.093	8.109
2017	62,22	54,29	214.988	158.953	56.038	-22.033	19.001	-38.324	-43.170	2.135	379	-17.075	4.579
2018	68,72	60,52	231.890	185.322	46.568	-51.457	7.382	-35.990	-58.824	-15	440	-52.339	-1.322
2019	69,77	59,07	221.129	185.927	35.201	-65.030	-8.942	-35.489	-57.272	1.184	369	-64.357	304
2020													
Jan.	70,58	61,39	14.430	17.190	-2.761	-10.920	-5.846	-2.224	-5.200	127	59	-11.057	-196
Fev.	73,34	62,94	15.356	13.850	1.507	-4.914	-1.713	-2.430	-3.379	178	34	-2.775	2.105
Mar.	80,18	68,30	18.312	14.267	4.046	-3.311	178	-1.913	-3.660	171	31	-4.339	-1.059
Abr.	83,45	71,12	17.594	11.431	6.163	2.488	3.616	-1.262	-1.365	237	26	3.436	922
Mai.	89,97	74,05	17.520	10.682	6.838	685	1.481	-1.672	-1.008	212	22	2.798	2.091
Jun.	81,02	67,54	17.479	10.977	6.502	3.119	4.837	-1.041	-1.948	230	18	3.240	103
Jul.	80,28	67,83	19.416	11.815	7.601	-510	4.510	-2.027	-5.225	205	38	-1.281	-808
Ago.	80,16	68,55	17.404	11.585	5.819	1.105	3.494	-1.452	-2.678	289	26	1.870	739
Set.	75,01	64,41	18.223	13.140	5.083	-160	2.617	-1.747	-2.984	206	60	700	801
Out.	75,41	64,53	17.649	13.245	4.404	-1.152	2.008	-1.675	-3.310	150	33	-474	644
Nov.	69,89	60,56	17.345	14.857	2.488	-2.463	-88	-1.773	-2.486	111	36	-510	1.917
Dez.	66,30	58,67	18.452	15.749	2.703	-8.458	-3.665	-1.726	-5.022	229	3.758	-4.081	620
Acum. Ano/20	77,13	65,82	209.180	158.788	50.393	-24.492	11.428	-20.941	-38.264	2.344	4.141	-12.472	7.878
2021													
Jan.	67,47	62,81	14.948	15.167	-220	-8.338	-3.609	-990	-5.013	284	23	-8.487	-172
Fev.	67,08	61,57	16.375	14.539	1.836	-3.970	-1.773	-1.416	-2.487	289	21	-4.234	-284
Mar.	68,38	61,76	24.336	17.865	6.471	-5.180	-1.572	-1.058	-4.126	518	23	-5.983	-826
Abr.	66,33	60,07	26.059	16.096	9.963	4.375	7.568	-1.191	-3.394	201	9	3.954	-431
Mai.	60,61	54,98	26.201	17.665	8.536	2.501	5.744	-1.633	-3.491	248	-13	2.613	125
Jun.	58,16	52,22	28.258	17.844	10.414	2.035	5.844	-1.608	-4.044	235	20	1.402	-653
Jul.	59,59	53,46	25.509	18.129	7.380	-1.175	4.929	-1.333	-6.356	252	30	-2.535	-1.390
Ago.	60,83	54,30	27.216	19.557	7.659	318	4.098	-1.572	-3.993	213	36	-27	-381
Set.	62,73	56,11	24.376	19.975	4.401	-1.921	1.199	-1.352	-3.391	270	21	-3.061	-1.161
Out.	66,34	59,60	22.603	20.539	2.064	-4.368	-76	-1.444	-4.590	298	16	-7.335	-2.983
Nov.	67,51	60,37	20.502	21.612	-1.110	-6.389	-3.922	-1.588	-2.675	207	22	-6.408	-41
Dez.	67,69	61,48	24.432	20.420	4.013	-5.813	822	-1.927	-6.913	278	16	-3.606	2.191
Acum. Ano/21	64,39	58,23	280.815	219.408	61.407	-27.925	19.252	-17.112	-50.471	3.294	226	-33.706	-6.006
2022													
Jan.	66,10	62,48	19.796	19.817	-21	-7.973	-2.810	-1.494	-5.432	268	20	-7.937	16
Fev.	62,13	57,67	23.512	18.873	4.639	-2.373	1.790	-1.774	-4.429	265	33	-2.405	-65
Mar.	59,37	48,82	29.421	21.807	7.614	-2.778	3.907	-2.188	-6.953	268	33	-3.578	-833
Abr.	56,51	51,00	29.005	20.765	8.241	1.088	4.599	-2.239	-3.784	274	22	1.300	189
Mai.	59,57	51,41	29.731	24.695	5.036	-3.506	1.070	-2.376	-4.928	352	-43	-2.644	905

Notas: Para dados anuais, apresenta-se o valor acumulado no ano / <sup>1</sup>Para dados anuais, dá-se a média do ano. <sup>2</sup>Deflacionada pelo IPA; A partir da edição de out/02, a base da série passa a ser janeiro de 1999, e a cesta de moedas e seus respectivos pesos no cálculo da taxa efetiva passam a ser: euro (0,465094), dólar norte-americano (0,270294), o iene japonês (0,103379), o peso argentino (0,097698), e libra esterlina (0,063535). \*Em abril de 2015, o Banco Central do Brasil passou a divulgar as estatísticas de setor externo da economia brasileira em conformidade com a sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento (BPM6), do Fundo Monetário Internacional (FMI). Fontes: FGV IBRE, Banco Central e SECEX.

**\*Emprego e Renda - PNADc**

Período	Taxas (em Pontos Percentuais)			Rendimento Médio Real Habitual (em reais)							Massa de Rendimento Médio Real Habitual de Pessoas Ocupadas (todos os trabalhos) em milhões de Reais
	Taxa de Desocupação	Nível da Ocupação	Taxa de Participação na Força de Trabalho	Pessoas Ocupadas (todos os trabalhos)	Posição na Ocupação (trabalho principal)						
					Empregado no Setor Privado com Carteira	Empregado no Setor Privado sem Carteira	Trabalhador Doméstico	Empregado no Setor Público (inclusive servidor estatutário e militar)	Empregador	Conta Própria	
Código FGV Dados	1416236	1428442	1428443	1428444	1428445	1428446	1428447	1428448	1428449	1428450	1428451
<b>2019</b>											
Jan.	12,2	55,6	63,3	2.838	2.668	1.714	1.118	4.607	6.887	2.117	257.875
Fev.	12,6	55,3	63,2	2.848	2.667	1.705	1.128	4.622	7.047	2.118	257.644
Mar.	12,8	55,2	63,4	2.836	2.684	1.678	1.131	4.608	7.012	2.086	256.419
Abr.	12,6	55,5	63,6	2.821	2.676	1.684	1.116	4.562	7.067	2.070	256.792
Mai.	12,4	55,8	63,7	2.801	2.662	1.687	1.106	4.498	6.981	2.058	256.381
Jun.	12,1	56,0	63,7	2.802	2.656	1.716	1.105	4.491	7.070	2.046	257.451
Jul.	12,0	56,1	63,7	2.795	2.655	1.747	1.106	4.468	6.932	2.051	257.444
Ago.	11,9	56,1	63,7	2.807	2.669	1.751	1.107	4.497	6.995	2.053	258.950
Set.	11,9	56,2	63,8	2.806	2.667	1.721	1.098	4.475	7.175	2.063	259.728
Out.	11,8	56,3	63,8	2.828	2.668	1.697	1.101	4.520	7.337	2.080	262.598
Nov.	11,3	56,5	63,7	2.840	2.677	1.739	1.098	4.540	7.347	2.078	264.939
Dez.	11,1	56,5	63,6	2.831	2.661	1.743	1.098	4.563	7.246	2.086	264.515
<b>2020</b>											
Jan.	11,4	56,2	63,4	2.838	2.664	1.765	1.099	4.557	7.293	2.099	264.167
Fev.	11,8	55,9	63,4	2.840	2.692	1.771	1.100	4.554	7.241	2.095	263.163
Mar.	12,4	55,0	62,7	2.864	2.718	1.797	1.102	4.506	7.131	2.114	261.003
Abr.	12,7	53,2	60,9	2.895	2.744	1.835	1.109	4.446	7.165	2.132	255.320
Mai.	13,1	51,1	58,8	2.943	2.767	1.911	1.118	4.458	7.228	2.136	249.598
Jun.	13,6	49,5	57,3	2.988	2.750	1.889	1.123	4.532	7.588	2.166	245.550
Jul.	14,1	48,7	56,7	3.024	2.750	1.979	1.119	4.602	7.720	2.195	244.385
Ago.	14,8	48,5	57,0	3.019	2.752	1.951	1.104	4.646	7.796	2.187	243.418
Set.	14,9	49,0	57,6	3.021	2.751	1.964	1.088	4.698	8.071	2.160	245.995
Out.	14,6	50,0	58,6	2.977	2.755	1.874	1.058	4.691	7.829	2.129	247.840
Nov.	14,4	50,8	59,3	2.946	2.741	1.835	1.043	4.641	7.753	2.113	248.988
Dez.	14,2	51,1	59,5	2.902	2.719	1.843	1.032	4.640	7.231	2.114	247.185
<b>2021</b>											
Jan.	14,5	51,1	59,7	2.895	2.705	1.842	1.046	4.655	7.147	2.102	246.490
Fev.	14,6	51,1	59,8	2.869	2.672	1.781	1.048	4.720	6.871	2.095	244.671
Mar.	14,9	50,9	59,8	2.878	2.668	1.817	1.046	4.655	6.957	2.171	244.799
Abr.	14,8	51,1	60,0	2.844	2.665	1.808	1.043	4.595	6.734	2.130	243.092
Mai.	14,7	51,4	60,3	2.841	2.639	1.842	1.044	4.551	6.835	2.144	244.723
Jun.	14,2	52,1	60,8	2.798	2.652	1.820	1.038	4.500	6.686	2.052	244.377
Jul.	13,7	52,8	61,2	2.773	2.628	1.812	1.023	4.451	6.747	2.085	245.720
Ago.	13,1	53,4	61,5	2.734	2.606	1.762	1.020	4.378	6.682	2.080	245.104
Set.	12,6	54,1	61,9	2.686	2.571	1.738	1.005	4.253	6.600	2.052	244.129
Out.	12,1	54,6	62,1	2.646	2.533	1.651	1.004	4.192	6.648	2.044	243.111
Nov.	11,6	55,1	62,3	2.611	2.504	1.643	997	4.149	6.526	2.030	242.572
Dez.	11,1	55,6	62,5	2.590	2.488	1.643	1.009	4.148	6.193	2.035	242.756
<b>2022</b>											
Jan.	11,2	55,3	62,3	2.615	2.513	1.675	1.015	4.114	6.316	2.045	244.350
Fev.	11,2	55,2	62,2	2.618	2.524	1.690	1.034	4.073	6.268	2.053	244.081
Mar.	11,1	55,2	62,1	2.629	2.545	1.689	1.040	4.080	6.311	2.059	245.199
Abr.	10,5	55,8	62,4	2.618	2.547	1.748	1.035	4.024	6.090	2.059	247.593
Mai.	9,8	56,4	62,5	2.636	2.530	1.792	1.032	4.043	5.995	2.095	251.989
Jun.	9,3	56,8	62,6	2.656	2.541	1.799	1.036	4.075	6.146	2.097	256.046
Jul.	9,1	57,0	62,7	2.693	2.546	1.809	1.050	4.086	6.459	2.122	260.699

Nota: \*A divulgação fornece aos usuários da pesquisa dados sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil, atualizados mensalmente através de trimestres móveis. Assim, a cada mês serão divulgadas informações referentes ao último trimestre móvel. \*\*A partir de 30 de novembro de 2021, essas estimativas passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Consequentemente, a série histórica deste indicador foi atualizada. Fonte: IBGE.





**FGV IBRE**

## **Tabela de correspondência dos índices econômicos que eram publicados na revista Conjuntura Econômica até a edição de setembro de 2021**

As séries que eram publicadas na revista Conjuntura Econômica estão reunidas na modalidade de acesso Standard do banco de dados FGV DADOS.

SIMG – Superintendência de Infraestrutura e Mercados Globais – Gestão de Produtos

Contato: [ibre@fgv.br](mailto:ibre@fgv.br)

**Tabela de correspondência dos índices econômicos que eram publicados na revista Conjuntura Econômica para o banco de dados FGV DADOS**

As séries em verde podem ser consultadas gratuitamente no site do FGV DADOS

Coluna	Página	Índices – Descrição	Código FGV DADOS
Índice Geral de Preços - IGP e seus componentes - IPA, IPC e INCC			
1	II	Índice Geral de Preços - Oferta Global - IGP-OG	161392
2	II	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI	161384
3	II	IPA- Origem - OG- DI- Total	1420484
4	II	IPA-EP-DI - Todos os itens	1416651
6	II	INCC-DI - Total - Média Geral	160868
7	II	Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M	200045
8	II	IGP-10	209425
9	II	IPA- Origem - OG-DI- Produtos Agropecuários	1420485
10	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais	1420515
11	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria Extrativa	1420516
12	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação	1420532
13	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Agropecuários - Lavouras Temporárias	1420487
14	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Agropecuários - Lavouras Permanentes	1420500
15	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Agropecuários - Pecuária	1420509
16	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria Extrativa - Carvão Mineral	1420517
17	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria Extrativa - Minerais Metálicos	1420520
18	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria Extrativa - Minerais não Metálicos	1420526
19A	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Prod. Alimentícios	1420533
19B	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Bebidas	1420589
20	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Fumo Processado e Produtos do Fumo	1420599
21	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos Têxteis	1420604
22	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Artigos do Vestuário	1420618
23	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Couros e Calçados	1420630
24	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos de Madeira	1420643
25	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Celulose, Papel e Prod. Papel	1420653
26	II	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Prod. Deriv. do Petróleo e Álcool	1420669
27A	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos Químicos	1420683
27B	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos Farmacêuticos	1420737
28	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Artigos de Borracha e Material Plástico	1420741
29	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos de Minerais Não-Metálicos	1420763
30	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Metalurgia Básica	1420787
31	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Produtos de Metal	1420817
32	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Máquinas e Equipamentos	1420877
33	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Equipamentos de Informática	1420835
34	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	1420955
36	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Veículos Automotores, Reboques, Carroceria, Autopeças	1420909
37	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Outros Equipamentos de Transporte	1420929
38	III	IPA- Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Móveis e Artigos do Mobiliário	1420934

Coluna	Página	Índices – Descrição	Código FGV DADOS
<b>Índice Geral de Preços - IGP e seus componentes - IPA, IPC e INCC</b>			
5	III	<b>IPC/BR-DI – Brasil – DI</b>	<b>1431264</b>
1	III	IPC/BR-DI Alimentação	1431265
1A	III	IPC/BR-DI Gêneros alimentícios	1431266
1B	III	IPC/BR-DI Alimentação fora	1431414
2	III	IPC/BR-DI Habitação	1431428
2A	III	IPC/BR-DI Aluguel e encargos	1431429
2B	III	IPC/BR-DI Serviços públicos de residência	1431433
2C	III	IPC/BR-DI Mobiliário	1431439
2D	III	IPC/BR-DI Roupas de cama, mesa e banho	1431444
2E	III	IPC/BR-DI Eletrodomésticos e equipamentos	1431477
2EA	III	IPC/BR-DI Eletrodomésticos	1431448
2EB	III	IPC/BR-DI Equipamentos eletrônicos	1431455
2F	III	IPC/BR-DI Utensílios diversos	1431460
2G	III	IPC/BR-DI Artigos de conservação e reparo	1431468
2GA	III	IPC/BR-DI Material para limpeza	1431469
2GC	III	IPC/BR-DI Material hidráulico	1431477
2GD	IV	IPC/BR-DI Material elétrico	1431479
2H	IV	IPC/BR-DI Serviços de residência	1431484
3	IV	IPC/BR-DI Vestuário	1431492
3A	IV	IPC/BR-DI Roupas	1431493
3B	IV	IPC/BR-DI Calçados	1431515
3C	IV	IPC/BR-DI Acessórios do vestuário	1431525
3E	IV	IPC/BR-DI Serviços do vestuário	1431534
4	IV	IPC/BR-DI Saúde e cuidados pessoais	1431537
4A	IV	IPC/BR-DI Serviços de saúde	1431538
4AA	IV	IPC/BR-DI Hospitais e laboratórios	1431539
4AB	IV	IPC/BR-DI Médico, dentista e outros	1431543
4B	IV	IPC/BR-DI Produtos médico-odontológicos	1431549
4BA	IV	IPC/BR-DI Medicamentos em geral	1431550
4BB	IV	IPC/BR-DI Aparelhos médico-odontológicos	1431563
4C	IV	IPC/BR-DI Cuidados pessoais	1431566
5	IV	IPC/BR-DI Educação, leitura e recreação	1431582
5A	IV	IPC/BR-DI Educação	1431583
5AA	IV	IPC/BR-DI Cursos formais	1431584
5AB	IV	IPC/BR-DI Cursos não formais	1431592
5AC	IV	IPC/BR-DI Material escolar e livros em geral	1431596
5B	IV	IPC/BR-DI Leitura	1431600
5C	IV	IPC/BR-DI Recreação	1431604
6	IV	IPC/BR-DI Transportes	1431623
6A	IV	IPC/BR-DI Transporte público	1431624

Coluna	Página	Índices – Descrição	Código FGV DADOS
<b>Índice Geral de Preços - IGP e seus componentes - IPA, IPC e INCC</b>			
6B	IV	IPC/BR-DI Transporte próprio	1431636
6BA	IV	IPC/BR-DI Veículos	1431637
6BB	IV	IPC/BR-DI Peças e acessórios	1431641
6BC	IV	IPC/BR-DI Combustíveis e lubrificantes	1431644
6BD	IV	IPC/BR-DI Serviços de oficina	1431650
7	IV	IPC/BR-DI Despesas diversas	1431659
7A	IV	IPC/BR-DI Fumo	1431660
7B	IV	IPC/BR-DI Outras despesas diversas	1431663
7C	IV	IPC/BR-DI Comunicação	1431678
8	V	IPC/RJ-DI – Rio de Janeiro - DI	1439877
8A	V	IPC/RJ-DI Alimentação	1439878
8B	V	IPC/RJ-DI Habitação	1440004
8C	V	IPC/RJ-DI Vestuário	1440062
8D	V	IPC/RJ-DI Saúde e cuidados pessoais	1440095
8E	V	IPC/RJ-DI Educação, leitura e recreação	1440140
8F	V	IPC/RJ-DI Transportes	1440178
8G	V	IPC/RJ-DI Despesas diversas	1440211
8H	V	IPC/RJ-DI Comunicação	1440228
9	V	IPC/SP-DI – São Paulo – DI	1444108
9A	V	IPC/SP-DI Alimentação	1440109
9B	V	IPC/SP-DI Habitação	1444241
9C	V	IPC/SP-DI Vestuário	1444298
9D	V	IPC/SP-DI Saúde e cuidados pessoais	1444331
9E	V	IPC/SP-DI Educação, leitura e recreação	1444376
9F	V	IPC/SP-DI Transportes	1444413
9G	V	IPC/SP-DI Despesas diversas	1444447
9H	V	IPC/SP-DI Comunicação	1444466
11	V	IPC/MG-DI – Belo Horizonte – DI	1435763
12	V	IPC/DF-DI – Brasília – DI	1433720
17	V	IPC/RS-DI – Porto Alegre – DI	1442121
18	V	IPC/PE-DI – Recife – DI	1437797
19	V	IPC/BA-DI – Salvador – DI	1429061
6	VI	INCC-DI – Total – Média Geral	160868
1	VI	INCC-DI – Mão de Obra	160906
2	VI	INCC-DI – Materiais, Equipamentos e Serviços	160914
3	VI	INCC-DI – H1 – 1 e 2 Pavimentos	160876
4	VI	INCC-DI – H4 – 3, 4, 5 e 6 Pavimentos	160884
5	VI	INCC-DI – H12 – 10 e Mais Pavimentos	160892
35	VI	Índice de Custo de Edificações	159428
6	VI	ICC-RJ – Média Mensal	159363

Coluna	Página	Índices – Descrição	Código FGV DADOS
<b>Índice Geral de Preços - IGP e seus componentes - IPA, IPC e INCC</b>			
7	VI	ICC-RJ – H1 – 1 e 2 Pavimentos	159371
8	VI	ICC-RJ – H4 – 3, 4, 5 e 6 Pavimentos	159381
9	VI	ICC-RJ – H12 – 10 e Mais Pavimentos	159398
10	VI	ICC-RJ – Mão de Obra	159401
11	VI	ICC-RJ – Materiais, Equipamentos e Serviços	159411
15	VI	ICC – Belo Horizonte – Total	160957
16	VI	ICC – Belo Horizonte – Materiais, Equipamentos e Serviços	160965
17	VI	ICC – Belo Horizonte – Mão-de-Obra	160973
18	VI	ICC – Brasília – Total	160981
19	VI	ICC – Brasília – Materiais, Equipamentos e Serviços	160991
20	VI	ICC – Brasília – Mão-de-Obra	161007
36	VI	ICC – Porto Alegre – Total	161252
37	VI	ICC – Porto Alegre – Materiais, Equipamentos e Serviços	161260
38	VI	ICC – Porto Alegre – Mão de Obra	161279
48	VI	ICC – Recife – Total	161287
49	VI	ICC – Recife – Materiais, Equipamentos e Serviços	161295
50	VI	ICC – Recife – Mão de Obra	161309
51	VI	ICC – Salvador – Total	161317
52	VI	ICC – Salvador - Materiais, Equipamentos e Serviços	161325
53	VI	ICC – Salvador - Mão de Obra	161333
54	VI	ICC – São Paulo - Total	161341
55	VI	ICC – São Paulo - Materiais, Equipamentos e Serviços	161351
56	VI	ICC – São Paulo - Mão de Obra	161368
47A	VII	INCC por estágios - DI - Todos os Itens	1004888
48A	VII	INCC por estágios - DI - Materiais, Equipamentos e Serviços	1006972
49A	VII	INCC por estágios - DI - Materiais e Equipamentos	1004889
50A	VII	INCC por estágios - DI - Materiais para Estrutura	1004896
51A	VII	INCC por estágios - DI - Material Metálico	1004899
52A	VII	INCC por estágios - DI - Material de Madeira	1004900
53A	VII	INCC por estágios - DI - Material à base de minerais não metálicos	1004901
54A	VII	INCC por estágios - DI - Materiais para Instalação	1004897
55A	VII	INCC por estágios - DI - Instalação Hidráulica	1004903
56A	VII	INCC por estágios - DI - Instalação Elétrica	1004904
57A	VII	INCC por estágios - DI - Materiais para Acabamento	1004898
58A	VII	INCC por estágios - DI - Produtos Químicos	1006987
59A	VII	INCC por estágios - DI - Revestimentos, Louças e Pisos	1004905
60A	VII	INCC por estágios - DI - Esquadrias e Ferragens	1004906
61A	VII	INCC por estágios - DI - Material para Pintura	1004907
62A	VII	INCC por estágios - DI - Madeira para Acabamento	1004909
63A	VII	INCC por estágios - DI - Pedras Ornamentais para Construção	1006990

Coluna	Página	Índices – Descrição	Código FGVDADOS
<b>Índice Geral de Preços - IGP e seus componentes - IPA, IPC e INCC</b>			
64A	VII	INCC por estágios - DI - Equipamentos para Transporte de Pessoas	1006993
65A	VII	INCC por estágios - DI - Serviços	1004890
66A	VII	INCC por estágios - DI - Aluguéis e Taxas	1004910
67A	VII	INCC por estágios - DI - Serviços Pessoais	1004911
68A	VII	INCC por estágios - DI - Serviços Técnicos	1006996
69A	VII	INCC por estágios - DI - Mão de Obra	1004894
70A	VII	INCC por estágios - DI - Auxiliar	1004912
71A	VII	INCC por estágios - DI - Técnico	1004913
72A	VII	INCC por estágios - DI - Especializado	1004914

Coluna	Página	Índices – Descrição	Código FGVDADOS
<b>Índices de Obras Públicas (Parceria do FGV IBRE e DNIT)</b>			
36	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Obras de Artes Especiais	157964
37	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Pavimentação	157972
38	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Terraplenagem	157956
39	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Consultoria (Supervisão e Projetos)	157980
39A	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Drenagem	1002385
39B	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Sinalização Horizontal	1002386
39C	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Pavimentos de Concreto de Cimento Portland	1002387
39D	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Conservação Rodoviária	1002388
39E	VIII	Índice de Obras Rodoviárias - Ligantes Betuminosos	1002389
40	VIII	Índice de Obras Portuárias - Estruturas e Obras em Concreto Armado	159665
41	VIII	Índice de Obras Portuárias - Estruturas e Fundações Metálicas	159673
42	VIII	Índice de Obras Portuárias - Dragagem	159681
43	VIII	Índice de Obras Portuárias - Enrocamento	159691
44	VIII	Índice de Obras Portuárias - Redes de Energia Elétrica e Sinalização Ferroviária	159703
45	VIII	Índice de Obras Portuárias - Linhas Férreas	159711
46	VIII	Índice de Obras Portuárias - Obras Complementares	159721

Observações: Os indicadores são divulgados em números índices. A Coluna era a forma de identificação dos índices na revista. No FGV Dados esses índices têm um código numérico associado.

As séries que eram publicadas na Revista Conjuntura Econômica estão reunidas na modalidade de acesso Standard do banco de dados FGV Dados;

Fonte: FGV IBRE - SIMG - Superintendência de Infraestrutura e Mercados Globais - Gestão de Produtos

Contato: [ibre@fgv.br](mailto:ibre@fgv.br)

## BIBLIOTECA VIRTUAL

São 130 mil páginas escritas pelos maiores especialistas de cada época, com a visão técnica e analítica do momento. Cada palavra foi indexada - inclusive pelos mecanismos de busca - para que você encontre, em segundos, o que pesquisa, via desktop e mobile.

- JUSCELINO KUBITSCHEK: 50 anos em 5?
- O MILAGRE ECONÔMICO: Conheça sua evolução.
- HIPERINFLAÇÃO: 100% ao mês? Como sobrevivemos? O que deu certo e o que deu errado? Como chegamos a ela? Como saímos dela?
- PRIVATIZAÇÃO DA TELECOMUNICAÇÃO: O que mudou?
- LICITAÇÕES DO PETRÓLEO: Como foram na época? O que podemos inferir para as atuais?
- BREXIT: Impactos na estabilidade da União Européia?

ESTÁ TUDO AQUI. SÃO MAIS DE 12 MIL ACESSOS POR MÊS. VISITE, PESQUISE E TENHA UMA NOVA VISÃO DO PASSADO.

**ACESSE AGORA E PESQUISE EM TODO O CONTEÚDO DA REVISTA.**



[fgv.br/ibre/bibliotecavirtual](http://fgv.br/ibre/bibliotecavirtual)



Selecione pontualmente ou pesquise em todas as 7 décadas de uma só vez.



### VOCÊ PODE TER ESTES RECURSOS EM SEUS DOCUMENTOS!

Acesse agora [www.docpro.com.br](http://www.docpro.com.br) e veja como é simples e rápido encontrar a informação que precisa, dentro dos seus documentos. A gestão do conhecimento Docpro é eficaz tanto para impressos (atas, relatórios, contratos, revistas, etc) bem como para materiais digitais (doc, pdf, fotos, WhatsApp, planilhas, etc). Acessível para consulta no computador, tablet ou smartphone.

Tecnologia: **docpro**.com.br



**tecnologiadocpro**

PRESENCIAL - ONLINE - LIVE

# CRESÇA DO SEU JEITO E NO SEU RITMO.

Cursos de  
Curta e Média  
Duração.

Tenha a liberdade  
para adequar  
o melhor  
formato de estudos  
ao seu momento  
profissional.

Saiba mais e inscreva-se.  
[fgv.br/curta-e-media](http://fgv.br/curta-e-media)

 **FGV** | EDUCAÇÃO  
EXECUTIVA

